

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2020

PROPÓSITO 2020-2035 COLOCAMOS TODA NOSSA ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SOCIEDADE.



640 mw ANGRA 1

1.350 MW ANGRA 2



81,26%

79,44% **ANGRA 2**



INDICADORES

RECEITA OPERCIONAL LÍQUIDA 3.036

EBITDA AJUSTADO*

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE**

ESCALA GLOBAL Ba3 Moody's ESCALA NACIONAL Aa1.br

ESCALA GLOBAL BB-S&P Global ESCALA NACIONAL **brAAA**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Dez/19 Dez/20



DESTAQUES DE 2020



de investimentos realizados

HOLDING **ELETROBRAS NOVAMENTE LISTADA NO ISE 2020 E CERTIFICADA NA B3**







EBITDA Ajustado* - Elimina itens não recorrentes (provisões, reversões de provisões). Lucro Líquido Recorrente** - Elimina efeitos de Angra 3 (Impairment e Não capitalização de Juros).







CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Ministério de Minas e Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

Senhores Acionistas.

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria Executiva da Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR submete à apreciação dos acionistas e da sociedade o Relatório da Administração e Responsabilidade Social - RARS, relativo ao exercício de 2020, no qual estão sumarizadas as principais atividades da Companhia, assim como as Demonstrações Financeiras exigíveis, acompanhadas de pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

1- PANDEMIA COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou uma pandemia mundial do novo coronavírus a ELETRONUCLEAR vem adotando todas as medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades sanitárias. Com isso, a Companhia tem conseguindo proteger a saúde de seus colaboradores e, ao mesmo tempo, cumprir sua missão: manter a operação de Angra 1 e 2 de forma a garantir a segurança de abastecimento do sistema elétrico.

Ademais, a Companhia avançou, significativamente, na preparação da retomada da construção de Angra 3, manteve o cronograma das obras da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustíveis Irradiados - UAS e continuou a trabalhar no Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1

Para fazer tudo isso, foi preciso vencer vários desafios. A organização se viu obrigada a transferir boa parte de seus colaboradores para o teletrabalho e a adaptar seus processos e seu modo de trabalhar.

A sede da Companhia, no Rio de Janeiro, ficou fechada por meses, com todos os colaboradores em home office. O escritório já foi reaberto, mas com um efetivo bastante reduzido e as medidas de prevenção em vigor.

Os empregados essenciais de Angra dos Reis, que permaneceram no regime de trabalho presencial, passaram a usar máscaras praticar o distanciamento social e higienizar suas mãos com frequência. Além disso, a limpeza dos ambientes foi redobrada na central nuclear e nas demais instalações da Companhia na Costa Verde.

Enquanto durar a crise provocada pela pandemia, a ELETRONUCLEAR continuará se dedicando a gerar a energia de que o país tanto precisa e a exercer solidariedade às comunidades situadas em seu entorno. Ambas as formas de atuar refletem o compromisso da Companhia com a sociedade

2- O PERFIL DA COMPANHIA

A ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras, resultado da incorporação em maio de 1997, da antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A, pela NUCLEN - Engenharia e Serviços S.Á, companhia criada em dezembro de 1975. Em dezembro de 1997, por decreto presidencial foi aprovado novo estatuto social da Companhia com alteração da razão social, mantendo a missão de explorar, em nome da União as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

A sede da Companhia fica na cidade do Rio de Janeiro, as instalações industriais que incluem as Usinas Angra 1 e Angra 2: depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial, ém Angra dos Reis e escritórios, vilas residenciais, o Labo<mark>ratório de</mark> Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento, em Paraty, contando ainda com escritório de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA composta de duas Usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a Usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2, porém, com potência nominal elevada para 1.405 MW.

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, cuia potência nominal é de 1990 MW além das atividades de projeto e construção da Usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR conta com um efetivo total de 1.660 empregados



3- INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos da ELETRONUCLEAR somaram R\$ 1.263.264 mil, o que corresponde a 86,7% do orçamento de 2020 aprovado no valor de R\$ 1.457.449 mil. Deste total, R\$ 1.048.580 mil correspondem a gastos corporativos com o Projeto de Implementação da Usina Nuclear Angra 3 e R\$ 214.684 mil em investimentos realizados na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2,

As realizações de 2020 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais e a Portaria nº 332 de 02 de outubro de 2020 (Diário Oficial da União - DOU de 05 de outubro de 2020, bem como na Lei nº 13.978 de 17 de janeiro de 20200 (DOU de 20 de janeiro de 2020) e alterações promovidas pela Lei nº 14.093 de 17 de novembro de 2020 (DOU de 18 de novembro de 2020).

Os quadros abaixo detalham as previsões e execuções das principais Ações Orçamentárias da ELETRONUCLEAR para o exercício de 2020, bem como, percentuais de execução para cada Ação:

Ação: 447	77		Manuteng	ão do Sist	tema de G	eração de	Energia Nı	uclear de /	Angra 1 e 2	2	
Finalidade	e da Ação:		Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como do atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.								
Orçament	0:		Lei nº 13.978 de 17/01/2020; Portaria nº 332 de 02/10/2020 (DOU de 05/10/2020); Lei nº 14.093 de 17/11/2020.						nº 14.093		
Realizaçã	0:		2020								
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4.055	8.732	7.516	15.780	8.612	9.107	20.275	21.992	24.188	20.795	20.558	53.074
	META		PREVISÃO R\$ mil			EXECUÇÃO R\$ MIL			EXECUÇÃO/PREVISÃO		VISÃO
	Financeira	1	405.269				214.684		52,97%		

Ação: 5E8	88		Implantação da Usina de Termonuclear de Angra 3									
Finalidade	e da Ação:		Ampliar a oferta de energia elétrica, em carca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macrorregião de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, socioambiental e cultural.									
Orçamento) :		Lei nº 13.978 de 17/01/2020; Portaria nº 332 de 02/10/2020 (DOU de 05/10/2020); Lei nº 14.093 de 17/11/2020.									
Realização):		2020									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
19.688	1.027	10.517	4.815	19.142	3.348	96.403	21.453	31.053	30.575	171.542	639.017	
	META		PREVISÃO R\$ mil			EXECUÇÃO R\$ MIL			EXECUÇÃO/PREVISÃO			
	Financeira			1.052.180			1.048.580		99,66%			

Tabela de Execução Orçamentária / Financeira das Ações Realizadas pela ELETRONUCLEAR para Angra 1, 2 e 3 no exercício de 2020

AÇÃO	PREVISÃO R\$ mil	EXECUÇÃO R\$ mil	EXECUÇÃO / PREVISÃO R\$ mil
4477	405.269	214.684	52,97%
5E88	1.052.180	1.048.580	99,66%
TOTAL	1.457.449	1.263.264	86,68%

4- SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um tema muito importante para a sustentação e perenidade do negócio e tem cada vez mais destaque na ELETRONUCLEAR e nas demais empresas do grupo Eletrobras. Isso fica evidente no Plano de Negócio e Gestão - PNG da ELETRONUCLEAR.

Apesar da importância dada ao tema nos últimos PNGs, a ELETRONUCLEAR já adota medidas em busca do desenvolvimento Sustentável há bastante tempo, dentre elas é possível destacar o Relatório de Sustentabilidade publicado no site da Organização das Nacões Unidas - ONU desde 2008. Este relatório segue o padrão G4 GRI - Global Reporting Initiative e não possui uma verificação externa completa. Somente as informações econômico-financeiras e de Gases de Efeito Estufa - GEE são auditadas

Além disso, a ELETRONUCLEAR conta com diversos compromissos firmados ao longo dos últimos anos. Desde 2006, a Companhia é signatária do Pacto Global e seus desdobramentos como as Metas do Milênio e mais recentemente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Esses compromissos são capitaneados pela ONU e abrangem temas como direitos humanos trabalho, meio ambiente e medidas anticorrupção. Dos compromissos citados, o destaque do momento são os ODS, por ser uma agenda mundial adotada em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

No que tange aos ODS, a ELETRONUCLEAR em conjunto com a Eletrobras e as empresas do grupo fizeram um trabalho de avaliação dos objetivos e metas de forma a repriorizar os ODS de acordo com o alinhamento estratégico da Companhia. Como resultado deste trabalho os cinco (05) ODS priorizados desde 2018 foram mantidos. Além disso mais quatro (04) passaram a ser priorizados e serão acompanhados pela Companhia a partir de 2021. Os nove (09) ODS priorizados pela Companhia são:

- ODS 07 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preco acessível à energia para todos: · ODS 08 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente
- para todos; ODS 09 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- ODS 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

- ODS 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade:
- ODS 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Dentre as inciativas realizadas ao longo dos últimos anos se destacam:

Otimização do Uso de Frotas Veiculares (ODS 9 e 13):

Otimização do uso de veículos leves e as rotas de ônibus próprio para o transporte de colaboradores reduzindo desta forma o consumo de combustíveis fósseis. Estima-se a redução de 68 toneladas de CO2/ano.

Plano de Redução de Acidentes (ODS 8):

Divide-se em 3 áreas: conscientização, revisão de treinamentos e procedimentos internos e inspeções de campo.

Programa de Qualidade de Vida Bem Viver (ODS 8):

Programa que visa implementar projetos que promovam o bem-estar físico, mental e psicológico de seus colaboradores, e incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional, visando integrar e ampliar o desenvolvimento pessoal e social, promovendo atividades nas áreas de saúde, educação e informação cultural.

Programa Tartaruga Viva (ODS 14):

Único projeto de monitoramento de tartarugas marinhas no sul fluminense, tendo papel fundamental na coleta de dados sobre o comportamento e a fisiologia desses animais.

Procedimentos de Proteção Radiológica (ODS 7, 9): A indústria nuclear é uma das poucas atividades com interferência humana que têm capacidade para controlar totalmente os

rejeitos que produz. Devido às características do material radioativo, a ELETRONUCLEAR armazena e controla em tempo integral todos os rejeitos nucleares das Usinas de Angra 1 e 2 através de procedimentos específicos para a monitoração, inspeção, transporte e contabilização dos embalados produzidos pelas Usinas 1 e 2, que visam garantir a integridade das pessoas e do meio ambiente.

Programa 5 Dimensões (ODS 16):
Programa capitaneado pela Holding e implementado pela ELETRONUCLEAR com um conjunto de ações contínuas que visam identificar, prevenir e corrigir eventos de fraude e corrupção, garantindo o cumprimento da legislação pertinente. O Programa é baseado em 5 dimensões:

- Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade: Análise periódica dos riscos;
- Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
- Comunicação e treinamento:
- Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

A gestão ambiental da ELETRONUCLEAR está ligada à política ambiental das empresas Eletrobras, que por sua vez, é um desdobramento do plano estratégico do sistema Eletrobras. Os objetivos e metas corporativas seguem os indicadores definidos <mark>no Contrato de Medição de Desem</mark>penho Empresarial - CMDE. O relacionamento da ELETRONUCLEAR com os *stakeholders* ou <mark>públicos, que direta ou indiretamen</mark>te mantêm interesses comuns relativos ao seu negócio é pautado pelos preceitos do código de ética das empresas do sistema Eletrobras e, para cada um deles, estabelecem-se parcerias e diferentes formas de interface.

5- REVISÃO DAS TARIFAS DE ANGRA 1 E 2

No ano de 2020, ocorreu o processo de reajuste tarifário da ELETRONUCLEAR, pois a próxima revisão das tarifas só ocorrerá em 2023.

O reajuste tarifário anual tem como finalidade manter o equilíbrio econômico e financeiro da receita de Angra 1 e 2, definido no processo de revisão, por meio de aplicação de regras de reajuste. <mark>A Parcela B obtida foi de R\$ 2,126 bilhões, resultado</mark> da aplicação da variação do IPCA de 4,31% sobre a Parcela B de R\$ 2,038

De acordo com a última revisão dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o custo do combustível nuclear deve ser

estimado pela ELETRONUCLEAR, líquido de PIS/COFINS. Esta informação foi solicitada às Indústrias Nucleares do Brasil - INB e enviada à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

O valor informado pela INB foi integralmente aprovado, cujo montante foi de R\$ 827,7 milhões

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 para 2021, foi estabelecida na Resolução Homologatória Aneel 2821/2020, no valor de aproximadamente R\$ 3,424 bilhões 6- GESTÃO DE RISCOS

Em 2020, o impacto das ações em relação ao COVID-19 na Companhia não interferiram de forma significa na condução das atividades da gestão de riscos. Foram necessárias adaptações ao sistema de trabalho remoto que geraram aprendizagem e oportunidades. Foram realizadas reuniões online para as avaliações e reavaliações dos riscos corporativos. Contudo, um fator atuou de forma negativa:

A decisão da Eletrobras Holding em criar uma instância única para o Sistema de Gerenciamento de Riscos - SAP GRC RM, com entrega prevista para maio de 2019, que não aconteceu e foi postergado para 2021, ainda sem data para o *go live* do projeto, o que levou o Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos - DGC.P a repensar sua estratégia de implementação, treinamento e customização da mesma ferramenta em produção na ELETRONUCLEAR. Não fazia sentido formar cultura em SAP GRC RM na Companhia, considerando que a instância única tenderia a mudar os paradigmas. O DGC.P decidiu interromper qualquer trabalho com o SAP GRC RM na Companhia no modo produção e aguardar a instância única. Para dar continuidade as avaliações necessárias ao monitoramento dos riscos, os dados do sistema em produção foram migrados para o ambiente qualidade com acesso restrito, para fornecer em tempo hábil as informações estratégicas que a Companhia necessita, manter o propósito de atuar como segunda linha de defesa e garantir que as áreas de negócio operem conforme intencionado.

Em contrapartida, houve uma evolução nas avaliações dos riscos priorizados, que passaram a contemplar aspectos quantitativos de perdas financeiras e custos das medidas mitigatórias, subsidiando à alta administração da ELETRONUCLEAR com um comparativo entre o volume da perda estimada e o investimento necessário para evitar esta perda

Atendendo à necessidade de revisar os trabalhos feitos durante o projeto de implantação da gestão de iscos, foi possível atualizar

- Operação e Manutenção na Geração
- Regulação Setorial, ênfase na Revisão Tarifária na Geração Fluxo de Caixa
- Formação e Gestão do Contencioso Gestão da Cadeia de Suprimentos
- Demonstrações Contábeis e Financeiras Gestão Socioambiental de Empreendimentos
- Segurança de TIC Projetos de Engenharia, ênfase na Extensão de Vida Útil de Angra 1
- Armazenamento de Elementos Combustíveis Irradiados
- Segurança da Informação Novos Negócios com ênfase na Conclusão de Angra 3
- Fraude e Corrupção

O nível de detalhamento exigido e a abordagem manual, não sistêmica, prejudicaram a velocidade das reavaliações e do gerenciamento de novos riscos que foram priorizados:

- Seguranca Patrimonial: Combustível Nuclear;
- Gestão da Cadeia de Suprimentos com ênfase em Suprimentos Críticos

Eletrobras Holding que no ano de 2020 exigiu reporte de 07 riscos corporativos.

- Gestão da Cadeia de Suprimentos com ênfase na Interrupção de Servicos Essenciais
- Segurança Nuclear
- Obras em ativos da geração com ênfase na Conclusão de Angra 3

O DGC.P fornece suporte para auditoria baseada em risco realizada pela Auditoria Interna.

Para acompanhar o impacto causado pelo COVID-19 no andamento do projeto, o risco Armazenamento de Elementos Combustíveis Irradiados foi monitorado por indicadores de riscos - KRIs e o resultado apresentado para alta administração da Companhia.

Para o monitoramento contínuo dos riscos estão sendo emitidos Planos de Aprimoramento para os riscos que possuem controles com status parcialmente implementado e não implementado.

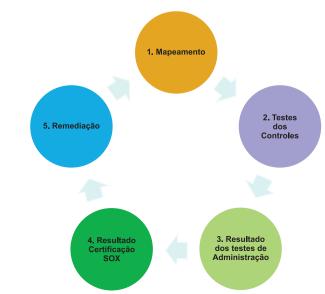
O DGC.P tem um portfólio de riscos para avaliar/reavaliar e monitorar, e a tendência é aumentar o escopo com as demandas da

7- CERTIFICAÇÃO SOX

A Eletrobras estruturou um processo de Certificação SOX, em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, a qual visa atender às exigências do mercado, investidores e acionistas, priorizando a adequação às melhores práticas de governança corporativa, major transparência das demonstrações contábeis e financeiras e implementação de estruturas formais para identificação e avaliação de

Na qualidade de Companhia controlada, a ELETRONUCLEAR está sujeita a essas normas e possui, em sua estrutura, o Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos – DGC.P que atua como facilitador entre as áreas de negócios e a empresa Certificadora e tem, dentre outras, a atribuição de monitorar o desenvolvimento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras. Com este objetivo auxilia as atividades de atualização da documentação SOX (mapeamento) e elaboração e acompanhamento da implementação dos Planos de Ação para mitigar as deficiências apontadas nos testes da administração e da Certificadora (remediação).

O ciclo anual de certificação SOX divide-se em cinco fases:





CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

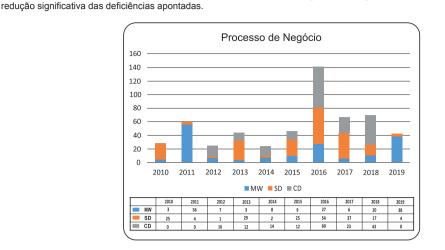


Minas e Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

classificadas em três níveis de severidade: Deficiência de Controle -CD, Deficiência Significativa - SD e Fraqueza Material - MW, sendo

Destacamos abaixo a evolução da Certificação SOX, nos processos de negócios ao longo dos anos, onde verificamos uma



A ELETRONUCLEAR, através do DGC.P, promove treinamento anual a fim de capacitar os gestores e colaboradores que participam da certificação SOX. Essa ação visa priorizar a manutenção das melhores práticas exigidas para a excelência do processo.

O reporte do andamento da Certificação SOX é feito à Eletrobras, à Diretoria Executiva, aos Conselhos Fiscal e de Administração da ELETRONUCLEAR e ao Conselho de Auditoria Estatutário - CAE.

8- GERAÇÃO

Em 2020, a central nuclear de Angra teve uma geração total de 14.052.488 megawatts-horas - MWh. Assim, as usinas nucleares brasileiras atingiram a produção acumulada de 320,7 milhões de MWh.

Angra 1 operou durante 304 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada p<mark>rogramada</mark> (1P25) em 34,4 dias, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 4.603.623 MWh de Energia Bruta, a sua 7ª melhor marca, alcançando um fator de disponibilidade de 82,39% e um fator de capacidade de 81,26%

Angra 2 operou durante 309,3 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada p<mark>rogramada</mark> (2P16) em 56,7 dias, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 9.448.896 MWh de Energia Bruta, alcançando um fator de disponibilidade de 80,18% e um fator de capacidade de 79,44%. No dia 19 de junho, Angra 2 atingiu um marco histórico. A Unidade – que entrou em operação comercial em 2001 – alcançou a produção acumulada de 2<mark>00 milhões</mark> de MWh. Outro fato importante é que a Usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua no ciclo 16. O fator de capacidade foi de 99,43%, o maior das Usinas do Sistema Eletrobras, e a taxa de perda forçada foi de apenas 0,02% no referido ciclo.

9- INDICADORES

Indicadores de Desempenho de Operação

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação conforme a programação do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS;
- A (s) parada (s) programada(s) das usinas;
- · Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO); · Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;
- · A disponibilidade de recursos prevista para o exercício; · Os programas de investimentos.

Como não poderia deixar de ser a pandemia (COVID-19) afetou as atividades da Central Nuclear Álvaro Alberto - CNAAA de diferentes maneiras, sendo as principais a redução de pessoal nas atividades presenciais, adaptação ao trabalho em home office, postergação de atividades planejadas para a parada de Angra 2, redução de treinamentos entre outros. Entretanto, a Companhia assim como, a Diretoria de Operações - DO souberam adaptar-se a essas novas condições sem prejuízos maiores.

No ano de 2020, as metas propostas para os Indicadores de Desempenho relacionados à Segurança Operacional das Usinas Angra 1 e 2 foram alcançadas ou superadas. As Unidades operaram sempre na condição SEGURA.

As Unidades operaram sempre na condição SEGURA (verde), conforme identificado pela monitoração de risco das Usinas Angra 1 e 2 em potência ao longo do ano, através de técnicas de análise probabilística de segurança.

Acompanhando o excelente desempenho em relação à segurança das Usinas, cabe destacar que em 2020, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 14.052.519.6 MWh.

INDICADORES OPERACIONAIS DAS USINAS		ANGRA 1			ANGRA 2	
INDICADORES OFERACIONAIS DAS OSINAS	2019	META	2020	2019	META	2020
1- FATOR DE DISPONIBILIDADE (%)	99,56	>= 85,52	82,39	89,6	>= 89,24	80,18
2- GERAÇÃO DE ENERGIA (MWh)	5.546.164	-	4.603.623	10.582.662	-	9.448.896
3- FATOR DE PERDA DE DISPONIBILIDADE NÃO PLANEJADA (%)	0,35	<= 1,37	7,91	1,92	<= 0,82	9,5
4- DESARMES TOTAIS NÃO PLANEJADOS DO REATOR	2,42	-	2,82	0,885	-	0
5- TAXA DE PERDA FORÇADA (%)	0,35	<= 1,56	8,76	1,75	<= 0,91	0,02
6- FATOR DE PERDA DE DISPONIBILIDADE PLANEJADA (IAEA)	0,09	<= 13,11	9,75	8,5	<= 9,94	10,51
7- EXPOSIÇÃO COLETIVA À RADIAÇÃO	0,022	<= 0,548	0,427	0,278	<= 0,200	0,155
8- QUÍMICO	1,09	1	1,07	1	1	1
9- TOTAL DE ACIDENTES INDUSTRIAIS	0,74	0	0,12	0,21	0	0,68

Indicadores de Segurança

ANGRA 1

Dos indicadores sugeridos pela World Association of Nuclear Operators - WANO e pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA adotados por Angra 1 para medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, assim como os desenvolvidos para avaliar a operação segura e confiável da Usina, observamos que todas as metas relativas aos indicadores de segurança foram atingidas com sucesso o que significa equipamentos de segurança operáveis e disponíveis quase 100% do tempo e sem falha de elementos combustíveis durante o ano. O indicador de Exposição Coletiva à Radiação também teve sua meta atendida.

Os indicadores Taxa de Perda Forçada, bem como o indicador de Desarmes Totais Não Planejados do Reator tiveram suas metas comprometidas por causa dos desligamentos não programados, decorrentes do desarme automático do Reator em resposta aos eventos da falha da excitatriz e das falhas da bomba FW-1A.

O Indicador Químico foi diretamente afetado pela presença de contaminantes no circuito secundário devido aos transientes termo hidráulicos oriundos dos desarmes da usina em altas cargas, fatos que comprometeram a meta deste indicador.

O indicador de Acidentes Industriais foi comprometido em função de um único acidente com perda de tempo, mas de pequena monta, ocorrido no ano.

A análise dos indicadores relacionados à segurança nuclear permite concluir que a Angra 1 operou durante todo o ano de maneira segura e confiável.

Em Angra 2, dos indicadores sugeridos pela WANO / AIEA e adotados pela Usina para avaliar a operação segura e confiável, além de medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, todos os indicadores relativos à segurança nuclear atingiram as metas estabelecidas.

O indicador Desarmes Totais Não Planejados do Reator terminou o ano dentro da meta, isto é, não houve desarmes de Reator no ano

O Índice de Confiabilidade do Combustível ficou fora da meta, uma vez que houve falha em elemento combustível no ciclo 16. A partir do dia 14 de dezembro de 2020, análises da radioquímica do primário também apontaram para uma pequena falha de combustível no ciclo 17.

Ao final dos trabalhos, é emitida uma relação com os resultados dos testes, na qual constam as não conformidades identificadas, | O fator de perda de disponibilidade não planejada (9,50%) também ficou fora da meta, impactado pela extensão da Parada 2P16.

O fator de perda de disponibilidade planejada (10,51%) ficou fora da meta, impactado principalmente pela inesperada necessidade de operação do ciclo 17 com 90% da potência nominal.

Além disso, Angra 2 também não atingiu a meta no indicador Total de Acidentes Industriais, já que ocorreram 5 acidentes com afastamento, sendo 1 acidente com empregado da ELETRONUCLEAR e outros quatro com contratados.

Positivamente, a taxa de perda forçada fechou o ano dentro da meta (0,02%). Esse excelente resultado enquadra a Usina dentro do 1º quartil da WANO-PC. Além disso, o fator de distúrbio no Sistema Interligado Nacional - SIN também terminou o ano dentro da meta (0,00%).

Também de maneira positiva, outros indicadores avaliados por Angra 2 tiveram bons desempenhos e fecharam o ano dentro das metas estabelecidas: indicador químico, indicador de eficácia química, exposição coletiva à radiação e produção de rejeitos sólidos radioativos.

A análise dos indicadores relacionados à segurança nuclear permite concluir que a Usina operou durante todo o ano de maneira segura e confiável.

Desempenho Operacional

Angra 1 operou durante 304 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN produzindo um total de 4.603.623,430 MWh de Energia Elétrica Bruta, alcançando um fator de disponibilidade de 82,39% e um fator de capacidade de 81,26%.

Angra 1 vem operando sem falha de elemento combustível desde 2010.

Os períodos de indisponibilidade programada durante o ano foram devido à Parada para Reabastecimento de Combustível Nuclear <mark>1P25, iniciada no dia 11 de jan</mark>eiro de 2020 às 00h09min, com duração prevista de 37 dias. A Parada foi concluída no dia 14 de fevereiro de 2020 às 10h02min, após 34 dias, com o sincronismo da unidade ao Sistema Elétrico.

Os principais períodos de indisponibilidade não programada foram devidos aos dois desligamentos do reator ocorridos em julho e <mark>agosto por nível baixo no gerador de v</mark>apor 1 devido à quebra do acoplamento e à falha do eixo da bomba de Água de Alimentação Principal FW-1A e principalmente à falha do rotor da excitatriz, que deu início à Parada 1P25A, com duração de 26 dias, para troca do rotor da excitatriz e reparo no Gerador Elétrico Principal.

Angra 2 operou durante 309,3 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada programada (2P16) <mark>em 56,7 dias, para reabastecimento de combustível, m</mark>anutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 9.448.896,17 MWh de energia <mark>bruta, alcançando um fator de disponibilidade de 80,</mark>18% e um Fator de Capacidade de 79,44%. Não houve nenhum desarme de reator em Angra 2 no ano.

<mark>No dia 19 de junho, Angra 2 atingiu um mar</mark>co histórico. A Unidade – que entrou em operação comercial em 2001 – alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh. Outro fato importante é que à Usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua no ciclo 16. O fator de capacidade neste ciclo foi de 99,43%, o maior das usinas do Sistema Eletrobras, e a taxa de perda forçada foi de apenas 0,02% no referido ciclo.

Como já era sabido, desde o retorno da Usina após a Parada 2P15, no final de maio de 2019, Angra 2 apresentava indicativo de falha de elemento combustível no reator. A Usina permaneceu o restante do ciclo 16 na mesma situação, até a data de início da Parada 2P16 em 22 de junho. Durante o curso do ciclo 16, o nível 1 de ação do procedimento Programa de Monitoração d<mark>a Integridade do C</mark>ombustível Nuclear - 2PA-GE 53 foi atingido, no entanto, os níveis de atividade do Xenônio-133 e lodo-131 pe<mark>rmaneceram</mark>, consideravelmente, abaixo dos valores limites de especificação técnica, o que permitiu a operação da Unidade à plena potência, sendo que as reduções planejadas de potência foram executadas com taxas menores do que o usual. Na Parada 2P16, durante o descarregamento do núcleo, foi confirmada a existência de um elemento combustível da série R com falha. O mesmo foi retirado do núcleo, não retornando para o ciclo 17.

Adicionalmente, durante o descarregamento do núcleo, foi identificada presença de oxidação superficial inesperada no revestimento das varetas dos elementos combustíveis - EC da série R, sendo estes os mesmos que foram carregados na Parada 2P15 e estavam no primeiro ciclo de operação. Por conta disso, uma série de medidas foram necessárias para garantir o retorno seguro, confiável e no menor tempo possível da Usina à operação. Assim, a 2P16, cuja duração prevista inicialmente era de 22 dias, já considerando escopo reduzido devido à pandemia do COVID-19, foi prorrogada e se encerrou com duração de 56,7 dias. A Unidade foi conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN no dia 17 de agosto.

Em consonância com a experiência operacional externa, uma das medidas tomadas após o evento de oxidação das varetas dos Elementos Combustíveis - EC no ciclo 16. foi iniciar e permanecer a operação da Usina com 90% da potência nominal no ciclo 17. Outros fatores também contribuíram para que a operação em potência reduzida fosse necessária, um deles foi a proximidade entre as Paradas de Angra 1 e Angra 2 em 2021. Outro fator foi a necessidade de se estender o ciclo de Angra 2 para que a Unidade de Armazenamento a Seco - UAS esteja em operação e receba a carga de elementos combustíveis irradiados necessária antes da nova recarga de combustíveis em Angra 2 prevista para junho de 2021.

Os períodos de indisponibilidade programada durante o ano foram devido à Parada para Reabastecimento de Combustível - 2P16, testes das válvulas e dispositivos de proteção da turbina e à operação a 90% da potência nominal no ciclo 17 iniciada no final de agosto.

A Usina operou durante 31,1 dias em regime de alongamento de ciclo antes do início da Parada 2P16.

O principal motivo para que Angra 2 apresentasse um grande período de indisponibilidade não programada em 2020 foi o evento de oxidação superficial inesperada no revestimento das varetas dos Elementos Combustíveis - EC da série R que levou a uma extensão da Parada 2P16 de aproximadamente 34 dias.

O cálculo de um novo núcleo foi então realizado para compor o ciclo 17.

A duração prevista para este ciclo 17 é de 263 DEPP com operação a 90%, considerando que a operação de Alongamento de ciclo não será realizada devido ao alcance do limite de queima estrutural dos EC.

A produção histórica acumulada das duas Unidades alcançou o valor de 320,8 milhões de MWh.

Devido a pandemia da COVID-19, a missão de suporte técnico, denominada Member Support Mission - MSM e missão de acompanhamento, denominada Follow-up, conduzidas pela World Association of Nuclear Operators - WANO foram adiadas para 2021.

Em relação à Implantação da Operação de Angra 3, foram realizadas as ações planejadas, consistentes com a evolução do empreendimento, no que diz respeito à Diretoria de Operação e Comercialização.

Destacam-se as atividades realizadas junto à Diretoria Técnica na definição da Interface Homem Máquina da Sala de Controle, especificação do simulador junto com o Departamento de Treinamento - DTR.O e análises de Engenharia de Fatores Humanos -HFE nas atividades relacionadas à operação de sala de controle digital.

Acompanhando a performance dos últimos anos, as metas propostas para os Indicadores dos sistemas relacionados à segurança de Angra 1 e Angra 2, não só foram atingidas, como alcançaram valores iguais ou melhores que o Best Quartile das usinas

reportadas à WANO e à IAEA, expressando uma operação segura e confiável das mesmas.

Em 2020, cabe destacar que Angra 2 atingiu o seguinte marco histórico no dia 19 de junho, em que a Unidade, que entrou em operação comercial em 2001, alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh.

Outro fato importante é que a Usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua no ciclo 16 e o fator de capacidade neste ciclo foi de 99,43%, o maior das usinas do Sistema Eletrobras. Aliado a este bom desempenho no ciclo 16 o indicador de taxa de perda forçada de Angra 2 registrou o valor de 0,02% no referido ciclo, configurando um excelente resultado para este indicador, que a enquadra dentro do 1º quartil da WANO-Paris Center e demonstra que as práticas operacionais e de manutenção estão adequadas com as melhores práticas da indústria internacional reportadas a WANO-PC.

O programa de extensão de vida de Angra 1 – LTO obteve um desenvolvimento conforme planejado e alcançou o objetivo acordado com a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN com a entrega da revisão 01 do pedido de renovação de licença em maio de 2020, bem como o desenvolvimento dos procedimentos do Programa de Gerenciamento - PGE para o Manual de Operação da Usina - MOU de Angra 1.



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Ministério de Minas e Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

10- GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NUCLEARES E/OU RADIOATIVOS

Todos os rejeitos radioativos gerados em usinas nucleares devem ser armazenados de forma segura e isolados do público e meio ambiente. Duas questões precisam ser consideradas em rejeitos radioativos: o nível de atividade (que contribui para a sua toxidade) e a meia vida do elemento radioativo (que contribui para o tempo em que permanecerá em atividade).

É importante destacar que rejeitos radioativos é qualquer material resultante de atividades humanas, que contenha radionuclídeo em quantidades superiores aos níveis de dispensa especificados na Norma NN-3.01 da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica), e para o qual a reutilização é imprópria ou não prevista.

Os rejeitos radioativos são classificados como de baixa, média e alta atividade.

Os rejeitos radioativos de baixa atividade são os materiais descartáveis usados na operação e manutenção, tais como, roupas, luvas, sapatilhas, pecas de reposição e etc.

Os rejeitos radioativos de média atividade são, por exemplo, as resinas de purificação e fluídos de processo.

Os rejeitos radioativos de baixa e média atividade são acondicionados em embalagens metálicas, testadas e qualificadas pela CNEN e transferidos para um depósito inicial, construído no próprio sítio da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA. Esse depósito é permanentemente controlado e fiscalizado por técnicos em proteção radiológica e especialistas em segurança da ELETRONUCLEAR.

Os rejeitos radioativos de alta atividade são os produtos de fissão e estão contidos nos elementos combustíveis usados, os quais são armazenados inicialmente dentro de piscinas no interior das usinas. Estas piscinas atendem a todos os requisitos de segurança exigidos internacionalmente. Angra 1 e Angra 2 têm capacidade para armazenar os elementos combustíveis por longos períodos de sua vida útil

Tecnicamente estes materiais não são considerados rejeitos, uma vez que 90% do combustível usado podem ser reprocessados e reciclados no futuro e transformados em um combustível denominado óxido misto, se o país assim decidir.

Os rejeitos radioativos também podem ser classificados em função da meia-vida dos elementos radioativos neles existentes, como rejeitos de longa duração e de baixa duração.

O total de rejeitos radioativos de baixa e média atividade, produzidos na CNAAA pelas usinas Angra 1 e Angra 2, em 2020, foi de 64,6 metros cúbicos, sendo que a meta estabelecida pela Companhia era de não superar o total de 82,1 metros cúbicos. Como podemos ver, esta meta foi atendida com expressiva folga.

Os embalados contendo rejeitos radioativos de baixa e média atividade só deverão sair das dependências da CNAAA quando a CNEN selecionar e licenciar o Depósito Final para a armazenagem definitiva dos mesmos. A CNEN tem a responsabilidade da implantação da Política Nacional de Rejeitos Radioativos.

A indústria nuclear é uma das poucas atividades com interferência humana que têm capacidade para controlar totalmente os rejeitos radioativos que produz. Devido às características do material radioativo, a ELETRONUCLEAR armazena e controla em tempo integral todos os rejeitos radioativos nucleares das usinas de Angra.

A área de Proteção Radiológica da Companhia dispõe de procedimentos específicos para a monitoração, inspeção, transporte e contabilização dos embalados produzidos pelas Usinas Angra 1 e Angra 2, que visam garantir a integridade das pessoas e do meio ambiente.

11- GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental na ELETRONUCLEAR tem total aderência aos objetivos estratégicos de planejamento empresarial sempre buscando eficiência nos seus processos e sistemas internos.

Dentre as ações já em curso visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a ELETRONUCLEAR implementou na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA o Sistema de Gestão Ambiental – SGA, em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14001:2015.

Adicionalmente, a ELETRONUCLEAR adota critérios de sustentabilidade em seus processos de aquisição de materiais e de forma mais pontual nas contratações de serviços, buscando alinhar suas práticas de mercado e garantir uma atuação sustentável em todo seu ciclo produtivo.

Como principal vetor de inclusão da variável socioambiental na sua atividade a ELETRONUCLEAR se pauta nos compromissos assumidos junto ao licenciamento ambiental, através de vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental, aos quais destacamos:

- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Qualidade de Águas PMCQA;
- Programa de Inserção Regional;
 Programas de Coronsismento de Regional;
- Programas de Gerenciamento de Resíduos Industriais;
 Programa de Apolo à Educação Municipal e Estadual;
- Programa de Apoio à Educação Municipal e Estadual;
 Auditorias Ambientais:
- Auditorias Ambientais;
 Programa de Monitora
- Programa de Monitoração Ambiental Radiológico Operacional PMARO;
 Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinha;
- Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinha;
 Programa de Monitoração de Tartarugas Marinhas Tartaruga Viva;
- Centro de Reabilitação de Animais Silvestres CRAS.
- Programa Ambiental de Construção.

O investimento plurianual da Unidade Armazenamento a Seco (PDNG 2021_2025), segue a distribuição abaixo: Status: 22.01.21

A ELETRONUCLEAR segue um rigoroso programa de monitoração ambiental, baseado em estudos ambientais iniciados em 1978. Os resultados das análises ambientais atuais são comparados com os resultados dos dados obtidos nestes mais de quarenta anos de monitoração, demonstrando que a operação da CNAAA é segura.

O controle da qualidade das análises é realizado através de programas de intercomparação mantidos pela Agência Internacional de Energia Atômica e pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria, da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

12- PLANOS DE SEGURANÇA

A ELETRONUCLEAR, através seu Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho, acompanha preventivamente as atividades operacionais e os registros de eventos relacionados aos acidentes do trabalho.

Em 2020, em aproximadamente 3.278.544 milhões de Homens-Horas Trabalhadas com Exposição ao Risco dos seus empregados próprios, foram registrados 2 Acidentes com perda de tempo (gerando 5 dias perdidos) e 06 sem perda de tempo.

No ano de 2020, houve redução do número de acidentes com afastamento na Companhia em relação ao ano anterior. Contribuiu

fortemente para esta redução, um plano de ação para a redução de acidentes que foi implantado a partir dos últimos meses de 2018, tendo continuidade em 2019 e 2020 onde foi buscada a melhoria dos resultados relativos à saúde, bem-estar e segurança no trabalho de seus colaboradores. Contribuiu indiretamente para o resultado, a redução do número de empregados trabalhando de forma presencial em atendimento ao protocolo de contingenciamento do COVID. Foram mantidos os essenciais à operação das usinas e obra do UAS.

As ações da Companhia no sentido de melhorar a saúde, bem-estar e segurança no trabalho de seus colaboradores são pautadas pela política de gestão de segurança integrada e pelo Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. O Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional tem como principal objetivo estabelecer diretrizes básicas de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional a fim de preservar a integridade física de pessoas, quando na operação ou execução dos seus projetos, serviços e obras nas áreas de responsabilidade da ELETRONUCLEAR.

<mark>13- POLÍTICAS ADOTADAS</mark> PELA GESTÃO AMBIENTAL

Para garantir a proteção ao meio ambiente e o cumprimento da legislação ambiental vigente, a ELETRONUCLEAR desenvolveu um permanente e rigoroso programa de monitoração baseado em estudos ambientais iniciados em 1978 e que foram chamados de pré-operacionais.

Nessa época, foi criado o Laboratório de Radioecologia, atualmente Laboratório de Monitoração Ambiental, com a missão de realizar o monitoramento ambiental na área do entorno da central nuclear. Esse trabalho incluiu a medição dos níveis de radioatividade natural e a análise de amostras ambientais coletadas tanto em ambiente marinho quanto em terrestre.

A monitoração ambiental é realizada de forma ininterrupta e seus resultados são comparados com os dados obtidos no período pré-operacional, compreendendo quase 40 anos de monitoração.

Em 2016, a ELETRONUCLEAR implantou o Sistema de Gestão Ambiental - SGA na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA – Unidades 1, 2 e instalações de apoio.

Dentre as ações já em curso visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a ELETRONUCLEAR está

implementando o processo de medição do consumo de água através da instalação de hidrômetros nas captações realizadas para abastecimento da CNAAA.

Embora o processo da geração nuclear seja caracterizado pela baixa emissão de gases de efeito estufa, a ELETRONUCLEAR

contribui na elaboração do Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Eletrobras, reforçando seu compromisso com a abordagem do tema Mudanças Climáticas. Este documento apresenta os resultados do cálculo de emissões de gases de efeito estufa - GEE, baseado, entre outras, nas informações sobre consumo de combustíveis fósseis das empresas Eletrobras, com base em informações individuais fornecidas por cada uma de suas empresas. Além das emissões de GEE, também são apresentadas a estimativa das emissões para a atmosfera de óxidos de enxofre (SO₂) e de óxidos de nitrogênio (NO_x) de acordo com metodologia de cálculo indireto.

Quanto ao gerenciamento da biodiversidade, destacamos a execução do Programa de Monitoramento e Ocorrência de Tartarugas Marinhas na Área de Influência da CNAAA — Programa Tartaruga Viva. Além de acompanhar a saúde e parâmetros biológicos de animais em áreas afetadas e não afetadas pelo efluente térmico da CNAAA, esse programa presta atendimento veterinário a tartarugas debilitadas encontradas nas praias da região. Os indivíduos recuperados são devolvidos ao mar perto do local onde foram encontrados. O Programa Tartaruga Viva realiza ainda ações de educação ambiental ao receber visitantes em sua base de trabalho.

voluntária da ELETRONUCLEAR e está sendo licenciando junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA. O CRAS atende animais feridos, debilitados e órfãos de variadas espécies, como por exemplo: gambás, ouriços, bugios, tamanduás, tatus, corujas, gaviões, tucanos, papagaios, serpentes, lagartos e jabutis. Por ano são atendidos em média 160 animais, os quais são devolvidos ao seu ambiente natural após a reabilitação ou encaminhados para instituições credenciadas, quando a soltura não é possível.

<mark>Anexo ao Laboratório de Monitora</mark>ção Ambiental, o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS é uma iniciativa totalmente

O Projeto de Recuperação Ambiental da Restinga de Mambucaba, localizado em uma estreita faixa de areia dentro de uma área de propriedade da ELETRONUCLEAR, contou com o plantio de mais de 20.000 mudas de espécies da flora típica desse ecossistema e foi finalizado em 2014, sendo rebatizado de Parque Restinga de Mambucaba.

Há ainda a Trilha Poră, inaugurada pela ELETRONUCLEAR em 2003. É um trajeto de 2,5 km situado ao longo da Rodovia BR-101 (Rio-Santos), próximo à Vila Residencial de Praia Brava, Angra dos Reis. A trilha está em uma área de propriedade da Companhia com cerca de 440 hectares, dentro do bioma Mata Atlântica. Trata-se de uma área de preservação permanente, pois é patrimônio natural protegido pela Constituição da República de 1988 e pela Lei 11.428/2006. Tanto a trilha quanto o Parque Restinga de Mambucaba estão abertos à visitação pública, recebem anualmente centenas de estudantes, e constituem uma importante ferramenta para ações de educação ambiental.

Em 2020, a ELETRONUCLEAR começou a executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas no Parque Nacional da Serra da Bocaina - PNSB. A Companhia irá promover ações como a retirada de espécies vegetais exóticas e o plantio de espécies nativas em uma área total de 62 hectares, dentro dos limites do PNSB. Essa área foi indicada pela própria gestão da unidade de conservação e divide-se entre os municípios de São José do Barreiro (SP) e Paraty (RJ).

14- UNIDADE DE ARMAZENAMENTO A SECO - UAS

A capacidade de armazenamento de elementos combustíveis irradiados – ECIs nas piscinas de combustívei usado – PCUs das usinas é limitada e, de acordo com a concepção de projeto dessas plantas, os elementos armazenados há mais tempo devem ser removidos para unidades de armazenamento complementares, permitindo o armazenamento, nas PCUs, dos ECIs recém-retirados dos públicos dos reatores.

O empreendimento denominado Unidade de Armazenamento a Seco - UAS trata da implantação de uma instalação específica, externa às Usinas, para a estocagem complementar dos elementos combustíveis utilizados nos núcleos dos reatores de Angra 1 e Angra 2.

Considerando o esgotamento da capacidade de armazenamento de ECIs nas PCUs (junho de 2021 para Angra 2 e julho de 2022 para Angra 1) e a falta de perspectiva, no curto prazo, da disponibilização de uma instalação de estocagem de longo prazo para o

para Angra 1) e a falta de perspectiva, no curto prazo, da disponibilização de uma instalação de estocagem de longo prazo para o combustível usado, o empreendimento visa viabilizar a continuidade da produção de energia elétrica de origem nuclear.

Valores em R\$ x 106

RUBRICA Re		2017	2018	2019	2020	2021		TOTAL POR RUBRICA			
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Comp.	A Comp.
Obras Civis (Realizados: Topografias, Supressão de vegetação) (a realizar: desmonte e tratamento talude)	0,00	0,00	1,19	14,04	0,00	0,00	0,00	15,23	15,23	0,00	0,00
Equipamentos e Materiais (Holtec - fornecimento)	0,00	0,00	5,73	41,97	52,39	5,69	0,34	105,78	100,43	3,87	1,48
Engenharia - Projetos (Audiência pública, Visual Info e Holtec projeto executivo)	0,03	4,82	5,68	13,56	30,99	58,34	0,00	113,41	55,07	28,25	30,08
Engenharia - Consultorias (INPI, EPRI, GEOPHI, Inspeções escopo nacional e importado)	1,16	-0,17	0,84	3,36	4,10	0,00	0,00	9,29	9,29	2,31	-2,31
Licenciamento (Bourscheid, taxas com publicação em imprensa nacional, taxas com IBAMA e CNEN)	0,00	0,12	0,10	0,12	0,02	0,00	0,00	0,36	0,36	0,09	-0,09
Compensação Sócio-ambiental (PMAR)	0,00	0,00	0,00	1,12	0,00	0,00	0,00	1,12	1,12	0,22	-0,22
Administração / Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	8,08	0,00	0,00	8,08	8,08	0,00	0,00
TOTAL POR ANO	1,19	4,77	13,54	74,17	95,57	64,02	0,34	253,26	189,58	34,75	28,93

15- PROGRAMA DE EXTENSÃO DA VIDA ÚTIL DE ANGRA 1 – LONG TERM OPERATION - LTO

A Usina de Angra 1, a primeira planta termonuclear brasileira, entrou em operação em 1985, sendo licenciada para operar por 40 anos, até dezembro de 2024.

A utilização de plantas nucleoelétricas por prazo superior ao tomado como base no projeto ou estabelecido por sua licença corrente vem sendo considerada, em vários países, tanto com o objetivo de otimizar o ciclo de vida das usinas em operação quanto como uma alternativa para a preservação dos níveis de geração nuclear com o parque existente enquanto novos empreendimentos encontram-se em fase de projeto ou de implementação.

A ELETRONUCLEAR, em linha com o praticado para plantas similares em todo o mundo, planeja estender a geração de energia da Usina de Angra 1 por mais 20 anos, tendo para isso estruturado o Programa de Extensão da Vida Útil da Usina de Angra 1.

Tecnicamente, para a extensão da vida útil da usina, faz-se necessária a execução de avaliações de engenharia (gerenciamento do envelhecimento dos sistemas, estruturas e componentes das plantas), avaliações ambientais e os processos de licenciamento nuclear e ambiental, além da implementação de um conjunto de modificações de projeto, substituições e reparos de sistemas e componentes a serem requeridos em decorrência dessas avaliações, envolvendo diversas áreas da ELETRONUCLEAR.

Para a extensão de vida útil da usina a ELETRONUCLEAR apresentou à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN em 29 de outubro de 2019 a Solicitação de Renovação da Licença - SRL.

Quanto ao licenciamento ambiental, a ELETRONUCLEAR iniciou as negociações com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para a definição das ações para viabilizar a renovação da licença de operação da CNAAA cuja validade vai até março de 2024.

Estima-se que estas atividades de licenciamento e desenvolvimento de projetos de modernização e melhorias em sistemas de segurança necessitem de um desembolso de capital expressivo para sua execução. A ELETRONUCLEAR, atualmente, está negociando com potenciais parceiros provedores dos serviços e com instituições financeiras para a contratação e obtenção de recursos para o seu desenvolvimento.

16- PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA USINA DE ANGRA 3

A Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob a égide da Portaria do Ministério de Minas Energia - MME Nº 980, de 23 de dezembro de 2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa contratual regulada, a qual foi revisada pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE: Resolução Nº 14, de 09 de outubro de 2018 – DOU de 23 de outubro de 2018.

A mencionada resolução aprovou o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução nº 7, de 05 de junho de 2018, recomendando adotar como preço de referência para a energia proveniente da usina a tarifa de R\$ 480,00/MWh, a valores de julho de 2018, tendo como objetivo estabelecer condições para a viabilização do empreendimento.

Portanto, a modalidade de comercialização de energia de reserva da Usina Angra 3 assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Companhia ressalva que diante da dificuldade da ELETRONUCLEAR em alocar recursos próprios em montantes suficientes para suportar as atividades de Angra 3, agravadas pela elevação da exigência de contrapartidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, uma das instituições financeiras financiadora do empreendimento, que alterou de 20% para 40%, o percentual de participação financeira com recursos próprios, aplicáveis aos itens considerados financiáveis, levaram a Companhia a decidir, no terceiro trimestre de 2015, pela suspensão da maior parte de seus contratos com fabricantes nacionais e a reduzir sensivelmente os dispêndios associados aos contratos de serviços, de maneira a melhor compatibilizar a relação dos desembolsos ao fluxo de caixa existente e a conter a escalada de pagamentos em aberto. As suspensões foram efetuadas em duas etapas, sendo a primeira amparada pelo inciso XIV, do artigo 78, da Lei 8.666/93 que, resumidamente, prevê a suspensão contratual, de forma unilateral, sem ônus para a Administração, e, a segunda, finalizada em junho de 2016, em termos consensuais, sendo assegurado o ressarcimento dos custos incorridos, pela suspensão, às empresas contratadas.

Considerando que o obstáculo maior para viabilização do projeto foi solucionado com a revisão tarifária realizada, mencionada anteriormente, a administração da Companhia vem avançando em gestões para que novas extensões de suspensões consensuais sejam viabilizadas, de forma a ser garantida a continuidade dos contratos então vigentes.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3, e as implicações de sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras, a administração da ELETRONUCLEAR vem conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Desde 2016, a ELETRONUCLEAR vem buscando assessoria de consultorias especializadas visando à conclusão de Angra 3. Foram elas:



CNPI Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Ministério de Minas e Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

• Deloitte Consultores - Para auditar o status das obras civis e verificar irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas | A retomada de alguns contratos de fornecimento de Angra 3 é outro ponto crucial para o cumprimento do cronograma de conclusão da União - TCU por meio de Relatório de Fiscalização (TC nº 002.651/2015-7), bem como efetuar uma análise da estimativa dos custos relacionados ao cancelamento das obras de implantação da usina, bem como da estimativa de custos para sua conclusão (Cost to Complete), foi contratada a Deloitte Consultores. Foi analisada a procedência das constatações do TCU bem como estudos de mecanismos de ajuizamentos de ações em ressarcimentos a eventuais prejuízos identificados. Já a orçamentação de Angra 3 foi estruturada em rubricas de diversas disciplinas e áreas incluindo assessoria no pleito de revisão tarifária de Angra 3 e a estruturação financeira e operacional com um parceiro, provavelmente internacional. Foram avaliados diversos cenários e modelos de negócio.

· Veirano Advogados - Para analisar a legalidade da possível estrutura societária do negócio e do ambiente regulatório dos cenários estudados pela Alvarez & Marsal, bem como do modelo de efetivação da parceria em avaliação, foi contratado o Veirano Advogados, uma consultoria jurídica especializada em direito societário, com vasta experiência no setor elétrico.

A conclusão das obras da Usina de Angra 3 em condições sustentáveis depende de uma nova estruturação financeira, dado o montante de investimentos ainda a realizar, da ordem de R\$ 15 bilhões (não auditado).

Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir um novo empréstimo, visto que todos os seus ativos iá estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017 expirou o waiver contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CAIXA AECONÔMICA FEDERAL - CEF, passando a Companhia a sei obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo fortemente o caixa da Companhia

Uma das grandes questões que precisava ser sanada para que fosse possível prosseguir rumo à conclusão do empreendimento de Angra 3 era a revisão do valor originalmente definido para a tarifa de Angra 3, de R\$ 237/MWh (vigente entre novembro de 2016 e outubro de 2017). Esse valor apresentava grande defasagem em relação ao necessário para tornar a operação da usina sustentável, bem como inviabilizava a renegociação com credores.

Para tentar solucionar essa questão, em 05 de junho de 2018, aconteceu a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Naciona de Política Energética - CNPE, na qual foi determinada a formação de um Grupo de Trabalho - GT liderado pelo MME, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, da Eletrobras, da ELETRONUCLEAR e do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, visando elaborar, em 60 dias, um documento propondo e justificando a revisão da tarifa de Angra 3 e as medidas necessárias para conclusão do projeto. A versão final do documento foi concluída em setembro de 2018.

Em 23 de outubro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução nº 14 do CNPE, que estabelece condições iniciais para a viabilização de Angra 3, confirmando as decisões da 4ª Reunião Extraordinária do CNPE, ocorrida no dia 09 de outubro de 2018, que apreciou as considerações do referido grupo de trabalho. Tal Resolução determinou a aprovação do valor de referência para o preço de energia de Angra 3, de R\$ 480,00/MWh (base julho/2018), conforme calculado pela Empresa de pesquisa Energética - EPE, bem como remeter ao Conselho do Programa de Parceria de Investimento a avaliação dos três modelos propostos pelo Grupo de Trabalho para a viabilização de Angra 3 por meio de participação de investidor privado (societária, não societária e so<mark>ciedade de</mark> propósito específico), e definição do modelo de negócio e processo competitivo mais adequados.

Essa revisão tarifária foi fundamental naquele momento, pois além de dar condições para a renegociação da dívida, restabeleceu a atratividade do projeto, fortalecendo o interesse dos eventuais parceiros.

Em 01 de setembro de 2020, ocorreu importante evento relacionado à tarifa do projeto com edição da Medida Provisór<mark>ia - MP n</mark> 998/20 (DOU de 02 de setembro de 2020), que trouxe diversos aspectos relevantes do setor elétrico brasileiro, e um artigo dedicado especificamente ao projeto de Angra 3, estabelecendo novos parâmetros para outorga da Usina, além da autorização para celebração de um novo Contrato de Energia de Reserva - CER e, principalmente, definindo que o preço de venda da energia deveria garantir a viabilidade econômico-financeiro do projeto. A referida MP foi aprovada na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2020 na forma de Projeto de Conversão de Lei – PLC nº 42/2020 e depois pelo Senado Federal em 04 de fevereiro de 2021. Em 01 de m<mark>arço de</mark> 2021, o texto foi sancionado pelo sr. Presidente da República por meio da Lei 14.120/2021. Esta lei é muito importante para a ret<mark>omada</mark> do empreendimento, pois define um marco legal para diversas questões relacionadas ao empreendimento, dando segurança ju<mark>rídica</mark> para que a ELETRONUCLEAR possa investir na retomada da Usina.

Uma das mais importantes é a rescisão do contrato de energia de reserva existente, sem prejuízo às partes envolvidas, além da pactuação de um novo contrato, com preço da energia que atenda à rentabilidade do empreendimento e à modicidade tarifária. Neste sentido, salienta-se que a Resolução 14, de 9 de outubro de 2018 continua vigente e que os estudos em andamento do BNDES conterão informações mais atualizadas com a realidade da Usina, como por exemplo, a realização de avaliação das condições da obra civil e equipamentos e a atualização do orçamento da obra, conforme os impactos gerados pelo do fim do RENUCLEAR, da forte apreciação do euro em relação ao real e da inclusão da estimativa de aquisição de elementos combustíveis que foram utilizados em Angra 2. A lei define ainda a apropriação para o preço de energia dos possíveis ganhos que venham a ocorrer durante o processo competitivo de contratações de fornecedores para a conclusão do empreendimento.

Conforme orientação do Conselho de Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, a ELETRONUCLEAR realizou. em maio e junho de 2019, o processo de Market Sounding junto aos potenciais parceiros, detentores e proprietários de tecnologia de usinas nucleares à água pressurizada - PWR, com experiência em construção e comissionamento de usinas nucleares e atuação internacional no setor nuclear. Após convites e confirmações de interesse em participar desta etapa, as empresas que participaram deste processo foram: Électricité de France - EDF e Framatome (ambas da França), RosatomStateAtomic Energy Corporation (Rússia), China Nacional Nuclear Corporation - CNNC e State Nuclear Power Technology - SNPTC (ambas chinesas), Korea Electric Power Corporation - KEPCO (Coréia) e Westinghouse (EUA). Os potenciais parceiros enviaram seus questionamentos sobre o documento recebido e suas considerações sobre os modelos propostos, que foram apresentadas durante reuniões individuais com cada potencial parceiro interessado na viabilização de Angra 3. O relatório com os resultados do processo foi encaminhado à Eletrobras, MME e CPPI em julho de 2019. É importante ressaltar que grande parte dessas empresas já visitaram o sítio e estabeleceram memorandos de entendimento com a ELETRONUCLEAR para troca de informações sobre o Projeto.

Em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos - PPI. O mesmo decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a amente adotado. O Comitê é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Econo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do Artigo 2º do aludido decreto presidencial prevê que a ELETRONUCLEAR contrate estudos independentes, para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo.

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela ELETRONUCLEAR anteriormente, conjuntamente com a Alvarez & Marsal, e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como estruturação, condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes.

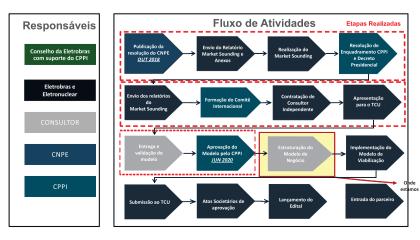
Como o produto da primeira fase deste trabalho o BNDES apresentou um relatório conceitual avaliando os modelos até então contemplados e propondo um modelo alternativo. A diferença essencial entre este modelo e os anteriores é a segregação dos riscos do projeto entre dois parceiros: (i) o parceiro financeiro e (ii) o parceiro operacional ou técnico. O primeiro é o responsável por aportar os recursos no empreendimento e o segundo será contratado com a responsabilidade de concluir a obra, sendo remunerado à medida que ocorrer o avanço físico-financeiro do contrato. Essa segregação dos riscos aumenta significativamente a atratividade do projeto.

Em 10 de junho de 2020, aconteceu a reunião do CPPI que aprovou o modelo alternativo para conclusão das obras de Angra 3 recomendado pelo BNDES, antes validado pelo Comitê Interministerial. Assim, foi dado início à Fase 2 do contrato do BNDES, que abrange a estruturação do modelo, respaldado pelas diligências cabíveis, e implementação do processo competitivo para seleção dos agentes que atuarão na conclusão das obras civis e financiamento de Angra 3.

Atualmente os trabalhos concentram-se na contratação, pelo BNDES, dos seguintes servicos técnicos especializados necessários à estruturação do modelo:

- · Avaliação Econômico-Financeira
- · Due Diligence Técnico-Operacional • Due Diligence Jurídica
- · Due Diligence Contábil-Patrimonial Avaliação ambiental
- · Avaliação do Licenciamento nuclear
- Avaliação de Recursos Humanos e Avaliação Previdenciária
- Modelagem da reestruturação · Assessoria Jurídica
- Assessoria de Comunicação
- · Outros Serviços Especializados

O fluxograma abaixo detalha as atividades para a retomada do empreendimento, indicando em que ponto do processo os trabalhos



da usina, por isso, em outubro de 2018, foi assinado um novo contrato com o escritório Veirano Advogados, de prestação de serviços de assistência jurídica no processo de retomada dos contratos de fornecimento de Angra 3.

Como consequência disso, contatos foram feitos com os fornecedores desses contratos, tendo-se iniciado o processo de renegociação

Em paralelo, no segundo semestre de 2019, foi iniciado um estudo visando o planejamento de atividades para atendimento e viabilização da linha crítica do projeto, de forma a garantir o início de operação comercial em 2026, conforme cronograma vigente do empreendimento. Esse estudo tomou forma no Plano de Aceleração da Linha Crítica, que contempla um escopo limitado de obras civis e montagem eletromecânica com o propósito de adiantar as atividades da linha crítica do cronograma de obras, de forma a assegurar a manutenção da entrada em operação da usina no final de 2026, conforme previsto no cronograma geral do

No momento a ELETRONUCLEAR está com os editais de obras civis e de engenharia de proprietário prontos para I dar início ao processo licitatório. As atividades do Plano de Aceleração da Linha crítica terão início no primeiro semestre de 2021, estendendo-se até 2024, havendo assim uma superposição com as atividades do epcista a ser contratado conforme a modelagem aprovada no CPPI

Governança e Compliance

A ELETRONUCLEAR está finalizando a contratação de serviço de consultoria especializada para apoio à área de Integridade da ELETRONUCLEAR, para a verificação e aprimoramento dos programas existentes e na elaboração, implementação e execução de um Programa Especifico de Integridade Corporativa - Compliance dedicado ao empreendimento de Angra 3.

A empresa a ser contratada deverá estar apta a atuar no suporte ao Departamento de Conformidade da ELETRONUCLEAR, não só em relação à adoção dos procedimentos aplicáveis aos serviços que permanecerão sob a responsabilidade da ELETRONUCLEAR, passando pela avaliação de integridade do parceiro do empreendimento, mas também na fiscalização de suas atividades, englobando todas as atividades inerentes a serviços dessa natureza.

<mark>Em paralelo, para acompanha</mark>mento geral do empreendimento, a Eletrobras está estruturando o Comitê de Supervisão de Angra 3, para o monitoramento de todos os aspectos do empreendimento.

17- O FUTURO

<mark>Nos próximos anos, os esforços </mark>da ELETRONUCLEAR estarão concentrados na conclusão de Angra 3, na construção da Unidade de Armazenamento a Seco – UAS e nas iniciativas para estruturação financeira e operacional para o Projeto Programa de Extensão da Vida Útil De Angra 1 - Long Term Operation - LTO por mais 20 anos, além da manutenção de elevados padrões de desempenho das usinas de Angra dos Reis.

O Plano Nacional de Energia - PNE 2050, elaborado pela EPE e em consulta no MME, considera, além de Angra 3, 6 novas usinas de geração nuclear em operação até o ano de 2050. Anteriormente, ainda na vigência do PNE 2030, o MME havia determinado <mark>que a ELETRONUCLEAR conduzisse os e</mark>studos de localização para a construção de uma nova central nuclear a ser instalada na

<mark>Em 2021, a ELETRONUCLEAR continuará a tocar</mark> seus empreendimentos. A Companhia terminará a Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustíveis Irradiados - UAS, um empreendimento essencial para que as usinas nucleares continuem <mark>operando, no primeiro semestre e dará sequência ao</mark>s preparativos para reiniciar a construção de Angra 3. Temos ainda programadas duas paradas de reabastecimento de combustível, uma para cada usina, o que faremos com todo o cuidado necessário.

<mark>É importante ressaltar o papel essencial que as u</mark>sinas nucleares da Companhia têm para manter a segurança de abastecimento do <mark>sistema elétrico nacional. Isso foi especialmente</mark> relevante durante a pandemia, com tantos brasileiros trabalhando em suas casas.

<mark>Posteriormente, também por solicitação do</mark> Ministério de Minas e Energia - MME e da Empresa de Pesquisa Energética - EPE os estudos foram estendidos para outras regiões do país, visando fazer um inventário de áreas capazes de assentar uma central nuclear em todo o território nacional, para potencial utilização futura. A seleção definitiva do sítio estará associada aos estudos <mark>de política energética da EPE, que ind</mark>icará a região mais adequada a receber o primeiro empreendimento nuclear após Angra 3.

18- A ELETRONUCLEAR E A SOCIEDADE

- De 18 a 35 anos

De 36 a 60 anos Acima de 60 anos

<mark>O cumprimento dos preceit</mark>os estatutários da ELETRONUCLEAR, como delegada da União para exploração de instalações nucleares para geração elétrica no País, está intrinsecamente associado ao desenvolvimento de atividades que garantam o <mark>atendimento de todos</mark> os requisitos de segurança inerentes às suas instalações, bem como a inserção equilibrada deste processo produtivo nas atividades socioeconômicas da macrorregião de Angra dos Reis

A EL<mark>ETRONUCLEAR desenvolve ações e estabelece políticas que proporcionem benefícios não só à Companhia, mas também para</mark> toda a sociedade. O comprometimento da Companhia com os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, circunvizinhos à Central Nuclear, se traduz por ações de responsabilidade social, através de convênios, programas ou projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e, ao lado de governos e do setor elétrico, em prol do desenvolvimento sustentável da região.

O comprometimento da ELETRONUCLEAR com o ambiente externo e com a melhoria da qualidade de vida da população, de seus empregados e dos prestadores de serviços, está registrado em seu Balanço Social – Informações de Natureza Social e Ambiental, que expressa o compromisso de sua administração na busca da harmonia e da integração entre capital, trabalho e o meio ambiente, conforme as informações contidas no Balanço Social (não auditado) a seguir:

Balanço Social 2020 - Informações de Natureza Social e Ambiental

Balanço Social	2020 -	mormações	s de Nature	za Social (z AIIII.	nemai		
(Valores expressos em milhares de reais)			2005					
Geração e distribuição de riqueza			n 2020				n 2019	
Distribuição do Valor Adicionado		% governo >	34%		l	% governo >	43%	
		acionistas >	5%			acionistas >	-29%	
		npregados >	21%			npregados >	33%	
	% fin	anciadores >	40%		% fina	anciadores >	52%	
L DEGUEGOS HUMANOS		% outros >				% outros >		
I - RECURSOS HUMANOS 1.1 - Remuneração		En	n 2020			Fr	n 2019	
Folha de pagamento bruta (FPB)	R\$			368.208	R\$	<u></u>		379.125
- Empregados	R\$			365.680				376.863
- Administradores	R\$			2.528	R\$			2.262
Relação entre a maior e a menor remuneração:								
- Empregados		16	5,79%			1	6,63%	
- Administradores			_				_	
1.2 - Beneficio Concedidos	Valo	or (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre	Val	or (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	R\$	136.687	37,12%	4,50%	R\$	146.353	38,60%	4,74%
Alimentação	R\$	33.859	9,20%	1,12%	R\$	31.390	8,28%	1,02%
Transporte	R\$	17.365	4,72%	0,57%	R\$	16.499	4,35%	0,53%
Previdência privada	R\$	27.894	7,58%	0,92%	R\$	27.436	7,24%	0,89%
Saúde	R\$	65.976	17,92%	2,17%	R\$	81.871	21,59%	2,65%
Segurança e medicina do trabalho	R\$	3.254	0,88%	0,11%	R\$	2.300	0,61%	0,07%
Educação ou auxilio Creche	R\$	9.774	2,65%	0,32%	R\$	9.524	2,51%	0,31%
Cultura	R\$	116	0,03%	0,00%	R\$	334	0,09%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$	1.217	0,33%	0,04%	R\$	3.384	0,89%	0,11%
Participação nos lucros ou resultados	R\$		0,00%	0,00%	R\$	20.937	5,52%	0,68%
Outros	R\$	82.776	22,48%	2,73%	R\$	65.508	17,28%	2,12%
Total	R\$	378.918	102,91%	12,48%	R\$	405.536	106,97%	13,13%
1.3 - Composição do Corpo Funcional	ΤΨ	070.010	102,0170	12,1070	ΤΨ	100.000	100,0170	10,1070
Nº de empregados no final do exercício				1.660				1.667
Nº de admissões				17				_
Nº de demissões				25				70
Nº de estagiários no final do exercício				143				247
Nº de empregados portadores de necessida-								
de especiais no final do exercício				6				7
Nº de prestadores de serviços terceirizados								
no final do exercício				_				-
Nº de empregados por sexo:								
- Masculino				1.341				1.351
- Feminino							316	
Nº de empregados por faixa etária:								
- Menores de 18 anos								-
	1				I			

166

197

1.297

273

1.216



PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

Ministério de Minas e Energia

Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos			-			-
- Com ensino fundamental			17			17
- Com ensino médio			197			198
- Com ensino técnico			649			643
- Com ensino superior			543			550
- Pós-graduados			254			259
Percentual de ocupantes de cargos de						
chefia, por sexo:						
- Masculino	81%					88%
- Feminino			19%			12%
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra						
a entidade			57			147
Nº de processos trabalhistas julgados						
procedentes			2			8
Nº de processos trabalhistas julgados			47			0.5
improcedentes			17			25
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$		83	R\$		28
II - Interação da Entidade com o Ambiente	ΤΨ	% sobre	% sobre	TV	% sobre	% sobre
Externo	Valor (R\$ mil)	RO	RL RL	Valor (R\$ mil)	RO	RL
2.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 220	-0,06%	0,01%
Cultura	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	R\$ 40.680	13,79%	1,34%	R\$ 41.379	-11,56%	1,34%
Esporte e lazer	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 18	-0,01%	0,00%
Alimentação	R\$ 50	0,02%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	R\$ 125	0,04%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Outros	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	R\$ 40.855	13,84%	1,35%	R\$ 41.617	-11,63%	1,35%
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ 629.978	213,49%	20,75%	R\$ 567.196	-158,45%	18,36%
Compensação financeira pela utilização de						
recursos hídricos	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	R\$ 670.833	227,33%	22,10%	R\$ 608.813	-170,08%	19,71%

2.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores

(DESCREVER OS TERMOS SOBRE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES) A ELETRONUCLEAR se compromete a selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviços baseando-se em critérios legais, técnicos, de qualidade, custo e pontualidade, exigindo, nessas relações contratuais, compromissos com a ética, a integridade corporativa, a sustentabilidade empresarial e o respeito aos direitos humanos. O Guia de Conduta para Fornecedores da Eletrobras reúne as regras de conduta e as práticas anticorrupção, de direitos humanos, ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional que devem ser seguidas pelos seus fornecedores. Os fornecedores da Eletronuclear terão em seus contratos, parcerias, convênios, termos ou acordos, cláusulas específicas conforme o negócio realizado, em que se comprometem a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Guia de Conduta para Fornecedores, o Código de Conduta Ética e Integridade das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade (Compliance) corporativa e as políticas das empresas Eletrobras. Igualmente devem empreender ações que assegurem que as diretrizes constantes nos documentos citados sejam respeitadas em suas próprias cadeias de suprimentos.

and the design of the design o			and propries		o o.p.			
III - Interação com o Meio Ambiente	Valo	r (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valo	r (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade			0,00%	0,00%			0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$	960	0,33%	0,03%	R\$	810	-0,23%	0,03%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados			0,00%	0,00%			0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade			0,00%	0,00%			0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade			0,00%	0,00%			0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$	128.125	43,42%	4,22%	R\$	86.511	-24,17%	2,80%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ ou judicialmente	R\$	-	0,00%	0,00%	R\$	303	-0,08%	0,01%
Passivos e Contingências ambientais	R\$	257.141	87,14%	8,47%	R\$	40.895	-11,42%	1,32%
Total da Interação com o meio ambiente	R\$	386.226	130,88%	12,72%	R\$	128.519	-35,90%	4,16%
IV - Outras informações								
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$			3.035.846	R\$			3.088.510
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	R\$			295.092	-R\$			357.960

19- DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	D ECONÔMICO-FII					
Realizado até Dezembro.19	Realizado até Dezembro.20	RxR ∆%	DRE IFRS 2020 CONSOLIDADO Em R\$ Mil	Realizado 4T19	Realizado 4T20	RxR ∆%
Α	В	B/A		Α	В	B/A
3.519.585	3.459.334	-2%	Geração	910.086	881.030	-3%
74	280	278%	Outras Receitas	30	280	833%
3.519.659	3.459.614	-2%	Receita Operacional Bruta	910.116	881.310	-3%
(431.149)	(423.768)	-2%	Deduções à Receita Operacional	(111.485)	(107.926)	-3%
3.088.510	3.035.846	-2%	Receita Operacional Líquida	798.631	773.384	-3%
(603.067)	(625.183)	4%	Custos Operacionais	(155.420)	(196.494)	269
2.485.443	2.410.663	-3%	Resultado Bruto	643.211	576.890	-109
(2.159.660)	(1.666.253)	23%	Despesas Operacionais	(906.725)	(412.146)	559
(1.121.154)	(1.060.233)	-5%	PMSO	(316.421)	(274.409)	-139
(655.966)	(567.670)	-13%	Pessoal excluindo PAE/PDC	(186.959)	(155.663)	-17
(1.183)	19.573	-	PAE/PDC	(12.523)	4.819	-
(464.005)	(512.136)	10%	MSO	(116.939)	(123.565)	69
(35.073)	(57.647)	64%	Materiais	(11.349)	(8.207)	-289
(299.125)	(301.830)	1%	Serviços	(75.624)	(65.470)	-13
(129.807)	(152.659)	18%	Outras Despesas	(29.966)	(49.888)	669
(462.989)	1.037	100%	Provisões/Reversões operacionais	(441.079)	14.760	1039
(575.517)	(607.057)	5%	Deprec./Amort	(149.225)	(152.497)	29
901.300	1.351.467	-50%	EBITDA IFRS	(114.289)	317.241	378
1.338.036	1.302.963	3%	EBITDA RECORRENTE	1.338.036	1.302.963	30
(683.743)	(449.318)	-34%	Resultado Financeiro	(209.726)	(268.244)	28
194.514	438.936	126%	Receitas Financeiras	(3.968)	(86.796)	2087
(878.257)	(888.254)	1%	Despesas Financeiras	(205.758)	(181.448)	-129
-	-	-	Resultado das Partic. Societárias	-	-	-
(357.960)	295.092	182%	Resultado Operacional Antes IR/CS	(473.240)	(103.500)	78
(122.151)	(186.475)	53%	IR/CS	(19.830)	(1.577)	-929
(480.111)	108.617	123%	Resultado Antes das Participações	(493.070)	(105.077)	799
_	_	-	Participação Minoritária	-	_	_

a) – Receita Operacional Líquida

• Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) aumento de R\$ 317,1 milhões (9,3%) na receita fixa das Usinas de Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.661/2019; (ii) redução da parcela variável de energia no valor de R\$ 377,3 milhões, sendo parcela positiva de R\$ 110,2 milhões em 2019, e parcela negativa de R\$ 267,1 milhões em 2020; ocasionada por: a) pela extensão da parada de Angra 1 (1P25) por 26 dias além do previsto, devido a um curto circuito na conexão da excitratriz com o gerador elétrico; b) pela extensão da parada de Angra 2 (2P16) por 35 dias além do previsto, devido à oxidação verificada em 52 elementos combustíveis. Após o retorno da Usina de Angra 2 em operação, foi definido que sua potência ficará reduzida de 100% para 90% durante todo o ciclo dos novos elementos combustíveis. Em termos de quantidade física de energia produzida nas Usinas de Angra 1 e 2, houve uma redução de 5,6% na performance anual, sendo gerados 14.811,5 mil MWh em 2019 e 14.052,4 mil MWh em 2020.

• Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) aumento de R\$ 79,3 milhões (9,3%) na receita fixa das Usinas de Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.661/2019, que passou de R\$ 852,3 milhões para R\$ 931,6 milhões; que foi compensado por: (iii) provisão de desvio negativo de energia no valor R\$ 50,6 milhões referente a não geração de energia em comparação ao total de garantia física, ocasionada por: a) extensão da parada de Angra 1 (1P25) por 26 dias além do previsto, devido a um curto circuito na conexão da excitratriz com o gerador elétrico; b) pela extensão da parada de Angra 2 (2P16) por 35 dias além do previsto, devido a uma oxidação verificada em 52 elementos combustíveis; (c) por fim, após o retorno da Usina de Angra 2 em operação, foi definido que sua potência ficará reduzida de 100% para 90% durante todo o ciclo dos novos elementos combustíveis. Em termos de quantidade física de energia produzida nas Usinas de Angra 1 e 2, houve uma redução de 6,4% na performance anual, sendo gerados 4.379,2 mil MWh em 2019 e 4.100,8 mil MWh entre trimestres; (iv) contabilização de excedente de energia no valor de R\$ 57,7 milhões no 4T19, sem ocorrência no 4T20.

b) – Custos Operacionais

Δ 2019 / 2020

Encargos sobre uso da rede elétrica

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2020, aumento do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST em R\$ 12,0 milhões; (ii) em 2020, redução do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD no valor de R\$ 4,7 milhões.

Combustível para produção de energia elétrica

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) em quantidade física, o consumo de urânio físsil equivalente (Kg Ueqv) foi inferior em 12,2%, sendo de 1.314,122 Kg Ueqv em 2019 e 1.153,961 Kg Ueqv em 2020, compensado pelo: (ii) aumento do custo médio das recargas de combustível nuclear que foram consumidas nos períodos comparados, que totalizam R\$ 267,7 milhões na data base de Dezembro de 2019 e de R\$ 305,5 milhões da data base de Dezembro de 2020, representando um aumento aproximado de 14,1% em seus preços médios unitários equivalentes.

• △ 4T2019 / 4T2020

Encargos sobre uso da rede elétrica

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) no 4T20 redução do CUST em R\$ 1,1 milhão; (ii) no 4T19 reversão de provisão do CUSD no valor de R\$ 6,4 milhões, sem contrapartida no 4T20.

Combustível para produção de energia elétrica

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) aumento no consumo de urânio físsil equivalente (Kg Ueqv) em 3%, sendo de 335,714 Kg Ueqv no 4T19 e 347,301 Kg Ueqv no 4T20 no valor de R\$ 9,0 milhões; (ii) aumento do custo médio das recargas de combustível nuclear que foram consumidas nos períodos comparados no valor de R\$ 9,5 milhões, representando um aumento aproximado de 14,1% em seus preços médios unitários equivalentes em razão de parcela de reajuste de preço sobre os contratos de aquisição de elementos combustíveis, nas etapas que incidem ajuste por variação do câmbio (dólar e euro); (iii) ajuste não recorrente no valor de R\$ 17,2 milhões (4T20) referentes ao consumo do combustível de trimestres anteriores, antes apurado por estimativas.

c) – Despesas operacionais

c.1) Pessoal

• Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, provisão da Participação de Lucros e Resultados - PLR R\$ 21,0 milhões sem contrapartida em 2020; em 2020 reduções: (ii) redução de utilização do Plano Médico R\$ 14,6 milhões; (iii) redução de contribuição ao INSS R\$ 7,8 milhões; (iv) maior alocação de pessoal para projetos em 2020 R\$ 12,7 milhões; (v) ajuste não recorrente em provisão de férias no valor R\$ 43,3 milhões; em 2020, aumentos: (vi) aumento de horas extras R\$ 6,8 milhões; (vii) variação de salários R\$ 3,7 milhões por: (a) aumento de 3,55% concedido aos empregados por meio de Acordo Trabalhista - ACT a partir de outubro de 2019, com efeitos retroativos a maio de 2019; (b) aumento médio de 1,5% médio por aplicação de promoção por Sistema de Avanço de Nível — SAN a partir de outubro de 2019 com efeitos retroativos a maio de 2019, compensado por: (c) redução relativa a adesão de 56 funcionários ao último plano de demissão consensual, com as últimas saídas computadas em abril de 2020. A expectativa de redução na conta de pessoal era de cerca de R\$ 33,7 milhões. Considerando os últimos 3 planos de desligamento com reflexos em 2019 e 2020, a economia efetiva foi de R\$ 41,2. Economia esperada de OBZ R\$ 0,00.

• Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) provisão PLR de 2019 sem contrapartida no 4T20 no valor de R\$ 21,0 milhões; (ii) redução da utilização do Plano de Saúde R\$ 2,9 milhões; (ii) redução de periculosidade R\$ 2,7 milhões; (iv) redução relativa a adesão de 56 funcionários ao último Plano de Demissão Consensual, com as últimas saídas computadas em abril de 2020; compensado por: (v) valores alocados de Pessoal para Projeto (HH) R\$ 10,9 milhões no 4T20 conta R\$ 12,6 no 4T19. A expectativa de redução na conta de pessoal era de cerca de R\$ 33,7 milhões, sendo R\$ 8,5 milhões no 4T20 esperados com o Plano de Desligamento. Considerando os últimos 3 Planos de Desligamento com reflexos em 2019 e 2020, a economia efetiva foi de R\$ 10,3 milhões no 4T20, superando a meta de economia. Não havia meta de OBZ em pessoal para ELETRONUCLEAR.

c.2) Material

• Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, custos da parada de Angra 2 (2P15 2T2019) no valor de R\$ 9,3 milhões, bem como custos da pré-parada de Angra 1 (1P25 1T2020) no valor de R\$ 2,9 milhões; (ii) em 2020, custos da parada de Angra 1 (1P25 1T2020) no valor de R\$ 17,2 milhões, bem como custos da parada de Angra 2 (2P16 2T2020) no valor de R\$ 6,5 milhões; (iii) aumento do consumo de materiais com reflexo indireto pelas intercorrências das paradas 1P25 e 2P16 no valor de R\$ 10,1 milhões, tendo em vista: (a) a extensão da parada de Angra 1 (1P25) por 26 dias além do previsto, devido a um curto circuito na conexão da excitratriz com o gerador elétrico, e (b) a extensão da parada de Angra 2 (2P16) por 35 dias além do previsto, devido a uma oxidação verificada em 52 elementos combustíveis.

• Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) custos da pré-parada de Angra 1 (1P25 1T2020) no valor de R\$ 2,9 milhões ocorrido no 4T19, sem ocorrência no 4T20.

c.3) Serviços

• Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, custos habituais dos serviços da parada de Angra 2 (2P15 2T2019) no valor de R\$ 67,4 milhões; (ii) em 2020, devido à Pandemia do COVID-19, o escopo das paradas foi bastante reduzido em suas atividades, sendo assim, os custos dos serviços das paradas de 2020 foram inferiores aos de 2019, como segue: (a) 1P25 (1T2020) R\$ 47,2 milhões; (b) 2P16 (2T2020) R\$ 14,5 milhões;



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Minas e Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

△ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) custos remanescentes da parada de Angra 1 (2P15 ocorrida no 2T2019) no 4T19, no valor de R\$ 12,3 milhões e sem ocorrência no 4T20; (ii) despesas diversas de R\$ 4,6 milhões e despesas com leiloeiros de R\$ 2,0 milhões, sem ocorrência no 4T20; (iii) no 4T20, maior gasto com à Fundação Eletronuclear de Assistência Médica FEAM no valor de R\$ 9,8 milhões.

c.4) Outras despesas

A 2019 / 2020

A variação se deu, principalmente, em razão de: em 2019: (i) perdas em condenações judiciais trabalhistas no valor de R\$ 26,2 milhões; (ii) perdas em condenações judiciais tributárias no valor de R\$ 7,3 milhões; (iii) perdas em condenações judiciais em processos cíveis no valor de R\$ 9,3 milhões; em 2020: (iv) Perdas em condenações judiciais trabalhistas no valor de R\$ 12,7 milhões; (iii) ajuste de valores de registrados em Investimento transferidos para despesa referentes aos projetos descontinuados no valor de R\$ 29,5 milhões; (iii) maiores gastos com Impostos e taxas (IPTU / Outros) R\$ 4,2 milhões; (iii) maiores gastos com seguros R\$ 7,3 milhões; (iii) pagamento de anuidade à Eletric Power Research Institute R\$ 10,0 milhões, sem contrapartida em 2019; (iii) maiores custos com aluguel de software R\$ 2,6 milhões.

A 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) no 4T19, atualizações de provisões para contingências no valor de R\$ 9.2 milhões, sem ocorrência no 4T20; (ii) perdas reconhecidas em processos trabalhistas no 4T19 no valor de R\$ 8,4 milhões; (iii) no 4T20, ajuste de valores de registrados em investimento que foram transferidos para "outras despesas" referentes aos projetos descontinuados, no valor de R\$ 29,5 milhões sem contrapartida em 2019.

d) - Resultado financeiro

• Δ 2019 / 2020

Rendimento sobre Fundo de Descomissionamento

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2020, rentabilidade positiva do fundo de descomissionamento, no valor de R\$ 405,2 milhões contra rendimento positivo em 2019 de R\$ 119,0 milhões. O fundo de descomissionamento possui posições em operações compromissadas de dólar futuro, sendo a variação de sua rentabilidade extremamente sujeita a estas oscilações cambiais

Encargos de dívidas

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) em 2020, redução dos indexadores de contratos com BNDES e Eletrobras com destaque para (a) TJLP de 5,57% em dezembro de 2019 para 4,55% em dezembro de 2020 (b) CDI de 6,11% em dezembro de 2019 para 2,97% em dezembro de 2020; (ii) conversão de empréstimos com a Eletrobras holding em capital no valor de 🤼 1.035.8 milhões em outubro de 2020

A 4T2019 / 4T2020

Rendimento sobre Fundo de Descomissionamento

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) no 4T19 rentabilidade negativa do fundo de descomissionamento, no valor de R\$ 18,1 milhões; (ii) no 4T20 rentabilidade negativa do fundo de descomissionamento, no valor de R\$ 110,5 milhões. O fundo de descomissionamento possui posições em operações compromissadas de dólar futuro, sendo a variação de sua rentabilidade extremamente sujeita a estas oscilações cambiais.

Encargos de dívidas

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) no 4T20, redução dos indexadores de contratos com BNDES e Eletrobras com destaque para (a) TJLP de 5,57% em dezembro de 2019 para 4,55% em dezembro de 2020 (b) CDI de 6,11% em dezembro de 2019 para 2,97% em dezembro de 2020; (ii) conversão de empréstimos com a Eletrobras holding em Capital no valor de R\$ 1.035,8 milhões outubro de 2020.

e) – Provisões/reversões operacionais

Δ 2019 / 2020

TOTAL DO ATIVO

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, registro de impairment de Angra 3 no valor de R\$ 462,1 milhões.

Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: no 4T20: (i) revisão de provisões para contingências no valor de R\$ 7,1 milhões, devido à revisão de prognósticos em diversos processos judiciais; (ii) atualização atuarial no valor de R\$ 22,9 milhões; no 4T19: (iii) registro de Impairment de Angra 3 no valor de R\$ 462,1 milhões, sem ocorrência no 4T20; (iv) provisão de PLR no valor de R\$ 22,0 milhões, sem contrapartida no 4T20; (v) revisão de provisões para contingências no valor de R\$ 14,5 milhões (baixas de provisões, com destaque para processo do Instituto do Seguro Social - INSS no valor de R\$ 9,8 milhões); (vi) atualização atuarial no valor de R\$ 32,0 milhões.

Abaixo quadro do resultado financeiro dos dois períodos:

	R\$ N	ЛIL
	2020	2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	16.333	6.748
Ganho sobre tít.e val. Mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 11)	405.281	119.006
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	11.663	27.681
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	-	251
Var. monetárias diversas	2.377	1.451
Var. monetárias Empréstimo	82	1.462
Outras receitas financeiras	3.200	37.915
	438.936	194.514
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos s/ financiamentos	(554.956)	(613.302)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(136.441)	(153.539)
Ajuste a valor presente da obrigação para arrendamento mercantil - IFRS 16	(3.847)	(5.468)
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	(156.077)	(30.031)
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	(250)	(15.100)
Var. monetárias diversas	-	(11.884)
Var. monetária Empréstimo	(13.011)	(16.003)
Var. monetária AFAC	(17.883)	-
Outras despesas financeiras	(5.789)	(32.930)
	(888.254)	(878.257)

20- ENCERRAMENTO

O ano de 2020, foi de grandes desafios, principalmente, por conta da pandemia do novo coronavírus. A ELETRONUCLEAR se <mark>viu obrigada a passar boa parte de se</mark>us colaboradores para o teletrabalho quase que da noite para o dia. Tivemos que fazer muitas adaptações em nossos processos e em nossa forma de trabalhar para que tudo desse certo, contudo, o desempenho da <mark>Companhia indicou que o camin</mark>ho trilhado seguiu a direção correta. Entretanto, temos pela frente importantes desafios que serão decisivos para o sucesso em longo prazo da ELETRONUCLEAR.

TOTAL

Dentre estes desafios destaca-se a conclusão de Angra 3, um empreendimento fundamental para a ELETRONUCLEAR e por extensão para a sua controladora. A viabilização das futuras usinas nucleares brasileiras é outro ponto importante, haja vista a comprovação da necessidade de complementação térmica à matriz elétrica brasileira.

O despacho de nossas usinas praticamente a 100% ao longo de todo o ano de 2020 evidencia o papel que a geração térmica de base vem desempenhando na garantia da segurança do suprimento de energia elétrica.

Quando falamos em transição para a economia de descarbonização, a energia nuclear no futuro do Brasil tende a prover esse papel, com condições de ocupar de 10 a 15% da matriz energética com geração sustentável e segura.

Além disso, acreditamos que o país tem a oportunidade de ser um dos atores mais importante no mercado nuclear mundial.

Dispomos da sétima maior reserva de urânio no mundo, geologicamente com pouca prospecção, e temos o domínio tecnológico de todas as etapas de produção de combustível. Para que esse cenário se concretize, se faz necessário conquistar a aceitação pública para a energia nuclear, um esforço que faz parte de nossas metas.

No encerramento do exercício, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR vem agradecer aos empregados que se engajaram

nas conquistas da Companhia, pelo elevado espírito de participação e empenho em suas funções; à população da macrorregião da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, pelo apoio às nossas atividades e pelas diversas parcerias empreendidas na busca do desenvolvimento econômico e social da região; a todos nossos clientes, acionistas, parceiros e fornecedores; aos Conselheiros de Administração e Fiscal, pela diligente condução da gestão da Companhia; à Diretoria da Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia, pela confianca em nós depositada.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)

31/12/2019 ATIVO NOTA 31/12/2020 CIRCULANTE Caixa e equivalentes de caixa 5a 9.051 8.706 378.424 103.486 Títulos e valores mobiliários 5b 319.724 391.797 Impostos e contribuições sociais 33.567 34.032 Estoque de combustível nuclear 428.340 538.827 Almoxarifado 9 183.306 102.233 10 130.568 63.830 Outros 1.482.980 1.242.911 Realizável a longo prazo 11 1.753.827 1.222.393 Títulos e valores mobiliários Clientes 6 9.187 Estoque de combustível nuclear 8 1.264.780 840.550 Depósitos vinculados 12 68.222 72.312 Outros 10 1.289 1.289 3.088.118 2.145.731 Imobilizado 13.018.163 12.577.194 Intangível 15 92.374 98.564 16.198.655 14.821.489

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

17.681.635

16.064.400

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	1.180.289	843.466
Financiamentos e empréstimos	17	344.038	793.095
Impostos e contribuições sociais	18	96.721	82.354
Obrigações estimadas	19	34.175	72.748
Encargos setoriais	20	15.576	29.672
Benefícios pós-emprego	21	4.101	3.656
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	9.411	25.787
Arrendamento Mercantil	26	22.459	24.338
Ressarcimento de Cliente - Desvio Negativo	27	244.852	-
Outros		44.184	42.111
		1.995.806	1.917.227
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	17	7.267.733	7.956.133
Impostos e contribuições sociais	18	212	1.308
Provisões para riscos	23	244.718	234.165
Benefícios pós-emprego	21	519.997	73.807
Obrigação para desmobilização de ativos	24	3.040.011	3.129.379
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	8.888	18.298
Arrendamento Mercantil	26	9.539	31.998
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	25	1.070.064	700.000
Ressarcimento de Cliente - Desvio Negativo	27	22.259	-
	-	12.183.421	12.145.088
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28		
Capital social		8.493.036	6.607.258
Prejuízos acumulados		(4.109.009)	(4.217.626)
Resultados abrangentes		(881.619)	(387.547)
Lucro (prejuízo) do período		3.502.408	2.002.085
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.681.635	16.064.400
(As notas explicativas da administração integram o conjunto	das demonst	rações financeira	as)



PÁTRIA AMADA

Ministério de Minas e Energia

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019** (em milhares de reais)

	NOTA	2020	2019
Receita Operacional Líquida	29	3.035.846	3.088.510
Custo Operacional	30	(1.800.098)	(1.754.369)
Lucro Operacional Bruto		1.235.748	1.334.141
Despesas Operacionais	31	(491.338)	(1.008.358)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		744.410	325.783
Resultado Financeiro	32	(449.318)	(683.743)
Resultado antes dos Impostos		295.092	(357.960)
Imposto de renda e contribuição social	33	(186.475)	(122.151)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		108.617	(480.111)
Quantidade Ponderada de Ações Ordinárias		23.278.008	20.401.976
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação		0,0047	(0,0235)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	NOTA	2020	2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		108.617	(480.111)
Resultados abrangentes			
Ganho (Perda) em benefícios pós-emprego	21	(494.072)	179.497
		(494.072)	179.497
Resultado abrangente do exercício		(385.455)	(300.614)
(As notas explicativas da administração integram o co	onjunto das demonstraçõe	s financeiras)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL		PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.607.258		(3.737.515)	(567.044)	2.302.699		
Prejuízo líquido do exercício	-		(480.111)	- 1	(480.111)		
Ganho em benefícios pós-emprego	-		-	179.497	179.497		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.607.258		(4.217.626)	(387.547)	2.002.085		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.607.258		(4.217.626)	(387.547)	2.002.085		
Lucro do exercício	-		108.617	-	108.617		
Perda em Benefício pós- emprego	-		- 1	(494.072)	(494.072)		
Capitalização de AFAC - 99ª AGE de 21/10/2020	850.000		- 1	- 1	850.000		
Capitalização de Financiamento - 99ª AGE de 21/10/2020	1.035.778		-		1.035.778		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8.493.036		(4.109.009)	(881.619)	3.502.408		
(As notas explicativas da administ <mark>ração integram o conjunto das demonstrações financeiras)</mark>							

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

(em milhares de reais)		
ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos	295.092	(357. <mark>960</mark>
Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	567.751	536.919
Depreciação de direito de uso - IFRS 16	24.283	23.327
Impairment do Imobilizado	-	462.122
Amortização do intangível	15.024	15.271
Baixas e atualização monetária de depósito judicial	5.488	29.240
Consumo de matéria-prima	445.273	430.406
Variações monetárias e cambiais - fornec. , perda transmissão e dif. de tarifa	144.663	17.199
Variação monetária - AFAC	17.883	-
Variação monetária - financiamento	12.929	14.541
Encargos - financiamentos e empréstimos	554.956	613.302
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(405.281)	(119.006
Rendimentos dos títulos e valores mobiliários de curto prazo	(16.333)	(6.748
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	(14.983)	4.320
Participação nos lucros e resultados	-	20.937
Provisão para plano de incentivo de desligamento	(25.787)	(10.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.332	6.197
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	136.441	153.539
Ajuste a valor presente de obrigação com arrendamento mercantil	3.847	5.468
Provisões para risco	10.553	(9.912)
	1.775.131	1.828.752
Variação - (acréscimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Clientes	81.260	(25.431
Estoques	(840.089)	(494.280
Impostos e taxas a recuperar - PASEP,COFINS, IRPJ, CSLL e outros	465	(7.549
Cauções e depósitos vinculados	(1.398)	(3.068
Outras variações nos ativos operacionais	12	18.029
	(759.750)	(512.299)
Variação - acréscimo e (decréscimo) - nos passivos operacionais	(1001100)	(0.1110)
Fornecedores	192.159	(344.846)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	13.271	25.061
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	(38.573)	(15.220
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(4.560)	(4.405
Pagamento de IR e CSLL	(186.475)	(122.15
Pagamento de PLR	(100.473)	(23.114
Pagamento de Incentivo de Desligamento	(6.213)	(11.592
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(445.634)	(614.563
Pagamento obrigações de arrendamento - IFRS 16	(28.185)	(27.055
	267.111	(27.030
Ressarcimento desvio negativo		(05.044
Outras variações nos passivos operacionais	(33.704)	(25.811
•	(270.803)	(1.163.696
Recursos provenientes das atividades operacionais	744.578	152.757
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	-	432.374
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(223.930)	(263.216
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.202.181	700.000
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de	070 054	000 450
financiamentos e empréstimos	978.251	869.158
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decréscimo)	// 000	/=====
Aquisição de ativo imobilizado	(1.328.893)	(789.961
Aquisição de ativo intangível	(8.833)	(9.920
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(2.102.140)	(1.353.452
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.717.382	1.136.319
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(1.722.484)	(1.017.014
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	345	4.901
Transações que não envolveram caixa:		
Direito de uso dos ativos - IFRS 16	-	(77.923
Obrigações de arrendamento - IFRS 16	-	77.923
Imobilizado para desmobilização de ativo	225.808	(355.712
Obrigações para desmobilização de ativo	(225.808)	355.712
Aumento de capital social	1.885.778	_
Conversão de Empréstimos e Financiamentos em capital social	(1.035.778)	-
·	` ' '	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	(850.000)	-
Online a positive landar de calaba de la Calaba de Calab	-	
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.706	3.805
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.051	8 706

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)							
	31/12/2020	31/12/2019					
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
Receitas de venda de energia e serviços	3.459.334	3.519.659					
Outras Receitas Operacionais	280	-					
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	1.127.660	634.456					
Provisão para devedores duvidosos	(3.332) 4.583.942	(6.197) 4.147.918					
MENOS:							
INSUMOS							
Serviços de terceiros	301.830	299.125					
Serviços de terceiros - usina Angra 3	340.907	48.945					
Materiais	57.647	35.073					
Materiais - usina Angra 3	741.380	535.837					
Combustível para produção de energia	445.273	430.406					
Provisões/Reversões operacionais	(15.172)	(20.060)					
Encargos da rede de transmissão	179.910	172.661					
Seguros das usinas Angra 1 e 2	25.643	22.523					
Luz, telefone, água e esgoto	8.535	10.037					
Outros custos operacionais	60.283	44.284					
Recuperação/Perda de valores ativos (<i>Impairment</i>) - usina Angra 3	-	462.122					
Outros custos - usina Angra 3	26.498	18.972 2.059.925					
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.172.734 2.411.208	2.087.993					
RETENÇÕES							
Depreciação e amortização	(607.057)	(575.517)					
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.804.151	1.512.476					
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA							
Receitas financeiras	438.936	194.514					
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.243.087	1.706.990					
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
Remuneração do trabalho	451.307	557.353					
Remuneração do trabalho - usina Angra 3	18.875	30.702					
Impostos, taxas e contribuições federais	662.629	606.531					
Encargos Setoriais	104.036	107.018					
Remuneração de capitais de terceiros							

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

- Despesas financeiras

Remuneração de capitais próprios

- Resultado líquido do exercício

- Aluguéis

8.706

9.051

888.254

9.369

108.617

878.257

7.240

(480.111)

1.706.990



PATRIA AMADA

Ministério de Minas e Energia

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), Companhia de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA	LICENÇA PARA E	XPLORAÇÃO	DATA DE INÍCIO	VALIDADE
USINA	NOMINAL	INICIAL	ATUAL	DE OPERAÇÃO	DA LICENÇA
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME	Portaria DNAEE	Janeiro	40 anaa
ANGRA I	IGRA I 640 IVIVV	N° 416 de 13/07/70	N° 315 de 31/07/97	1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME	Portaria DNAEE	Setembro	40 anos
ANGRA 2 1.350 WI		N° 300 - 28/05/74	N° 315 de 31/07/97	2000	40 anos
1.405 MW		Decreto Nº 75.870	Portaria DNAEE	Em foss de construção	
ANGRA 3	Previsão	de 13/06/75	N° 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado à cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Aneel estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2021 a 2028, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN em 2021, através das Resoluções Homologatórias:

- 2.011/2015 de 15 de dezembro de 2015 (cotas-partes de 2021)
- 2.179/2016 de 29 de novembro de 2016 (cotas-partes de 2022)
- 2.354/2017 de 05 de dezembro de 2017 (cotas-partes de 2023) - 2.499/2018 de 18 de dezembro de 2018 (cotas-partes de 2024 a 2026)
- 2.643/2019 de 26 de novembro de 2019 (cotas-partes de 2027)
- 2.805/2020 de 24 de novembro de 2020 (cotas-partes de 2028)

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 512.826 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 674.316, em 31 de dezembro de 2019). As tratativas sobre a liquidez da Companhia podem ser observadas na nota 4.1d.

1.1 - COVID-19_

Atividades Operacionais

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde -OMS caracterizou a propagação da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de inf<mark>ecções, a</mark> preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da ca<mark>deia de</mark> suprimentos e significativo impacto na economia global.

A Companhia vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e das ci<mark>dades</mark> onde se encontram suas unidades administrativas e operacionais, no que se refere à operação e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades, dado o setor estratégico em que está inserida.

A Companhia mantém acompanhamento diligente das suas operações, tendo aprimorado os protocolos originais de operação <mark>e</mark> ações emergenciais a serem adotadas. A força de trabalho da Companhia tem desempenhado com êxito suas atividades

Em 2020, a Companhia não observou impactos relevantes no desempenho operacional relacionados à pandemia da COVID-19 em suas demonstrações financeiras, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos, visto a condição de atividade essencial às

Adicionalmente, considerando que não haia o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos

A ELETRONUCLEAR mantém o acompanhamento da receita de Geração com o planejado e até o momento não houve evidências

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2021.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.1

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e Passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional da Companhia estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa	Média
Woeda	Nome	Pais	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	5,1967	4,0307	5,1578	3,9461
EUR	Euro	União Europeia	6,3779	4,5305	5,8989	4,4159

c) Mudancas nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia realizou as revisões das normas CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e IAS 1 e IAS 8 - Materialidade, vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020, e não identificou impactos materiais sobre as suas demonstrações

NOTA 3 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo Essas práticas foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam determinadas premissas

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquei mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado Mais detalhes estão apresentados na nota 3.16.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

em uso, efetuados com base em estimativas (nota 14c).

O valor atual dessa obrigação depende de fatores, tais como: a taxa de desconto representativa do risco da obrigação e das condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

c) Impairment de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na nota 3.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa – UGCs foram determinados com base em cálculos do valor

A Companhia registra depreciação acelerada sobre o bem cujo término da vida útil supera a data da licença de operação das Usinas Angra 1 e Angra 2.

e) Consumo de Combustível Nuclear

A Companhia efetua um acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis e registra o consumo (amortização) com base no saldo residual e na queima acumulada mensalmente, dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 - Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras não foram capitalizados no ativo imobilizado em 2020 tendo em vista os reduzidos avanços físicos no empreendimento Angra 3.

3.4 - Ativos financeiros

justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o ativo é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro a) Custo Amortizado

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor

Os <mark>ativos financeiros que s</mark>ão detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de

caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo <mark>financeiro é um instrumento d</mark>e dívida simples cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

<mark>Quaisquer ativos financeiros que</mark> não sejam classificados na categoria de custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos ao justo valor por meio do resultado. Portanto, a <mark>categoria de ativos financeiros ao</mark> valor justo por meio do resultado representa uma categoria "residual". Os ativos financeiros que <mark>são detidos para negociação e gere</mark>nciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

<mark>Vale salientar, que os ativos financeir</mark>os que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é não somente de coletar fluxos de caixa contratuais, mas também de vender os ativos financeiros, devem ser classificados como ativos financeiros ao justo valor por meio dos outros resultados abrangentes. Ele consiste em contabilizar o ativo financeiro ao valor justo no balánço patrimonial, registrando as receitas financeiras no resultado ao custo amortizado por aplicação da taxa de juros efetiva do instrumento e o ajuste de marcação a mercado do instrumento em outros resultados abrangentes.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

<mark>As compras e as vendas regulares de ativos finance</mark>iros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se <mark>compromete a comprar ou vender o ativo. Os investi</mark>mentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da-propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

<mark>Os ganhos ou as perdas decorrentes de</mark> variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do <mark>resultado são apresentados na demonstr</mark>ação do resultado em "receita/despesa financeira" no período em que ocorrem.

<mark>Os valores justos dos investimentos c</mark>om cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo f<mark>inanceiro e de títulos não listados e</mark>m Bolsa não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

<mark>Essas técnicas incluem o uso de</mark> operações recentes contratadas com terceiros referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 – Redução a valor recuperável (impairment) – Ativos Financeiros

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes - VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro

A provisão para perdas para ativos financeiros é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

A mensuração das provisões para perdas é feita de acordo com as seguintes bases:

	CPC 48/IFRS 9
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro

Um ativo financeiro é considerado pela Companhia como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da
- garantia (se houver alguma); ou O ativo financeiro está vencido conforme regras vigentes da Companhia.

3.5 - Clientes

A conta de clientes corresponde ao valor a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante, conforme detalhado na nota 6.

3.6 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado PCU. São apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (nota 8):
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (nota 9)

3.7 - Paradas programadas Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das Usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos. O montante dos custos referentes às paradas foi de R\$ 89.455

No ano de 2020, ocorreram duas paradas programadas para reabastecimento e manutenção: 1P25 (Angra 1, de 11/01/2020 a 12/03/2020) e 2P16 (Angra 2, de 22/06/2020 a 17/08/2020).

3.8 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 65.993 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui, com o Banco do Brasil - BB, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da Eletrobras conforme determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das

3.9 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na nota 12.



PATRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ministério de Minas e Energia

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

3.10 – Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é, geralmente, reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo da Resolução Normativa Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015 (Diário Oficial da União - DOU de 18 de agosto de 2015 e 07 de dezembro de 2015 retificação) e na Resolução Normativa Aneel nº 529 de 21 de dezembro de 2012 (DOU de 28 de dezembro de 2012), sendo 3,26% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela Aneel, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas, respectivamente, dezembro de 2024 e junho de 2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa - UGC. A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 104.259 em 2020 (R\$ 98.764 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e também o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.6 item 2 letra d, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico expedido pela Aneel e de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 20 (R1) — Custos dos Empréstimos. Desde 2019, a Companhia revisitou esse procedimento e concluiu que o Projeto Angra 3 não mais se enquadraria como um ativo qualificável para a capitalização dos custos com empréstimos e financiamentos, tendo em vista os reduzidos avanços físicos no empreendimento (nota 14 g).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União e não possui prazo para finalização, diferentemente, do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.11 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
 Estão disposiveis adequado mente requises técnicos figuraciones o sutros requises para constantes.
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares, reconhecidos como ativos, são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

3.12 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por prazo superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.14 – Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes de a provisão ser constituída, a ELETRONUCLEAR reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos, diretamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de tributos e leis fiscais promulgadas, ou, substancialmente, promulgadas na data do balanço e devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado, ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.16 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (nota 21).

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente utilizando taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. As premissas básicas aplicadas aos cálculos desenvolvidos pelos atuários são estabelecidas pela Eletrobras para todas as controladas. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos, imediatamente, em outros resultados abrangentes. O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem às demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida, imediatamente, no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.17- Ressarcimento de Clientes

A conta ressarcimento de clientes corresponde ao montante da diferença negativa apurada entre a energia gerada pelas Usinas e suas respectivas garantias físicas, valorado ao máximo entre o PLD médio do ano de referência e a receita fixa determinada pela Aneel, expressa em reais por megawatt-hora (R\$/MWh).

O prazo para o ressarcimento é de 12 meses, sendo a primeira parcela ressarcida no mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência. Tal obrigação está classificada no passivo circulante e no passivo não circulante, conforme detalhado na nota 27.

3.18- Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento.

Mensurada pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo a atualização da estimativa da obrigação para desmobilização de ativos (nota 24).

3.19 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.20 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada, ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da ELETRONUCLEAR, após certos ajustes.

3.21- Reconhecim<mark>ento da receita</mark>

Areceita é reconhecida quando retratar a transferência de bens ou de serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços. Para tanto, é necessário observar 5 (cinco) etapas, quais sejam: (a) Identificar os contratos com clientes; (b) Identificar as obrigações de desempenho separadas nos contratos; (c) Determinar o preço da transação; (d) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho separadas e (e) Reconhecer a receita quando cada obrigação de desempenho for satisfeita.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.22- Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.23 - Riscos ambientais, socioambientais e trabalhistas

(i) Riscos ambientais e socioambientais

A ELETRONUCLEAR está sujeita a diversas leis e normas ambientais e em particular a operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA está submetida às condicionantes da Licença de Operação emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama e às exigências das Autorizações emitidas pela Comissão Nacional de Energia

Este conjunto normativo tem como objetivo evitar, mitigar ou compensar os efeitos da operação da CNAAA sobre o meio ambiente e a sociedade.

O não atendimento à legislação vigente pode causar sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e afetar a imagem da Companhia perante os seus trabalhadores, as comunidades do entorno e a sociedade em geral.

A ELETRONUCLEAR, através de estudos e programas ambientais de monitoramento está atenta as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente. Para isso investe no aprimoramento contínuo de suas atividades, adotando vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental que minimizem os riscos ambientais e sociais, dentre os quais se destacam:

- Estudos de Impacto Ambiental;
- Auditorias Ambientais;
 Programa de Menitores
- Programa de Monitoração Ambiental Radiológico Operacional PMARO;
 Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinha PMEFM;
- Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinha PMFFM;
 Programa de Monitoração e Controle da Qualidade das Águas PMCQA;
- Programa de Medida de Temperatura da Água do Mar;
 Programa de Medida de Cloro;
- Programa de Medida de Cioro,
 Programa de Sedimentos Marinhos;
- Programa de Monitoração de Tartarugas Marinhas PROMONTAR;
- Programa de Educação Ambiental;Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Saúde Pública;Programa de Inserção Regional;
- Programas de Gerenciamento de Resíduos;Programa de Apoio à Educação Municipal e Estadual;

Adicionalmente, encontra-se em andamento a implantação, com apoio de consultoria externa, de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA na CNAAA – Unidades 1, 2 e instalações de apoio.

(ii) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores; insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

Continua



31/12/2019

31/12/2020

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



ATRASO

EM DIAS

FATURAMENTO

319.724

Ministério de Minas e Energia

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis por categoria dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estác identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Manauraaãa	01/12/2020	0171272010	
DESCRITIVO	Mensuração	Valor Contábil	Valor Contábil	
Ativos financeiros mensurados				
pelo Custo Amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	9.051	8.706	
Clientes	Custo Amortizado	319.724	400.984	
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	68.222	72.312	
Ativos financeiros mensurados				
pelo Valor Justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo por meio do Resultado	2.132.251	1.325.879	
Passivos financeiros mensurados				
pelo custo amortizado				
Fornecedores	Custo Amortizado	1.180.289	843.466	
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	7.611.771	8.749.228	
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	Custo Amortizado	1.070.064	700.000	
Ressarcimento Cliente - Desvio Negativo	Custo Amortizado	267.111	-	

O Conselho de Administração da Companhia - CA tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito, regularmente, ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETRONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETRONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos

- Riscos de mercado
- Risco de crédito

a) Riscos de mercado

- Risco de liquidez
- Risco operacional

Risco de mercado é o risco de alterações nos precos de mercado, tais como: as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do

gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ac mesmo tempo otimizar o retorno, a sabera.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação <mark>a ativos e</mark> passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção dos investimentos vinculados à variação do dólar dos Estados Unidos, detalhados na nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que proteiam a Companhia dessa exposição

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2020

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo

	ANALIOE DE OL	INCIDILIDADE I CIND	O 1 1117A	TOLING OF G	C DCLCIIIDIO a	2020		
MOEDA	MOEDA	SALDO REAL		ENÁRIO I ROVÁVEL)	CENÁRIC (-25%))	CENÁRIO III (-50%)	
ESTRANGEIRA		EM 31/12/2020		PERDA STIMADA	PERDA ESTIMADA		PERDA ESTIMADA	
Dólar Americano	337.489	1.753.827		(32.635)	(46	2.933)	(893.231)	
TOTAL		1.753.827		(32.635)	(46	2.933)	(893.231)	
		PREMISSAS ADOTA	DAS - F	DO FINANCE	IRO			
N	IOEDA	CENÁRIO I		CENÁRIO) II (-25%)	CE	ENÁRIO III (-50%)	
IV	IOEDA	Tx. de câmbio		Tx. de câmbio		Tx. de câmbio		
Dólar Americano		5,10	3,		83		2,55	
	ANÁLISE DE	SENSIBILIDADE FOR	RNECE	DOR - 31 de D	ezembro de 20	20		
MOEDA	MOEDA	SALDO REAL			CENÁRIC (+25%)		CENÁRIO III (+50%)	
	ESTRANGEIRA	EM 31/12/2020	GANH	O ESTIMADO	PERDA ESTI	MADA	PERDA ESTIMADA	
Euro	(75.914)	(484.172)		23.374	(9	1.826)	(207.025)	
Dólar Americano	(7.988)	(41.511)		772	772 (9		(19.597)	
TOTAL		(525.683)		24.146 (10°		1.238)	(226.622)	
		PREMISSAS ADO	TADAS	- FONECEDO	R			
	IOEDA	CENÁRIO I		CENÁRIC) II (+25%)	CE	NÁRIO III (+50%)	
lV	IOEDA	Tx. de câmbio		Tx. de câmbio		Tx. de câmbio		
Euro		6.07		7	50	0.11		

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados, principalmente, à Unidade de Referência Fiscal - UFIR e à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é calculada e divulgada, trimestralmente, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, foi reduzida para 4,55% a.a. para o quarto trimestre de 2020. O impacto para a ELETRONUCLEAR proveniente de mudanças da TJLP é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% a.a. é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72% a.a.

Aproximadamente 46% da dívida total da ELETRONUCLEAR está indexada à TJLP. No caso da dívida com taxas pré-fixadas, esse montante representa cerca de 41% do total. A dívida que está indexada à UFIR, que está congelada, representa cerca de 9% do total.

Além disso, apenas 0,2% da dívida total contratada está indexada à taxa SELIC. Outra fração de aproximadamente 3,7% do total da dívida da ELETRONUCLEAR está indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

	EXPOSI	ÇÃO A RISCO	DE JUR	os				
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTISMOS	Moeda	Indexador	Taxa	31/12/	/2020	31/12	/2019	
FINANCIAMENTO E EMPRESTISMOS	Ivioeda	indexador	Efetiva	Principal	Juros *	Principal	Juros *	
ANGRAS 1 e 2:								
ELETROBRAS - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	199.059	41.609	233.220	56.839	
ELETROBRAS - PSPE - ECF 3278	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-	39.157	10.118	
ELETROBRAS - PSPE - ECR 286	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-	124.739	24.884	
ELETROBRAS - INB - ECF 3284	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-	104.157	41.656	
ELETROBRAS - PAE - ECF 3347	R\$	IPCA	-	-	-	31.535	657	
ELETROBRAS - Capital de Giro - ECF 3367	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-	120.000	4.752	
ELETROBRAS - Capital de Giro - ECF 3370	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-	50.000	1.980	
ELETROBRAS - Capital de Giro - ECF 3374	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-	167.142	6.619	
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	R\$	IPCA	7,90%	278.356	109.389	266.852	126.379	
ANGRA 3:								
ELETROBRAS - RGR - ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	507.588	239.624	537.300	268.426	
ELETROBRAS - RGR - ECF 2070			5,00%	507.500	239.024	246.456	49.176	
	R\$	Taxa DI-Over	-	-	-			
ELETROBRAS - ECF 3341	R\$	Taxa DI-Over	-		-	152.195	60.869	
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	6,26%	3.500.921	1.860.988	3.452.901	2.394.000	
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito C	R\$	SELIC	2,63%	5.025	43	7.858	171	
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito D	R\$	SELIC	2,85%	8.777	170	11.053	365	
055 110 0110 051 05110		Sem	. =00:		0.000.0:-	0.004.000	0.004.055	
CEF - N° 0410.351-27/13	R\$	indexador	6,50%	3.112.045	2.096.645	3.204.663	2.301.299	
TOTAL				7.611.771	4.348.468	8.749.228	5.348.190	

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição

Conforme descrito na nota 1, a ELETRONUCLEAR tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013; comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema

Interligado Nacional - SIN.

risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que, apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção

Não há registro de inadimplência por parte de distribuidoras em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO						
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2019				
Caixa e equivalentes de Caixa	9.051	8.706				
Clientes - Venda de Energia	319.724	400.984				
Titulos e Valores Mobiliários	2.132.251	1.325.879				
TOTAL	2.461.026	1.735.569				

CLIENTES 4° TRIMESTRE DE 2020

CONCESSIONÁRIAS

				EIVI DIAS
	1	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	5.716	0
	2	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	9.418	0
	3	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	9.074	0
	4	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	951	0
	5	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	3.113	0
	6	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	5.758	0
	7	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	7.417	0
е	8	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	16.309	0
е	9	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	10.804	0
е	10	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	7.102	0
	11	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	10.152	0
a	12	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	5.150	0
a s	13	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	25.247	0
е	14	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.770	0
a	15	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	109	0
	16	COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	302	0
	17	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	14.863	0
	18	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	9.194	0
	19	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	22.404	0
	20	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	4.294	0
	21	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL JAGUARI)	462	0
	22	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL LESTE PAULISTA)	284	0
s	23	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL MOCOCA)	219	0
0	24	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	21.247	0
0	25	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	8.910	0
	26	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SANTA CRUZ)	933	0
	27	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SUL PAULISTA)	386	0
е	28	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	120	0
e	29	DME DISTRIBUIÇÃO S.A.	398	0
	30	ELEKTRO REDES S.A.	12.255	0
а	31	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S.A ELETROCAR	160	0
).	32	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	35.937	0
	33	EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.	413	0
	34	ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	793	0
٦	35	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	645	0
	36	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA BR)	737	0
	37	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.123	0
	38	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL S.A.	4.038	0
	39	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	6.078	0
)	40	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA NA)	578	0
)	41	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	3.481	0
7	42	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.799	0
1	43	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.435	0
	44	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA SS)	1.138	0
1	45	ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	1.753	0
7	46	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA VP)	887	0
+	47	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	5.964	0
	48	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.	48	0
1	49	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	190	0
	50	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	19.988	0
	51	MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA.	56	0
	52	NOVA PALMA ENERGIA LTDA.	70	0
7	53	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RGE DIST)	7.340	0
-	54	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RGE SUL)	7.712	0
				

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

TOTAL

Os planos da administração da Companhia estão descritos na nota 4.1 d, que inclui dentre outras, a necessidade de suporte

Índices de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,74 em 31 de dezembro de 2020 (0,65 em 31 de dezembro de 2019) e;
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,32 em 31 de dezembro de 2020 (0,24 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, cuja entrada em operação, aprovada internamente, tem como cronograma o início de geração de receita a partir de 30 de novembro de 2026 (nota 14 g).

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO						
		R\$ MIL				
DESCRITIVO	Menos de um ano	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)		
Em 31 de dezembro de 2019 (i)						
- Empréstimos	1.350.745	956.166	2.826.430	8.939.570		
- Fornecedores (iii)	843.466	-	-	-		
TOTAL	2.194.211	956.166	2.826.430	8.939.570		
Em 31 de dezembro de 2020 (i)						
- Empréstimos	786.314	799.725	2.350.329	8.001.049		
- Fornecedores (iii)	1.180.289	-	-	-		
TOTAL	1.966.603	799.725	2.350.329	8.001.049		

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores
- (ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de
- A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das Usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado, nos

2020, no montante de R\$ 3.424.500.

d) Risco operacional

últimos anos, um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica; contratos esses regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ELETRONUCLEAR entende que

o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através do modelo do

Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET: Módulo 6, Submódulo 6.7, com reajustes anuais e revisões quinquenais. A receita

fixa para o ano de 2021 foi definida pela Resolução Homologatória nº 2.821 de 15 de dezembro de 2020 - DOU 18 de dezembro de



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Onde

Ministério de Minas e Energia

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias das Usinas Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) |

são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, insumo este fornecido no Brasil única e exclusivamente pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, empresa estatal de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, que, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das Usinas Angra 1 e 2.

Desde 2018, época em que ainda era subordinada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, a INB vem sofrendo expressivas reduções orçamentárias e severas limitações no Orçamento Fiscal da União, o que tem lhe causado fortes dificuldades para honrar seus compromissos, aí incluindo a aquisição de matéria-prima para a fabricação do combustível nuclear, seja urânio nacional ou importado.

No presente, e agora sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia - MME, a INB relata que, a despeito de inúmeras

tratativas com diversos órgãos governamentais, na busca de equacionar a situação, o problema persiste. Especificamente, para o próximo reabastecimento de Angra 2, planejado para junho de 2021 e cujo combustível necessariamente deve ser disponibilizado no site da usina em maio de 2021, a INB informa ter grandes dificuldades para efetuar o pagamento dos impostos inerentes à fabricação e ao fornecimento do combustível requerido para o mencionado reabastecimento, situação com potencial de inviabilizar o próprio fornecimento em data hábil. Na infeliz hipótese de essa situação se materializar, não restará outra alternativa para a ELETRONUCLEAR, qual seja, a de interromper a operação de Angra 2 até que a situação esteja resolvida.

Considerando os riscos de descontinuidade de operação das Usinas Angra 1 e 2, e também do compromisso e da importância que o suprimento de energia elétrica da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto — CNAAA tem no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, a administração da ELETRONUCLEAR tem submetido esses riscos aos diversos órgãos a quem está subordinada, no intuito de serem superadas estas ameaças de desabastecimento.

Atualmente, as Indústrias Nucleares do Brasil - INB, por questões legais, é considerada uma estatal dependente para fins de elaboração do orçamento da União. Nesse sentido, a INB tem apontado que os valores aprovados em seu orçamento fiscal, ao qual tem sido submetida, têm implicado a mesma em riscos à manutenção de sua adimplência contratual para com a ELETRONUCLEAR o que implica em dizer, em última análise, e embora de probabilidade reduzida, numa eventual possibilidade de não fornecimento de nossos insumos ao processo de geração de energia elétrica, que seriam os elementos combustíveis por ela fabricados.

Como forma de superar estes entraves, a ELETRONUCLEAR e INB estão em fase de negociação de um novo contrato de fornecimento de elementos combustíveis, o qual abrangeria 5 (cinco) recargas para cada uma das Usinas atualmente em operação (Angra 1 e Angra 2) a partir de 2021, onde as dificuldades orçamentarias estão sendo discutidas conjuntamente nas respectivas alçadas de governança competentes, estando nelas incluídas o Ministério de Minas e Energia – MME e o Ministério da Economia ME, com o intuito de viabilizar a promoção de um significativo reajuste de preço de fornecimento dos elementos combustíveis a fim de que a INB passe a reunir condições fiscais sustentáveis para a sua eliminação da condição orçamentária de uma "estatal dependente", o que garantiria a segurança de suas operações e por consequência no cumprimento de seu contrato para com a ELETRONUCLEAR, eliminando, assim, o risco de a INB não produzir as recargas contratadas pela ELETRONUCLEAR por restrições orçamentárias.

A Eletrobras, controladora da ELETRONUCLEAR, conjuntamente ao Ministério de Minas e Energia – MME tem realizado gestões iunto ao Ministério da Economia no intuito de superar as dificuldades orcamentárias ora vivenciadas pela INB

No terceiro trimestre de 2020, durante a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2, foi detectada, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial ines<mark>perada no</mark> revestimento dos tubos que contém as pastilhas de urânio enriquecido. Para viabilizar o retorno da operação da Usi<mark>na Angra 2</mark> no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a ELETRONUCLEAR substituiu os 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados, para o próximo ciclo de operação.

As medições das camadas de óxido foram concluídas em novembro de 2020 e os respectivos relatórios com os resultados foram entregues pela empresa contratada, Framatome. A próxima fase da análise é estudar o mecanismo de oxidação destes elementos combustíveis ao serem recarregados no núcleo do reator por mais um ciclo operacional. Com este objetivo serão carregados quatro destes elementos combustíveis menos oxidados. O nível de oxidação destes elementos combustíveis ao final deste novo ciclo operacional determinará quantos e quais poderão ser utilizados por mais dois ciclos operacionais. Reduzindo assim a quantidade de elementos combustíveis falhados.

Após a coleta de todas as informações e dados do elemento combustível, da operação da usina e dos resultados das medições a Framatome emitirá um relatório da causa raiz do evento, o qual tem sua previsão de conclusão para maio de 2021. Todos os resultados serão submetidos à análise do órgão licenciador, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses, tendo inclusive batido seu próprio recorde de produção no último dia 19 de junho de 2020, com a marca de 200 milhões de MWh gerados desde 2001.

Houve o registro do desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 267.111 em dezembro de 2020, em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi sup<mark>erior</mark> ao programado para o ano (vide nota 27 e nota 29). Ele corresponde à quantidade de energia entregue a menor em 2020 valor<mark>ado</mark> ao máximo entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD médio do ano de referência e a tarifa homologada pela Aneel <mark>na</mark> Resolução nº 2.661 de 17 de dezembro de 2019; e deverá ser ressarcido a todas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, em parcelas duodecimais, a partir de fevereiro de 2021.

Assim considerando, exceto pelos fatos acima narrados, entende a administração da ELETRONUCLEAR. não haver nenhuma outra expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional das Usinas Angra 1 e 2.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3 e as implicações da sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Életrobras, a administração da Companhia vem conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Desde 2016, a ELETRONUCLEAR vem buscando assessoria de consultorias especializadas visando à conclusão de Angra 3

- (i) Deloitte Consultores Para auditar o status das obras civis e verificar irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio de Relatório de Fiscalização (TC n. 002.651/2015-7), bem como efetuar uma análise da estimativa dos custos relacionados ao cancelamento das obras de implantação da usina, bem como da estimativa de custos para sua conclusão - Cost to Complete, foi contratada a Deloitte Consultores. Foi analisada a procedência das constatações do TCU, bem como estudos de mecanismos de ajuizamentos de ações em ressarcimentos a eventuais prejuízos identificados. Já a orçamentação de Angra 3 foi estruturada em rubricas de diversas disciplinas e áreas envolvidas na construção da obra. Foi desenvolvido um modelo econômico-financeiro para o cancelamento do projeto, contemplando as projeções financeiras na data base de 30 de junho de 2016. O custo total estimado de cancelamento da Usina Termonuclear -UTN Angra 3 considerou o custo de desmobilização das obras já existentes, a multa rescisória do contrato de comercialização e o custo financeiro de liquidação dos empréstimos vigentes:
- (ii) Alvarez & Marsal Tomando como base os relatórios da Deloitte, foi contratada uma consultoria especializada na estruturação de empresas, com conhecimento na avaliação da construção e operação de usinas nucleares, a Alvarez & Marsal, para realizar os estudos econômico-financeiros necessários para viabilizar uma parceria que atenda questões operacionais e financeiras de acordo com a visão societária definida pela Companhia e assessorá-la no processo de retomada do empreendimento, incluindo assessoria no pleito de revisão tarifária de Angra 3 e a estruturação financeira e operaciona com um parceiro, provavelmente internacional. Foram avaliados diversos cenários e modelos de negócio
- (iii) Veirano Advogados Para analisar a legalidade da possível estrutura societária do negócio e do ambiente regulatório dos cenários estudados pela Alvarez & Marsal, bem como do modelo de efetivação da parceria em avaliação, foi contratado a Veirano Advogados, uma consultoria jurídica especializada em direito societário, com vasta experiência no setor elétrico.

A conclusão das obras da Usina de Angra 3 em condições sustentáveis depende de uma nova estruturação financeira, dado o

montante de investimentos ainda a realizar, da ordem de R\$ 18.6 bilhões (não auditado)

Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir um novo empréstimo, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017, expirou o waiver contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CEF, passando a Companhia a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo, fortemente, o caixa da Companhia. Os pagamentos do serviço da dívida relativos ao contrato de financiamento com o BNDES foram suspensos durante o período de maio de 2020 a outubro de 2020, em função das medidas para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19, com a retomada dos pagamentos das obrigações

Uma das grandes questões que precisava ser sanada para que fosse possível prosseguir rumo à conclusão do empreendimento de Angra 3 era a revisão do valor, originalmente, definido para a tarifa de Angra 3, de R\$ 237/MWh (vigente entre novembro de 2016 e outubro de 2017). Esse valor apresentava grande defasagem em relação ao necessário para tornar a operação da usina sustentável, bem como inviabilizava a renegociação com credores.

Para tentar solucionar essa questão, em 05 de junho de 2018. aconteceu a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Naciona de Política Energética - CNPE, na qual foi determinada a formação de um Grupo de Trabalho -GT liderado pelo MME, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, da Eletrobras, da ELETRONUCLEAR e do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, visando elaborar, em 60 dias, um documento propondo e justificando a revisão da tarifa de Angra 3 e as medidas necessárias para conclusão do projeto. A versão final do documento foi concluída em setembro de 2018

Em 23 de outubro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução nº 14 do CNPE, que estabelece condições iniciais para a viabilização de Angra 3, confirmando as decisões da 4ª Reunião Extraordinária do CNPE, ocorrida no dia 09 de outubro de 2018, que apreciou as considerações do referido Grupo de Trabalho. Tal resolução determinou a aprovação do valor de referência para o preço de energia de Angra 3, de R\$ 480,00/MWh (base julho de 2018), conforme calculado pela Empresa de pesquisa Energética - EPE, bem como remeter ao Conselho do Programa de Parceria de Investimento a avaliação dos três modelos propostos pelo Grupo de Trabalho para a viabilização de Angra 3 por meio de participação de investidor privado (societária, não societária e sociedade de propósito específico - SPE) e definição do modelo de negócio e processo competitivo mais adequados.

Essa revisão tarifária foi fundamental, pois, além de dar condições para a renegociação da dívida, restabeleceu a atratividade do projeto, fortalecendo o interesse dos eventuais parceiros

Conforme orientação do Conselho de Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, a ELETRONUCLEAR realizou, em maio e junho de 2019, o processo de *Market Sounding* junto aos potenciais parceiros, detentores e proprietários de tecnologia de usinas nucleares à água pressurizada (PWR), com experiência em construção e comissionamento de usinas nucleares e atuação internacional no setor nuclear. Após convites e confirmações de interesse em participar desta etapa, as empresas que participaram deste processo foram: Électricité de France - EDF e Framatome (ambas da França), Rosatom State Atomic Energy Corporation (Rússia), China Nacional Nuclear Corporation - CNNC e State Nuclear Power Technology - SNPTC (ambas chinesas), Korea Electric Power Corporation - KEPCO (Coréia) e Westinghouse (EUA). Os potenciais parceiros enviaram seus questionamentos sobre o documento recebido e suas considerações sobre os modelos propostos, que foram apresentadas durante reuniões individuais com cada potencial parceiro interessado na viabilização de Angra 3. O relatório com os resultados do processo foi encaminhado à Eletrobras, MME e CPPI em julho de 2019. É importante ressaltar que grande parte dessas empresas já visitaram o sítio e estabeleceram Memorandos de Entendimento com a ELETRONUCLEAR para troca de informações sobre o Projeto.

Em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos - PPI. O mesmo decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a ser efetivamente adotado. O Comitê é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, do PPI e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do artigo 2º do aludido decreto presidencial prevê que a ELETRONUCLEAR contrate estudos independentes para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo.

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela ÉLETRONUCLEAR anteriormente, conjuntamente com a Alvarez & Marsal e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como estruturação

condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes. A minuta do relatório com os resultados da fase 1, com a indicação do modelo, foi entregue em janeiro de 2020.

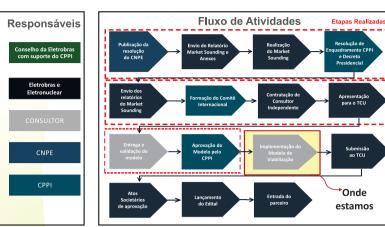
Em 10 de junho de 2020, após validação do Comitê Interministerial, o modelo alternativo proposto no relatório final da primeira fase do trabalho realizado pelo BNDES, para a viabilização da retomada do empreendimento de Angra 3, foi aprovado em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, dando início à segunda fase do contrato no qual está prevista a estruturação do modelo proposto. O documento recomenda a contratação de uma empresa especializada por contrato de EPC

- o que significa engenharia, gestão de compras e construção, na tradução do inglês - para terminar a obra, com base em avaliação independente feita pelo BNDES. Após a entrega do modelo proposto de retomada, o banco iniciou a fase seguinte, com o detalhamento do modelo selecionado. Nessa reunião, o CPPI também decidiu que, uma vez que a equalização do empreendimento não carece necessariamente de uma parceria nos moldes do programa do PPI, o projeto seja encaminhado ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE) que fará o acompanhamento do trabalho elaborado pelo BNDES

Nesse contexto, há necessidade de preparar o edital para a seleção da empresa especialista que será responsável pela finalização das obras civis e da montagem eletromecânica da usina. Esta contratação está prevista para o segundo semestre de 2022.

Apesar da decisão final pela contratação de uma empresa especialista para conclusão de Angra 3, o CPPI abriu espaço para a entrada de um sócio no empreendimento, afirmando que essa seria uma escolha estratégica da ELETRONUCLEAR. Caso a Companhia resolva efetivamente selecionar um parceiro, este teria participação minoritária pois a exploração da energia nuclear no Brasil é monopólio da União, segundo a Constituição. Grandes empresas da área nuclear já demonstraram interesse na conclusão de Angra 3.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de ações para a viabilização da retomada e conclusão do empreendimento.



<mark>Em paralelo ao trabalho dese</mark>nvolvido pelo BNDES, após as respectivas apresentações do relatório para o Conselho da Eletrobras e da ELETRONUCLEAR, foi solicitado um estudo adicional sobre riscos e alternativas caso a implementação do modelo proposto <mark>sofra atrasos em função de fat</mark>os não gerenciáveis pela empresa.

<mark>Ao longo do primeiro semestre d</mark>e 2020, foi liberado o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no montante

<mark>Em 17 de agosto de 2020, na est</mark>eira da aprovação pelo CPPI, em junho de 2020, do relatório do comitê interministerial sobre o <mark>modelo de negócios para concluir A</mark>ngra 3, a Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento, com <mark>a previsão de aporte na ELETRONUC</mark>LEAR, por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFÁC, de cerca de R\$ <mark>1.052.181 no ano de 2020 e de aproxi</mark>madamente R\$ 2.447.464 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção de <mark>Angra 3. O montante total do AFAC cons</mark>ta no Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG (2020-2024) da Eletrobras.

<mark>Os aportes iniciais aprovados no âmbito</mark> do Programa de Aceleração da Linha Crítica serão realizados pela Eletrobras na ELETRONUCLEAR por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital conforme o contrato ECF-3387, formalizado entre <mark>as partes em 05 de agosto de 2020. A liberação</mark> da primeira tranche deste contrato, no montante de R\$ 371.000 ocorreu em 26 de <mark>agosto de 2020. A segunda tranche, no montante d</mark>e R\$ 681.180 ocorreu em 07 de dezembro do mesmo ano

O Plano de Aceleração ocorrerá paralelamente à execução da fase 2 do detalhamento do modelo selecionado pelo CPPI para <mark>conclusão de Angra 3 e não concorre com a soluç</mark>ão para o projeto completo que vem sendo trabalhada pelo BNDES. Trata-se de <mark>uma ação corporativa com vistas a preservar o val</mark>or do empreendimento, sendo, portanto, complementar àquela.

<mark>O principal objetivo do plano de aceleração é preser</mark>var a data de entrada em operação da usina, prevista para novembro de 2026.

Essa decisão foi suportada por diversos estudos, dentre os quais destacamos uma análise que demonstrou que esses investimentos não trazem quaisquer empecilhos ao eventual processo de capitalização da Eletrobras

<mark>Entre as principais medidas que constam no</mark> Plano de Aceleração da Linha Crítica está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3 e o avanço de parte importante da montagem eletromecânica. Para viabilizar esse plano é necessária a <mark>contratação de uma empresa que será r</mark>esponsável por finalizar os projetos de engenharia e uma empreiteira para realizar as obras civis e a montagem eletromecânica.

<mark>Somam-se à lista de atividades pa</mark>ra o retorno efetivo do projeto de Angra 3 a retomada de alguns contratos de fornecimento para o empreendimento que estavam suspensos ou paralisados, além do início do processo de licitação para contratação de novos fornecedores para atendimento das necessidades do empreendimento. Para tal foi firmado contrato com o escritório Veirano Advogados, que está auxiliando a Companhia no processo de retomada dos contratos de fornecimento de Angra 3. Como consequência disso, contatos foram feitos com os fornecedores desses contratos, tendo-se iniciado o processo de renegociação caso a caso.

Em janeiro de 2021, houve aprovação do descontingenciamento dos recursos necessários para a ELETRONUCLEAR publicar o edital de contratação da obra civil de Angra 3. Em 25 de fevereiro de 2021, a ELETRONUCLEAR publicou no DOU, o edital para contr<mark>ataç</mark>ão da empresa que retomará a obra civil de Angra 3 e realizará parte da montagem eletromecânica. A expectativa é que o contrato das obras civis que serão realizadas no âmbito do plano seja assinado até maio de 2021. Com isso, o primeiro concreto, marco importante da retornada das obras de Angra 3, deve ser lancado em outubro.

Em que pesem as necessidades para a viabilidade de conclusão do empreendimento "Angra 3" estejam endereçadas no mais

alto nível da administração governamental, por meio de esforços conjuntos do poder executivo e coordenados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Companhia tem, juntamente com a sua *holding* Eletrobras, buscado alternativas para mitigar os riscos de liquidez de curto prazo, sendo estas alternativas alcançadas por meio de alívios no seu fluxo de caixa, sob a forma de manutenção de suspensões de pagamentos de amortizações em contratos de financiamentos junto à própria Eletrobras, bem como na obtenção de novos aportes de sua holding conforme observado nas notas 25 e 38. Dentre essas medidas, houve a conversão de contratos de AFAC em novas ações da ELETRONUCLEAR, no valor total de R\$ 850.000, e a capitalização dos oito contratos de financiamento nos quais a Eletrobras é credora, <mark>no montante de quase R\$ 1.036.000.</mark>

Do ponto de vista legal e jurídico, em 01 de setembro de 2020, foi editada a Medida Provisória nº 998 de 2020 (DOU de 02 de setembro de 2020), que trazia diversos aspectos relevantes do Setor Elétrico Brasileiro e um artigo dedicado especificamente ao projeto de Angra 3, estabelecendo novos parâmetros para outorga da usina, além da autorização para celebração de um novo Contrato de Energia de Reserva - CER e, principalmente, definindo que o preço de venda da energia deverá garantir a viabilidade econômico-financeira do projeto. A referida MP foi aprovada na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2020 na forma de Projeto de Conversão de Lei – PLC nº 42/2020 e depois pelo Senado Federal em 04 de fevereiro de 2021.

Em 01 de março de 2021, o texto da MP 998/20 foi sancionado pelo Sr. Presidente da República e convertida na Lei 14.120/2021 A Lei estabelece um marco legal para diversas questões relacionadas ao empreendimento, dando segurança jurídica para que a

Uma das mais importantes é a rescisão do contrato de energia de reserva existente, sem prejuízo às partes envolvidas, além da pactuação de um novo contrato, com preço da energia que atenda à rentabilidade do empreendimento e à modicidade tarifária. Neste sentido, salienta-se que a Resolução 14, de 9 de outubro de 2018, que define o preço de referência para Angra 3, continua vigente e que os estudos em andamento do BNDES conterão informações mais atualizadas com a realidade da usina, como, por exemplo, a realização de avaliação das condições da obra civil e equipamentos e a atualização do orçamento da obra conforme os impactos gerados em decorrência do fim do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, da orte apreciação do Euro em relação ao Real e da inclusão da estimativa de aquisição de elementos combustíveis que foram utilizados em Angra 2. Haverá, ainda, conforme previsto no texto sancionado, a apropriação para o preço de energia dos possíveis ganhos que

Ainda conforme a lei sancionada, o prazo de suprimento do novo contrato de energia de reserva será de 40 anos, a partir do início da operação comercial e caberá ao CNPE autorizar a celebração desse novo instrumento contratual e dar outorga - ou seja, a permissão de operação da usina, que terá um prazo de 50 anos, prorrogáveis por mais 20.

venham a ocorrer durante o processo competitivo de contratações de fornecedores para a conclusão do empreendimento

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavançagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

ELETRONUCLEAR possa investir na retomada da usina.

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA			
DESCRITIVO	R\$ MI	L	
DESCRITIVO	31/12/2020	31/12/2019	
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	7.611.771	8.749.228	
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(9.051)	(8.706)	
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(378.424)	(103.486)	
Dívida líquida	7.224.296	8.637.036	
Total do patrimônio líquido	3.502.408	2.002.085	
Total do capital total	10.726.704	10.639.121	
Índice de alavancagem financeira - %	0,67	0,81	

4.3 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos

Valor justo hierárquico

valorizados a valor justo:

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente,
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de

Em 31 de dezembro de 2020, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros

Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.



PATRIA AMADA

Ministério de Minas e Energia

CNPI Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

2.132.251

INSTRUMENTOS FINANCEIROS R\$ MIL **DESCRITIVO** Nível 1 Nível 2 Valor Justo Valor Contábil Valor Justo Valor Contábil Títulos e valores mobiliários de curto prazo 103,486 103,486 103.486 Títulos e valores mobiliários de longo prazo 1.222.393 1.222.393 1.222.393 Total de ativos em 31/12/2019 1.325.879 1.325.879 1.325.879 Títulos e valores mobiliários de curto prazo 378.424 378.424 378.424 Títulos e valores mobiliários de longo prazo 1.753.827 1.753.827 1.753.827

Gerenciamento do capital

Total de ativos em 31/12/2020

A política da Administração procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

2.132.251

2.132.251

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal - CEF, do Banco do Brasil S.A - BB ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo ("b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo"), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela CEF, que são mantidos no BB e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado Fundo de Investimento em Renda Fixa - FAE, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Composição	R\$ MIL				
Composição	31/12/2020 31/12/202				
Caixa e bancos	9.051		8.706		
SALDO	9.051		8.706		

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TITULOS E VALORES MOBILIARIOS				
R\$ MIL				
Composição	31/12/2020	31/12/20	19	
Investimento em renda fixa:				
* BB Extramercado FAE 2	378.424		103.486	
TOTAL	378.424		103.486	
* Pontabilidade no one de 2020; 4 609/ o 4 609/ pon últimos 12 magos				

Em 2020, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 1.917.180, rendimento bruto de R\$ 16.333 e resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante de R\$ 1.658.576.

NOTA 6 - CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER			
R\$ MIL			
31/12/2020	31/12/2019		
310.537	284. <mark>112</mark>		
-	6.628		
9.187	101.057		
-	9.187		
319.724	400.984		
	31/12/2020 310.537 - 9.187		

- O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela Aneel, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em 31 de dezembro de 2020, não há histórico de inadimplência que justifique a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD.
- Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber das distribuidoras participantes do Sistema Interligado Nacional SIN, referente ao desvio positivo apurado no exercício de 2019, foi de R\$ 9.187. No quarto trimestre de 2020, foi apurado um desvio negativo no valor de R\$ 267.111 a ser ressarcido às distribuidoras em doze parcelas mensais e iguais a partir de fevereiro de 2021 (Vide nota 27).

NOTA 7 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

	R\$ 1	ИIL
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	ATIVO CIR	CULANTE
001411111111111111111111111111111111111	31/12/2020	31/12/2019
IRRF sobre aplicações financeiras	-	70
PASEP e COFINS	-	187
Saldo de antecipações de IRPJ	469	6.192
Saldo de antecipações de CSLL	-	2.158
IRPJ de exercícios anteriores	9.680	3.468
CSLL de exercícios anteriores	3.469	1.331
Créditos fiscais PASEP e COFINS	110	1.443
PASEP e COFINS Compensáveis Recolhidos a maior	19.817	19.165
Outros	22	18
TOTAL	33.567	34.032

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas Usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos

A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização

COMBUSTÍVEL NUCLEAR R\$ MIL				
BALANÇO	R\$ I	/IIL		
B/12/11/90	31/12/2020	31/12/2019		
Concentrado de urânio	220.135	204.116		
Elementos prontos	4.457.075	3.717.017		
Serviços em curso	387.562	384.623		
Consumo Acumulado	(3.371.652)	(2.926.379)		
TOTAL	1.693.120	1.379.377		
Ativo circulante	428.340	538.827		
Ativo não circulante	1.264.780	840.550		
TOTAL	1.693.120	1.379.377		

MOVIMENTA OÃO DOO EL EMENTOO DRONTOG

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS					
			R\$ MIL		
BALANÇO	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÃO	CRÉDITO FISCAL *	BAIXA	SALDO EM 31/12/2020
Ativo circulante	538.827	-	-	(110.487)	428.340
Ativo não circulante	3.178.190	740.856	(798)	110.487	4.028.735
TOTAL BRUTO	3.717.017	740.856	(798)	-	4.457.075
Consumo acumulado	(2.926.379)	-	-	(445.273)	(3.371.652)
VALOR LÍQUIDO	790.638	740.856	(798)	(445.273)	1.085.423
* Crédito fiscal de PIS/Cofins sobre insumo elemento de combustível nuclear					

	MOVIMENTAÇÃO DO CONCENTRADO E SERVIÇOS EM CURSO							
		R\$	MIL					
BALANÇO	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÃO	TRANSFERÊNCIA P/ ELEMENTO PRONTO	SALDO EM 31/12/2020	-			
Concentrado de urânio	204.116	247.213	(231.194)	220.135				
Serviços em curso	384.623	512.601	(509.662)	387.562				
TOTAL	588.739	759.814	(740.856)	607.697	1			

Em 22 de junho de 2020, conforme programação, foi iniciada a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Ángra 2, com duração inicial prevista de 22 (vinte e dois) dias. A cada reabastecimento, é substituído cerca de um terço dos elementos combustíveis do reator. Durante as inspeções realizadas nesta parada, foi detectada nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contém as pastilhas de urânio enriquecido, o que requererá rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses, tendo inclusive batido seu próprio recorde de produção no último dia 19 de junho de 2020, com a marca de 200 milhões de MWh gerados desde 2001.

Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a ELETRONUCLEAR substituiu todos os 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados para o próximo ciclo de operação. A substituição destes elementos combustíveis foi feita em parte por 24 (vinte e quatro) elementos combustíveis novos e que já estavam prontos para uso na Usina Angra 3 e 28 (vinte e oito) elementos combustíveis usados e que estavam armazenados na piscina de combustível usado - PCU de Angra 2. A Usina Angra 2, com 1.350 MW de capacidade instalada, foi reconectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 17 de agosto de 2020.

Essa nova configuração de reabastecimento do núcleo do reator permitirá o funcionamento da Usina Angra 2 a uma capacidade de 90% para um ciclo aproximado de 9 (nove) meses, até a próxima parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear. Isso implicou no incremento de custo no estoque referente aos 24 (vinte e quatro) elementos combustíveis no montante de R\$ 75.448, composto pela transferência de R\$ 67.439 de adjantamento de imobilizado. R\$ 127 de custo de transporte e provisão de 10% da etapa de fabricação no montante de R\$ 7.882 que será desembolsado quando a etapa contratual for cumprida

As avaliações e testes dos 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis foram iniciados no final de outubro de 2020 e estão sendo realizados pela empresa responsável pelo projeto da usina. O objetivo é determinar as causas da oxidação e verificar a viabilidade da utilização destes elementos combustíveis por mais ciclos operacionais conforme planejado.

As medições das camadas de óxido foram concluídas em novembro de 2020 e os respectivos relatórios com os resultados foram entregues pela empresa contratada, Framatome. A próxima fase da análise é estudar o mecanismo de oxidação destes elementos combustíveis ao serem recarregados no núcleo do reator por mais um ciclo operacional. Com este objetivo serão carregados 4 (quatro) destes elementos combustíveis menos oxidados. O nível de oxidação destes elementos combustíveis ao final deste novo ciclo operacional determinará quantos e quais poderão ser utilizados por mais dois ciclos operacionais, reduzindo, assim, a quantidade de elementos combustíveis falhados.

Após a coleta de todas as informações e dados do elemento combustível, da operação da usina e dos resultados das medições, a Framatome emitirá um relatório da causa raiz do evento, o qual tem sua previsão de conclusão para maio de 2021. Todos os resultados serão submetidos à análise do órgão licenciador, a Comissão Nacional de Energia Nuclear CNEN.

As demonstrações financeiras reportadas na data base de 31 de dezembro de 2020 não contêm os efeitos da avaliação de viabilidade da <mark>utilização integ</mark>ral dos 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis a serem ainda inspecionados.

NOTA 9 - ALMOXARIFADO

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo das Usinas, no montante de R\$ 165.067 (R\$ 83.985 em 31 de dezembro de 2019) no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, no montante de R\$ 18.239 (R\$ 18.248 em 31 de dezembro de 2019), totalizando R\$183.306 (R\$ 102.233 em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS

1 1					
11		R\$ MIL		R\$ MIL	
11	OUTROS ATIVOS	ATIVO CIR	ATIVO CIRCULANTE		IRCULANTE
1		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Prêmios de seguros	24.162	17.973	-	-
٦	Partes relacionadas (a)	87.998	28.915	1.289	1.289
$\ $	Adiantamentos a fornecedores	3.253	3.195	-	-
$\ $	INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
$\ $	Desativações em curso	(3.323)	(3.323)	-	-
	Devedores diversos	40.625	35.885	-	-
$\ $	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(26.288)	(22.956)	-	-
IJ	TOTAL	130.568	63.830	1.289	1.289

a) Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na nota 33.

NOTA 11 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de servico, com <mark>segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a</mark> radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou <mark>irrestrito. Para permitir a inclusão, na ELETRO</mark>NUCLEAR, dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas <mark>Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma</mark> obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia conforme nota 24

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e <mark>viabilizar o fundo, para fazer face ao efet</mark>ivo descomissionamento das Úsinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

<mark>Assim sendo, a ELETRONU</mark>CLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

A<mark>nualmente, a Elet</mark>robras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela Aneel, na receita fixa das men<mark>cionad</mark>as usinas. O montante anual de depósito fixado para o exercício de 2020 foi R\$ 173.109.

O mencionado fundo é mantido no Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras conforme determinado pelo CNPE

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	FUNDO DE DESCOMISSIONAME	ENTO			
	DESCRITIVO		R\$ MIL		
	DESCRITIVO	3	31/12/2020	31/12/2019	
	Conta Corrente		80	46	
	Dólar Comercial Futuro		(5.303)	(6.869)	
	LTN		-	4.282	
Ш	NTNF		-	149.451	
	Títulos Públicos		1.593.736	993.830	
	Operações Compromissadas		165.359	81.678	
	Outros		(45)	(25)	
	TOTAL		1.753.827	1.222.393	

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

Em 31 de dezembro de 2020, o fundo para descomissionamento, Títulos de Valores Mobiliários - TVM de longo prazo, apresenta ganho financeiro de R\$ 405.281 (nota 32), (ganho financeiro de R\$ 119.006 31 de dezembro de 2019), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano. Em 2020, foram aplicados R\$ 184.960 no fundo para descomissionamento (R\$ 174.896 referente aos recolhimentos mensais, R\$ 10.064 referente aos recolhimentos adicionais) e foram retidos R\$ 58.807 a título de IRRF sobre os rendimentos do Exercício de 2020.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO				
DESCRITIVO	R\$ N	ИIL		
DESCRITIVO	31/12/2020	31/12/2019		
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	102.365	102.365		
Quotas de 2008 a 2020	739.363	564.467		
Total de quotas recolhidas	841.728	666.832		
Planos de Recolhimentos Adicionais	56.279	46.215		
Ganhos líquidos auferidos acumulados	855.820	509.346		
Patrimônio líquido do fundo	1.753.827	1.222.393		
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	1.753.827	1.222.393		
NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCUI ADOS				

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS						
COMPOCIOÃO	R\$ N	ЛIL				
COMPOSIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019				
Depósitos judiciais						
Contingências trabalhistas	30.299	36.755				
Contingências cíveis	1.066	1.089				
Contingências tributárias	8.065	8.065				
	39.430	45.859				
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	28.792	26.453				
TOTAL	68.222	72.312				
b) Movimentacão						

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS									
COMPOSIÇÃO	SALDO EM		31/12/2020						
COMPOSIÇÃO	31/12/2019	BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO					
Depósitos judiciais	45.859	(7.825) 1.398 39.4							
Atualização monetária s/depósitos judiciais	26.453	26.453 (553) 2.890 2							
TOTAL	72.312	(8.378)	4.288	68.222					
NOTA 13 – ATIVOS EISCAIS DIEERIDOS SORRE PRE ILIÍZOS EISCAIS									

contribuição social no montante de R\$ 1.220.835 (R\$ 1.455.886 em 31 de dezembro de 2019).

resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo.

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.037.697 (R\$ 1.272.791 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa de Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL são

compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição. A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de

Rentabilidade no ano de 2019: 6,85% e 7,12% nos últimos 12 meses



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67



Ministério de Minas e Energia

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

detalhados nas notas 18 e 32 NOTA 14 - IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente

Os imobilizados em serviço são depreciados a taxa anual de 3,26%.

a) Composição do saldo do imobilizado

			31/12/2019		
DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	Custo	31/12/2020 Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Direito de Uso - IFRS16		77.923	(47.610)	30.313	54.596
Terrenos		34.380	-	34.380	34.380
Reservatórios e Barragens		5.716	(4.290)	1.426	1.568
Ed. Obras Civis Benfeitorias		1.554.607	(1.019.382)	535.225	576.719
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		8.921.090	(5.309.026)	3.612.064	4.356.245
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		134.064	(94.946)	39.118	40.519
Veículos		13.569	(11.970)	1.599	2.233
Móveis e Utensílios		21.614	(14.753)	6.861	7.448
Angras 1 e 2	3,26	10.762.963	(6.501.977)	4.260.986	5.073.708
EM CURSO					
Reservatórios e Barragens		24.849	-	24.849	24.1 <mark>72</mark>
Ed.Obras Civis Benfeitorias		171.936	-	171.936	148. <mark>052</mark>
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		254.355	-	254.355	168 <mark>.195</mark>
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		13.448	-	13.448	660
Veículos		58.281	-	58.281	12.530
Móveis e Utensílios		1.745	-	1.745	1.742
A Ratear		111.742	-	111.742	85.434
Transf/fab e rep/mat em processo		2.214	-	2.214	3.002
Adiantamento a fornecedores		27.350	-	27.350	27.350
Angras 1 e 2		665.920	-	665.920	471.137
Terrenos		56.433	-	56.433	56.433
Reservatórios e Barragens		356.513	-	356.513	280.965
Ed.Obras Civis Benfeitorias		1.993.726	-	1.993.726	1.981.781
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		2.917.430	-	2.917.430	2.199.769
Máquinas e Equipamentos - Equip. Geral		-	-	-	319
Veículos		211	-	211	246
Móveis e Utensílios		517	-	517	529
A Ratear		6.470.913	-	6.470.913	6.1 <mark>47.561</mark>
Transf/fab e rep/mat em processo		2.860	-	2.860	2.860
Adiantamento a fornecedores		801.418	-	801.418	87 <mark>0.650</mark>
Angra 3 sem Impairment		12.600.021	-	12.600.021	11.541 <mark>.113</mark>
Impairment Angra 3		(4.508.764)	-	(4.508.764)	(4.508. <mark>764)</mark>
Total Angra 3		8.091.257	-	8.091.257	7.032.3 <mark>49</mark>
Angras 1, 2 e 3		8.757.177	-	8.757.177	7.503.486

b) Movimentação do imobilizado

TOTAL BRUTO

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2020 - R\$ MIL										
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÕES / DEPRECIAÇÃO	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS *	SALDO EM 31/12/2020					
Em curso Angra 1 e 2	471.137	201.233	(5.088)	(1.362)	665.920					
Em curso Angra 3	11.541.113	1.127.660	-	(68.752)	12.600.021					
Impairment Angra 3	(4.508.764)	-	-	_	(4.508.764)					
Em serviço: custo	10.905.808	-	5.088	(225.856)	10.685.040					
Em serviço: IFRS 16	77.923	-	-	-	77.923					
Depreciação:	(5.886.696)	(567.751)	-	80	(6.454.367)					
Depreciação: IFRS 16	(23.327)	(24.283)	-	-	(47.610)					
Total em serviço	5.073.708	(592.034)	5.088	(225.776)	4.260.986					
TOTAL	12.577.194	736.859	-	(295.890)	13.018.163					

19.520.140

(6.501.977)

13.018.163

12.577.194

* O montante de (R\$ 225.856) está composto por (R\$ 225.808) ref. a atualização da estimativa para descomissionamento e (R\$ 48) de

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2019 - R\$ MIL										
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÃO/ DEPRECIA- ÇÃO	DEPRECIA- ÇÃO CAPITA- LIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	RECLASSIFICA- ÇÃO	BAIXAS / OUTROS *	SALDO EM 31/12/2019			
Em curso Angra 1 e 2	729.635	155.700	92	(411.433)	(14.860)	12.003	471.137			
Em curso Angra 3	10.904.484	634.261	194	(31)	14.123	(11.918)	11.541.113			
Impairment Angra 3	(4.046.642)	(462.122)	-	-	-	-	(4.508.764)			
Em serviço: custo	10.168.649	-	-	381.517	-	355.642	10.905.808			
Em serviço: IFRS 16	-	77.923	-	-	-	-	77.923			
Depreciação	(5.349.629)	(536.919)	(244)	-	-	96	(5.886.696)			
Depreciação IFRS 16	-	(23.327)	-	-	-	-	(23.327)			
Total em serviço	4.819.020	(560.246)	(244)	381.517	-	355.738	5.073.708			
TOTAL	12.406.497	(154.484)	42	(29.947)	(737)	355.823	12.577.194			

* O montante de R\$ 355.642 está composto por : R\$ 355.712 (ajuste na taxa de desconto do desmobilização de ativo) - R\$ 70 (outros aiustes)

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações, como também dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. A Companhia, mesmo sem identifica impactos significativos em suas operações e receitas relacionadas à pandemia de COVID - 19, efetuou a análise de recuperabilidade na sua Unidade Geradora de Caixa 2 (Angra 3), em virtude de alterações legais e nas premissas relacionadas ao empreendimento Neste caso, com base nos resultados obtidos, não foi identificada a necessidade de registros de impairment no quarto trimestre de 2020. Com relação à sua Unidade de Caixa 1 (Angra 1 e 2) não foi identificada necessidade de revisitar a última análise de

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação.

c.2) Taxa de desconto

A taxa de desconto (antes dos impostos) para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,11% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado. A companhia efetuou o monitoramento das unidades geradoras de caixa Angra 1 e 2 e não identificou a necessidade de aplicação de novo teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2020.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2020 de 6,79% (6,52% em dezembro de 2019). Nesses cálculos foram utilizados parâmetros conforme Informação Técnica Eletrobras DFPP 002/2021 de 22 de fevereiro de 2021

c.3) Impairment

O resultado do teste de Impairment referente ao empreendimento Angra 3 na data base de 31 de dezembro de 2020 foi positivo em R\$ 2.932.794. Esse novo resultado representaria a completa reversão da provisão registrada até o teste anterior, com base em dezembro de 2019. Todavia, a variação ocorrida entre o resultado obtido no presente teste de impairment e o do teste anteriormente apresentado na data-base de dezembro de 2019, não ensejará em um lançamento contábil de reversão total da provisão por perda por impairment já contabilizada no balanço da ELETRONUCLEAR, pois embora a administração da Companhia tenha razoável segurança que a nova tarifa de Angra 3, a ser proposta pelo BNDES ao CNPE, terá como pilar a questão de sua viabilidade econômico-financeira do projeto conforme estabelecido na Lei 14.120/2021, alguns fatores considerados como muito sensíveis na aplicação do teste de recuperabilidade do Ativo ainda não estão aprovados/definidos pelos órgãos competentes

Neste sentido, entende a administração que, neste momento, para fins de divulgação de suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as atuais provisões para perda de recuperabilidade do Ativo Angra 3, já constituídas

no valor de R\$ 4.508.765, são adequadas e refletem algumas incertezas do projeto nesta etapa e, por isso, não serão registradas

reversões de estimativas para perda de recuperabilidade do Ativo Angra 3.

entanto esses fatos precisam ser confirmados ao longo do ano de 2021

As principais premissas e julgamentos que impactaram o resultado do teste realizado na base dezembro de 2020 estão a seguir resumidos: (i) atualização do orcamento de Capital Expenditure - CAPEX do projeto, que registrou crescimento impactado pelo fim do RENUCLEAR, (ii) pela forte apreciação do Euro em relação ao Real e a inserção da estimativa de aquisição de novos elementos combustíveis para a carga inicial, que foram utilizados em Angra 2; (iii) utilização de tarifa de energia estimada que considera os parâmetros especificados na Lei nº 14.120/21 que garantiu ao projeto uma tarifa que garanta a sua viabilidade econômico-

financeira; (iv) alteração na taxa de desconto de 6,79% A Companhia entende que, à medida que haja uma melhor definição da base tarifária e das condições de financiamento, o projeto Angra 3 poderá apresentar rentabilidade que venha a permitir a eventual redução e/ou reversão do impairment registrado, no

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda, contribuição social e a composição dos tributos diferidos passivos encontram-se | c.4) Tarifa

A receita calculada para o teste de *impairment* na data base de dezembro de 2020, teve como premissa a tarifa estimada de energia estimada que considera os parâmetros especificados na Lei nº 14.120/21, que garantiu ao projeto uma tarifa que garanta a sua viabilidade econômico-financeira. O novo preço da tarifa de referência para a energia proveniente da Usina Angra 3 atualizado a preços de dezembro de 2020 e utilizado para fins de teste de impairment foi de R\$ 692,17/MWh.

d) Licenciamento das Usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente - AOP, emitida pela CNEN em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN n° 124/2010 – CGRC/CNEN de 09 de agosto de 2010. A Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente - AOP, concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15 de junho de 2011.

Em 12 de março de 2014, o Ibama emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014, que autorizou a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos

e) Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares determina que mudanças na mensuração de passivos por desativação que resultem da alteração nas estimativas de valor ou período de fluxo de desembolso de recursos ou da alteração de taxa de desconto aplicada no ajuste a valor presente desse passivo, devem ser adicionadas ao (reduzidas do) ativo correspondente (nota 24).

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O ano de 2020 foi marcado por eventos importantes para a retomada do empreendimento de Angra 3.

Em junho, ocorreu a aprovação pelo CPPI do modelo de negócios para a retomada de Angra 3 proposto no relatório final da primeira fase do trabalho realizado pelo BNDES e o subsequente início dos trabalhos de estruturação do modelo proposto

Em agosto, a ELETROBRAS aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento de Angra 3, com a previsão de aportes na ELETRONUCLEAR de cerca de R\$ 1.052.180 em 2020 e de aproximadamente R\$ 2.447.464 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção de Angra 3.

Outro evento fundamental que impactou de forma positiva o processo de retomada de Angra 3 foi a publicação, em setembro, da

Medida Provisória nº 998/20, posteriormente convertida em Lei sancionada pela Presidência da República, que estabeleceu novos <mark>parâmetros para outorga da usina de</mark> Angra 3, além da autorização para celebração de um novo Contrato em substituição ao Contrato de Energia de Reserva - CER, estabelecendo que o preço de venda da energia deverá garantir a viabilidade econômicofinanceira do projeto e seu financiamento em condições de mercado.

Desta forma, tais medidas representaram o avanço do processo de retomada do empreendimento de Angra 3, principalmente no sentido de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do projeto, considerando que os eventos que representaram aumento no CAPEX do projeto deverão ser refletidos no cálculo da tarifa, conforme marco legal. Além disso, os aportes de recursos pela sua *holding* e a implementação do Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento buscam garantir a manutenção do cronograma de início de operação de Angra 3 para novembro de 2026.

NOTA 15 - INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%

A movimentação do ativo intangível está assim constituída

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2020 - R\$ MIL										
DESCRITIVO	BAIXA/OUTROS	SALDO 31/12/2020								
Em curso	36.259	8.833		-	-	45.092				
Em serviço - custo	173.600	-		-	-	173.600				
Amortização	(111.295)	(15.023)		-	-	(126.318)				
Total em serviço	62.305	(15.023)		-	-	47.282				
TOTAL LÍQUIDO	98.564	(6.190)		-	-	92.374				

ľ	MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2019 - R\$ MIL										
	DESCRITIVO	SALDO 31/12/2018	ADIÇÃO	TRANSF P/ SERVIÇO	AMORTI CAPITA		RECLASSIFICAÇÃO	SALDO 31/12/2019			
	Em curso	70.578	9.920	(44.976)		-	737	36.259			
	Em serviço - custo	98.949	-	74.651		-	-	173.600			
	Amortização	(95.982)	(15.271)	-		(42)	-	(111.295)			
	Total em serviço	2.967	(15.271)	74.651		(42)	-	62.305			
	TOTAL LÍQUIDO	73,545	(5.351)	29.675		(42)	737	98.564			

16 - FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES - PASSIVO CIRCULANTE EM 31/12/2020								
	R\$ MIL							
BALANÇO	Faturas processadas Variação cambial Provisões							
Fornecedores	915.649	81.584	183.056	1.180.289				
TOTAL	915.649	81.584	183.056	1.180.289				

FORNECEDORES - PASSIVO CIRCULANTE EM 31/12/2019								
	R\$ MIL							
Faturas processadas Variação cambial Provisões TOTAL								
758.978	34.924	49.564	843.466					
758.978 34.924 49.564 843.46								
	Faturas processadas 758.978	R\$ I Faturas processadas Variação cambial 758.978 34.924	R\$ MIL Faturas processadas Variação cambial Provisões 758.978 34.924 49.564					

NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

<u>Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2</u>

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, a troca da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da Companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das Usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso

Aplicações na Usina Angra 3

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR: com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com a Caixa Econômica Federal - CEF destinados à implantação da Usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES citado, a ELETRONUCLEAR constituiu uma cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina Angra 3.

Originalmente, o Contrato nº 10.2.2032.1 previa o início das amortizações do principal da dívida em 30 de julho de 2016. Em virtude de renegociações realizadas entre BNDES e ELETRONUCLEAR, foram realizados dois aditamentos contratuais que prorrogaram a data de início de amortização. Por conta destas renegociações, a ELETRONUCLEAR foi obrigada a pagar uma Comissão de Renegociação por cada uma destes aditamentos, no valor de 0,5% do saldo devedor. O montante em débito, acrescido de IOF foi incorporado ao saldo devedor do contrato original, na forma dos Subcréditos C e D, com prazo de pagamento de 54 parcelas, após um prazo de carência de 6 meses. O Subcrédito C começou a ser amortizado em 15 de fevereiro de 2017, enquanto o Subcrédito D teve sua amortização iniciada em 16 de novembro de 2017

Em 16 de outubro de 2017, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato nº 10.2.2032.1, celebrado com o BNDES para investimentos no

Em 06 de iulho de 2018, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do Contrato nº 0410.351-27/2013 com o pagamento da

Em 15 de outubro de 2020, por meio da carta AE/DEENE1 nº 222/2020, o BNDES autorizou a prorrogação do prazo limite para o cumprimento da obrigação de preenchimento integral da Conta Reserva conforme previsto nos parágrafos 1º, 3º e 4º, da cláusula sétima (Garantia da Operação) do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.2032.1 (Angra 3), para a data de 15 de junho de 2022, com o valor equivalente à soma das últimas três (3) prestações vencidas de amortização, juros e demais acessórios, com a consequente celebração do aditivo nº 8 ao contrato de financiamento e do aditivo nº 3 ao contrato de cessão fiduciária, para formalização da mencionada alteração de prazo.

Outras Aplicações

primeira prestação no valor de R\$ 24.741.

Em 28 de janeiro de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-048/2019 de sua Diretoria Executiva, ratificada pelo seu Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº DEL-026/2019 em 22 de fevereiro de 2019, que delegou poderes à Diretoria Executiva da Eletrobras, condicionada à avaliação do fluxo de caixa da ELETRONUCLEAR, nova linha de financiamento no valor de R\$ 164.000, em valores líguidos de Impostos sobre Operações Financeiras - IOF, nas mesmas condições do Contrato nº ECF-3370/18.



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67



Ministério de Minas e Energia

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

Em 29 de abril de 2019, a Diretoria Executiva da Eletrobras, por meio da Resolução nº RES-061/2019, aprovou a efetiva assinatura do contrato de financiamento no valor bruto de R\$ 164.000, em valores líquidos de IOF, sob o Contrato de Financiamento nº ECF-3374/19

Em 08 de maio de 2019, houve a liberação da primeira parcela do contrato nº ECF-3374/19, no valor de R\$ 101.916, que em valores líquidos de IOF, totalizou R\$ 100.000, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR

Em 28 de junho de 2019, houve a liberação da segunda e última parcela do contrato nº ECF-3374/19, no valor de R\$ 65.266, que

em valores líquidos de IOF, totalizou R\$ 64.000, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Reestruturação do Serviço da Dívida

Em 17 de junho de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-412/2019 de sua Diretoria Executiva, ratificada pelo seu Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-135/2019 em 27 de junho de 2019, a suspensão da exigibilidade do principal, sem incorporação dos juros, dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18, durante o período de 30 de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2019, mantendo todas as demais

Em 21 de janeiro de 2020, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-041/2020 de sua Diretoria Executiva, que havia recebido delegação de poderes do Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-135/2019 em 27 de junho de 2019 a manutenção da suspensão da exigibilidade do principal, sem incorporação dos juros, dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15 ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18, durante o período de 30 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020, mantendo todas as demais cláusulas contratuais.

Em 22 de março de 2020, o BNDES anunciou medidas em caráter emergencial para auxiliar e mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia brasileira. Uma das medidas adotadas pelo banco de fomento foi a possibilidade de suspensão temporária por até 6 (seis) meses do pagamento das parcelas mensais (principal e juros remuneratórios), operação esta denominada no mercado de standstill, dos contratos de financiamentos diretos firmados junto ao BNDES, no qual se enquadra o contrato nº 10.2.2032.1 e para o qual a Companhia aderiu, oportunamente, adotando como uma de suas medidas de preservação de caixa

Em 06 de maio de 2020, a ELETRONUCLEAR recebeu comunicação formal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio da Carta AE/DEENE1 nº 056/2020, aprovando o pedido, encaminhado pela Companhia em 26 de março de 2020, para a suspensão do pagamento por 6 (seis) meses, no período de 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020 do serviço da divida contratado com esta instituição financeira conforme contrato nº 10.2.2023.1. Concomitantemente, a suspensão do pagamento do serviço da dívida, foi comunicado pelo BNDES, na mesma carta, que houve a prorrogação até a data de 15 de outubro de 2020 do prazo para o cumprimento pela ELETRONUCLEAR da obrigação do preenchimento da Conta Reserva.

Em 12 de maio de 2020, foi aprovado pela Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR, por meio da RDE nº 1515.003/20, a suspensão do pagamento do serviço da dívida por 6 (seis) meses, assim como a prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva até 15 de outubro, encaminhando para posterior deliberação do Conselho de Ádministração da Companhia, que por sua vez ratificou a decisão em 19 de maio de 2020, por meio da DCA nº 418.003/20.

Conforme proposição do Conselho de Administração, presente na DCA nº 418.003/20, houve delegação de poderes à Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR para aprovação do teor do instrumento definitivo. Desta forma, em 03 de junho de 2020, a Diretoria Executiva da ELETRONUCEAR aprovou, por meio da RDE nº 1520.007/20, a minuta do Termo Aditivo nº 7 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1, que formaliza a suspensão do pagamento de principal e jur<mark>os durante</mark> o período de 15 de maio a 15 de outubro, além da prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva

Em 23 de junho de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 7 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº

Em 15 de junho de 2020, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-351/2020 de sua Diretoria Executiva, a capitalização dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18 e 3374/19. Em 25 de junho, o Conselho de Administração da Eletrobras, por meio da Deliberação nº DEL-106/2020, ratificou a decisão da Diretoria Executiva e aprovou a capitalização dos referidos contratos. Desta forma, ficou determinada a suspensão do pagamento do principal dos referidos contratos, com a manutenção dos pagamentos dos juros e encargos até a efetivação do processo de

Em 15 de julho, a Eletrobras solicitou ao Ministério de Minas e Energia - MME as providências necessárias para o encami<mark>nhamento</mark> do processo de aumento de capital da ELETRONUCLEAR, por conta da capitalização de instrumentos de dívida firmad<mark>os com a</mark> sua *holding* Eletrobras, assim como pela integralização dos contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - <mark>AFAC, à</mark> Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda - PGNF e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST no sentido de obter parecer autorizando o voto da Eletrobras na Assembleia Geral Extraordinária - AGE a ser convocada pela ELETRONUCLEAR para a efetivação da integralização do capital social da Companhia

Após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Pública - PGFN e da Secretaria de Coordenação e Gover<mark>nança</mark> das Empresas Estatais - SEST em relação ao aumento de capital da ELETRONUCLEAR; em 23 de setembro de 2020, houve aprovação da Diretoria Executiva da companhia ratificando a decisão anterior que havia autorizado o aumento de capital e d<mark>ando</mark> como cumpridas as exigências requeridas na proposta de aumento de capital. Em 30 de setembro de 2020, o Conselho de Administração ratificou a decisão da Diretoria Executiva, aprovando a convocação de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, e<mark>m</mark> cumprimento ao Estatuto Social da ELETRONUCLEAR, para a deliberação da integralização de capital aprovada.

Em 21 de outubro de 2020, foi realizada a 99ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da ELETRONUCLEAR, na qual foi deliberada a aprovação do aumento do Capital Social da Companhia no valor de R\$ 1.885.778, com a emissão de 22.081.709.937 ações distribuídas entre 17.256.190.448 ações ordinárias com direito a voto e 4.825.519.489 ações preferenciais sem direito a voto mediante a conversão de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R\$ 850.000, assim como a conversão de créditos dos 8 (oito) contratos de financiamentos no montante de R\$ 1.035.778, ambos pertencentes à Eletrobras Centrais Elétricas Eletrobras S.A. Foi aprovada, ainda, a alteração do caput do artigo 8º, do Estatuto Social da ELETRONUCLEAR compatibilizando-o com este aumento de Capital Social

Confissão de Dívida

Em 30 de outubro de 2019, foi celebrado pela ELETRONUCLEAR e por Furnas Centrais Elétricas S.A. o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/2019, por meio do qual as duas partes reconhecem a existência de créditos pendentes uma com a outra, que após compensação dos valores somam um crédito líquido em favor de Furnas no montante de R\$ 122.560, atualizado à data de 31 de dezembro de 2012. Este montante devido pela ELETRONUCLEAR, atualizado em 31 de dezembro 2018 totalizava R\$ 246.142

Desta forma, conforme as condições firmadas pelas duas partes no Instrumento firmado, a ELETRONUCLEAR obriga-se a pagar o saldo atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da dívida reconhecida em 96 (noventa e seis) parcelas iguais e sucessivas, pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, contados a partir da expiração dos 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal, que possui início a partir do mês subsequente à assinatura do referido Instrumento de Confissão de Dívida.

A partir da assinatura do referido contrato, sobre o saldo devedor atualizado mensalmente pelo IPCA, incidem juros no montante de 7,83% a.a. e uma taxa de administração de 0,5% a.a., ambos calculados pro rata temporis.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

		31/12/2020					31/12/2019 R\$ MIL			
		R\$ MIL					·			
DESCRIÇÃO		PRINCIPAL		AL			PRIN	ICIPAL		TX.
	JU- ROS	CIRCU- LANTE	NÃO CIR- CULANTE	TOTAL	TX. EFETI- VA	JU- ROS	CIRCU- LANTE	NÃO CIRCU- LANTE	TOTAL	EFETI- VA
ANGRAS 1 e 2:										
ELETROBRAS - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	-	34.162	164.897	199.059	5,00%	-	34.161	199.059	233.220	5,00%
ELETROBRAS - PSPE* - ECR 286 / ECF 3278	-	-	-	-	-	-	30.969	132.927	163.896	7,23%
ELETROBRAS - INB - ECF 3284	-	-	-	-	-	-	16.024	88.133	104.157	11,55%
ELETROBRAS - PAE - ECF 3347	-	-	-	-	-	-	31.535	-	31.535	7,83%
ELETROBRAS - Capital de Giro** - ECF 3367 / ECF 3370 / ECF 3374	-	-	-	-	-	_	337.142	-	337.142	8,00%
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	-	5.799	272.557	278.356	7,90%	-	-	266.852	266.852	7,60%
ANGRA 3:										
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	-	29.712	477.876	507.588	5,00%	-	29.712	507.588	537.300	5,00%
ELETROBRAS - ECR 286	-	-	-	-	-	-	49.295	197.161	246.456	7,23%
ELETROBRAS - ECF 3341	-	-	-	-	-	-	23.415	128.780	152.195	11,55%
BNDES - N° 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	8.860	141.545	3.350.516	3.500.921	6,26%	10.109	114.435	3.328.357	3.452.901	7,28%
BNDES - N° 10.2.2032.1 - Subcrédito C	6	5.019	-	5.025	2,63%	8	4.957	2.892	7.857	7,32%
BNDES - N° 10.2.2032.1 - Subcrédito D	11	6.575	2.191	8.777	2,85%	12	4.732	6.309	11.053	7,44%
CEF - N° 0410.351-27/13	13.986	98.363	2.999.696	3.112.045	6 50%	14.401	92 188	3.098.075	3.204.664	6,50%
TOTAL GERAL	22.863	321.175	7.267.733	7.611.771	0,00 /0			7.956.133	8.749.228	0,00 /0
É composto pelo emprés:					- 2045 - 1					

- É composto pelo empréstimos realizados em 2014 R\$ 124.738 e em 2015 R\$ 39.157, totalizando R\$ 163.895 ' ** É composto pelos empréstimos realizado em 2018 (R\$ 120.000 e R\$ 50.000) e 2019 (R\$ 167.142), totalizando R\$ 337.142

Saldo em 31 de dezembro de 2020

~ ~ ~ ~ ~ ~	EM R\$ MIL						
MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS	MOEDA N	IACIONAL					
E EMPRÉSTIMOS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	793.095	7.956.133	8.749.228				
Encargos - resultado	443.967	110.989	554.956				
Variação Monetária - resultado	533	12.396	12.929				
Transferência para o não circulante	811.785	(811.785)	-				
Conversão em Capital Social	(1.035.778)	-	(1.035.778)				
Pagamentos de encargos	(445.634)	-	(445.634)				
Pagamentos de principal	(223.930)	-	(223.930)				

344.038

7.267.733

7.611.771

AULTA OÃ FO DOO	EM R\$ MIL				
MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS	MOEDA NA	ACIONAL			
E EMPRÉSTIMOS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	592.724	7.974.066	8.566.790		
Ingressos	-	432.374	432.374		
Encargos - resultado	613.302	- !	613.302		
Variação Monetária - resultado	1.607	12.934	14.541		
Transferência para o não circulante	463.241	(463.241)	-		
Pagamentos de encargos	(614.563)	- '	(614.563)		
Pagamentos de principal	(263.216)	!	(263.216)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	793.095	7.956.133	8.749.228		

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS							
ANO	R\$ MIL						
	31/12/2020	31/12/2019					
2020	-	793.095					
2021	344.038	417.898					
2022	356.003	455.186					
2023	370.017	470.241					
2024	387.254	488.043					
Após 2024	6.154.459	6.124.765					
TOTAL	7.611.771	8.749.228					

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PASSIVO

<mark>A seguir, a composição das o</mark>brigações com impostos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência e os passivos fiscais diferidos.

	R\$	MIL		R\$	R\$ MIL		
IMPOSTOS	31/12/2020	31	/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	CIRCULANTE	CIR	CULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
I.R.P.J. Parcelamento	1.273		1.273	212	212		
IR - Encargos Dívida	1.077		475	-	-		
IRRF - Folha de pagamento	4.504		4.504	-	-		
ISS sobre importação e outros	2.440		3.229	-	-		
ICMS	388		803	-	-		
COSIRF	21.574		21.148	-	-		
INSS	3.165		2.605	-	-		
IPTU Acordo Angra	1.096		4.384	-	1.096		
PASEP e COFINS	23.292		11.471	-	-		
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347		3.347	-	-		
FGTS	3.756		5.572	-	-		
CIDE s/serviços no exterior	30.819		23.571	-	-		
Taxas de importação e outros	(12)	(30)	-	-		
Recolhimento Impostos e Taxas	2		2	-	-		
TOTAL	96 721		82 354	212	1 308		

<mark>A Companhia constitui Imposto sobre R</mark>enda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos <mark>sobre outros resultados abrangentes</mark>, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em dezembro de 2020, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL diferidos no montante total de R\$ 2.190.281 (R\$ 1.874.030 em dezembro de 2019), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL

		PASSIVO (ATIVO) FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL								
		31/12	2/2020		31/12/2019					
DESCRIÇÃO	PA	SSIVO NÃO	CIRCULAN	TE	PA	SSIVO NÃO	CIRCULAN	ΓE		
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL		
AVP - o <mark>brigação p/</mark> desmobilizaç <mark>ão</mark>	(16.944)	(1.525)	(4.236)	(5.761)	119.497	10.755	29.874	40.629		
Provisão para PLR dos empregados	(66.163)	(5.955)	(16.541)	(22.495)	(66.249)	(5.962)	(16.562)	(22.525)		
Corr. monetária imobilizado 1995 a 1997	115.478	10.393	28.870	39.263	126.855	11.417	31.714	43.131		
Imobilizado da desmobilização-Custo	(407.158)	(36.644)	(101.790)	(138.434)	(452.466)	(40.722)	(113.117)	(153.838)		
Outros ajustes CPC	(837.205)	(75.348)	(209.301)	(284.650)	(506.127)	(45.551)	(126.532)	(172.083)		
Arrend. Merc. e AVP Alug Imov Candel 65/Out. Transp. Contr IFRS 16	(3.947)	(355)	(987)	(1.342)	(2.871)	(258)	(718)	(976)		
Baixa despesas administrativas	(193.604)	(17.424)	(48.401)	(65.825)	(193.604)	(17.424)	(48.401)	(65.825)		
Provisão Impairment Angra 3	(4.508.764)	(405.789)	(1.127.191)	(1.532.980)	(4.508.764)	(405.789)	(1.127.191)	(1.532.980)		
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)		
Transfer. de estoque para o Imobilizado	(229.949)	(20.695)	(57.487)	(78.183)	(201.563)	(18.141)	(50.391)	(68.531)		
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(102.394)	(9.215)	(25.599)	(34.814)	(102.394)	(9.215)	(25.599)	(34.814)		
Provisão benefício pós-emprego	14.906	1.342	3.727	5.068	(77)	(7)	(19)	(26)		
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(115.547)	(10.399)	(28.887)	(39.286)	(112.215)	(10.099)	(28.054)	(38.153)		
Provisão para risco	(257.957)	(23.216)	(64.489)	(87.705)	(247.404)	(22.266)	(61.851)	(84.117)		
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)		
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE	(18.299)	(1.647)	(4.575)	(6.222)	(44.086)	(3.968)	(11.022)	(14.989)		
D. Fin - Encargos de Dívidas Transf p/invest	1.642.521	147.827	410.630	558.457	1.642.521	147.827	410.630	558.457		
D. Fin - Var. Monet. Dívidas Transf p/invest	115.370	10.383	28.843	39.226	115.370	10.383	28.843	39.226		
Sub-total	(5.560.385)	(500.435)	(1.390.096)	(1.890.531)	(5.124.306)	(461.188)	(1.281.077)	(1.742.264)		
SUBTOTAL	(5.560.385)	(500.435)	(1.390.096)	(1.890.531)	(5.124.306)	(461.188)	(1.281.077)	(1.742.264)		
(-) Provisão para valor realizável	5.560.385	500.435	1.390.096	1.890.531	5.124.306	461.188	1.281.077	1.742.264		
Outros resultados abrangentes	881.619	79.346	220.405	299.750	387.547	34.879	96.887	131.766		
(-) Outros resultados abrangentes	(881.619)	(79.346)	(220.405)	(299.750)	(387.547)	(34.879)	(96.887)	(131.766)		
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-		
NOTA 19 - ORPIGAÇÕES	ESTIMADAS									

NOTA 19 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS							
Composição	R\$ MIL						
Composição	31/12/2020	31/12/2019					
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	72	-					
Provisão de férias e gratificação de férias	19.063	47.216					
Encargos sociais sobre provisão de férias	15.040	25.532					
TOTAL	34.175	72.748					

NOTA 20 - ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS					
Composição	R\$1	MIL			
Composição	31/12/2020	31/12/2019			
RGR	14.896	29.066			
Taxa de fiscalização da Aneel	680	606			
TOTAL	15.576	29.672			
NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO					

	R\$ I	MIL	R\$ MIL		
BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	PASSIVO CI	RCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Contrato Pactuação Obrigação Financeira	4.101	3.656	9.574	12.958	
Provisão Atuarial	-	-	510.423	60.849	
TOTAL	4.101	3.656	519.997	73.807	



HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

Risco de

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67



Ministério de Minas e Energia

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

A REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclea S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD e este encontra-se fechado para novas adesões desde 1997.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é paritária a de seus participantes e gira, na média, em torno de 5,39% dos salários de contribuição

A ELETRONUCLEAR apropriou em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 4.216 (R\$ 4.349 em 31 de dezembro de 2019) para

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido - Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização agregado. O plano encontra-se aberto a novas adesões.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é paritária a de seus participantes ativos e gira, na média, em torno de 6,48% dos salários de contribuição. Há ainda a contribuição da ELETRONUCLEAR paritária à contribuição normal sobre os assistidos <mark>que</mark> recebem Abono de Aposentadoria.

A ELETRONUCLEAR apropriou, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 3.580 para cobertura das despesas adminis<mark>trativas</mark> do Plano BD

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

		2020		2019			
DADOS POPULACIONAIS	REAL GRANDEZA	REAL GRANDEZA BPD	NUCLEOS	REAL GRANDEZA	REAL GRANDEZA BPD	NUCL	EOS
1. Participantes ativos							
1.1. Participantes - nº	243	14	1.186	274	13		1.201
1.2. Idade Média	55,39	51,94	46,09	55	51	\	46
1.3 Salário Médio em R\$	16.062,47	1.327,67	12.887,23	15.448,83	1.562,76	12.7	704,90
2. Aposentados							
2.1. Participantes Aposentados - nº	727	12	530	720	-		502
2.2. Idade Média	67,21	70,06	68,54	67	-		68
2.3. Benefício Médio em R\$	12.885,82	-	10.303,30	12.223,49	-	9.7	798,90
3. Pensionistas							
3.1. Participantes Pensionistas - nº	102	-	51	88	-		94
2.2. Idade Média	63	-	59	62	-		56
3.3. Benefício Médio em R\$	3.254,97	5.042,65	5.222,17	3.037,54	-	4.4	141,48
TOTAL	1.072	26	1.767	1.082	13		1.797

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de pactuação de obrigação

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo às contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contratuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 109 (cento e nove) parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2015, conforme o Termo de Segundo Aditamento firmado entres as partes em 10 de novembro de 2014.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2020, monta R\$ 13.675 (R\$ 16.614 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 4.101 classificados no passivo circulante e R\$ 9.574 no passivo não circulante

b) Outros benefícios pós-emprego - Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a inativos e pensionistas

c) Provisão atuarial - Benefício pós-emprego

PROVISÃO	R\$ MIL				
PROVISAO	31/12/2020	31/12/2019			
SAÚDE	16.344	23.568			
PID	1.276	16.689			
PAE/PDC	17.897	20.592			
FRG	474.906	-			
TOTAL	510.423	60.849			

d) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde, PID

d.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Financeiras 2020									
	REAL GRANDEZA	NUCLEOS	SAÚDE	PID	PAE / PDC				
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	3,27%	3,80%	3,11%	-0,39%	-0,39%				
Projeção de aumento médio dos salários	2,01%	2,01%	N/A	N/A	N/A				
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,27%	3,27%	3,27%	3,27%				
	Hipótese [Demográficas 202	20						
Taxa de rotatividade	0% a a	Ex-Nucleos 2018	-	N/A	N/A				
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000				
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	MI-2006	MI-2006	N/A	N/A				
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Tasa 1927	Tasa 1927	N/A	N/A				

Hipóteses Financeiras 2019								
	REAL GRANDEZA	NUCLEOS	SAÚDE	PDC	PID	PAE		
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	3,24%	3,47%	3,16%	1,56%	0,45%	1,79%		
Projeção de aumento médio dos salários	2,01%	2,01%	N/A	N/A	N/A	N/A		
Taxa média de inflação anual	3,68%	3,68%	3,68%	3,68%	3,68%	3,68%		
	Hipótese D	emográficas 2	2019					
Taxa de rotatividade	0% a a	Ex-Nucleos 2018	Ex-Nucleos 2018	N/A	N/A	N/A		
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	MI-2006	MI-2006	AT-49	AT-49	AT-49		
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Tasa 1927	Tasa 1927	N/A	N/A	N/A		

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano REAL GRANDEZA foi de perda R\$ 1.079.332 em 31 de dezembro de 2020 (ganho de R\$ 1.082.388 em 31 de dezembro de 2019) e do plano NUCLEOS foi de perda R\$ 26.359 em 31 de dezembro de 2020 (ganho de R\$ 369.376 em 31 de dezembro de 2019).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado

d.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade. Se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa

O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada

O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos

participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

longevidade de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no	2020						
Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	Saúde	PID	PAE / PDC	TOTAL	
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou							
totalmente cobertas	2.474.142	1.787.687	16.344	1.276	17.897	4.297.346	
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.999.236)	(1.805.672)	-	-	-	(3.804.908)	
Passivo/(Ativo) Líquido	474.906	(17.985)	16.344	1.276	17.897	492.438	
Efeito da restrição sobre o ativo	-	17.985	-	-	-	17.985	
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-	
Valor do Passivo/(Ativo) do benefício pós-emprego	474.906	-	16.344	1.276	17.897	510.423	
Custo do serviço corrente	10.403	32.631	837	-	-	43.871	
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	-	-	
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	10.403	32.631	837	-	-	43.871	

Ι'						<u>' </u>	
				2019			
	Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	Saúde	PID	PDC / PAE	TOTAL
	Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	2.239.583	1.593.536	23.568	16.689	20.592	3.893.968
	Valor justo dos ativos do plano (-)	(2.993.871)	(1.747.754)	-	-	-	(4.741.625)
	Passivo/(Ativo) Líquido	(754.288)	(154.218)	23.568	16.689	20.592	(847.657)
	Efeito da restrição sobre o ativo	754.288	154.218	-	-	-	908.506
	Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-
	Valor do Passivo/(Ativo) do benefício pós-emprego	-	-	23.568	16.689	20.592	60.849
	Custo do serviço corrente	8.810	28.375	1.161	-	-	38.346
	Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	-	-
	Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	8 810	28 375	1 161	_	_	38 346

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente de

31 de dezembro de 2020 estão apresentadas a seguir:								
	2020							
DESCRITIVO	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PID	PAE/ PDC	TOTAL		
Alterações nas obrigações								
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.239.584	1.593.536	23.568	16.689	20.591	3.893.968		
Custo de serviços corrente líquido	10.403	32.631	837	-	-	43.871		
Reembolso do serviço corrente	(3.125)	(11.416)	-	-	-	(14.541)		
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos e autopatrocinados	2.787	17.358	-	-	-	20.145		
Custo de juros	152.398	112.780	1.557	806	928	268.469		
Benefícios pagos	(130.892)	(79.030)	(1.355)	(15.347)	(6.971)	(233.595)		
Ganhos/perdas decorrentes de mensuração	202.987	121.828	(8.263)	(872)	3.349	319.029		
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.474.142	1.787.687	16.344	1.276	17.897	4.297.346		
Alterações nos ativos financeiros								
Valor justo dos ativos no início do ano	2.993.871	1.747.754	-	-	-	4.741.625		
Receita de Juros	205.712	125.235	-	-	-	330.947		
Contribuições patronais	7.090	20.714	1.355	15.347	6.971	51.477		
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos e autopatrocinados	2.787	17.358	-	-	-	20.145		
Benefícios pagos / adiantados	(130.892)	(79.030)	(1.355)	(15.347)	(6.971)	(233.595)		
Ganhos/perdas decorrentes da mensuração	(1.079.332)	(26.359)	-	-	-	(1.105.691)		
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	-	_	-	-	-	-		
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.999.236	1.805.672	-	-	-	3.804.908		

DESCRITIVO	REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PID	PAE/ PDC	TOTAL
Alterações nas obrigações						
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.804.814	1.595.579	25.862	12.185	17.481	3.455.921
Custo de serviços corrente líquido	8.810	28.375	1.161			38.346
Reembolso do serviço corrente	(3.462)	(18.928)	-	-	-	(22.390)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos e autopatrocinados	2.956	10.796	-	-	-	13.752
Custo de juros	155.007	138.149	2.138	386	1.250	296.930
Benefícios pagos	(161.269)	(162.737)	(2.210)	(19.588)	(7.112)	(352.916)
Ganhos/perdas decorrentes de mensuração	432.728	2.302	(3.383)	23.706	8.972	464.325
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.239.584	1.593.536	23.568	16.689	20.591	3.893.968
Alterações nos ativos financeiros						
Valor justo dos ativos no início do ano	1.898.724	1.386.052	-	-	-	3.284.776
Receita de Juros	163.792	121.544	-	-	-	285.336
Contribuições patronais	7.279	22.723	2.210	19.588	7.112	58.912
Contribuições de participantes do plano	2.956	10.796	-	-	-	13.752
Benefícios pagos / adiantados	(161.269)	(162.737)	(2.210)	(19.588)	(7.112)	(352.916)
Ganhos/perdas decorrentes da mensuração	1.082.389	369.376	-	-	-	1.451.765
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	2.993.871	1.747.754	-	-	-	4.741.625

2019

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são

	202	20	2019		
CATEGORIA DO ATIVO	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	
Disponível	17	15	247	221	
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	23.262	9.823	32.674	203.129	
Investimento em Renda Fixa	1.509.302	836.509	2.240.867	878.888	
Investimento em Renda Variável	394.771	670.810	595.810	584.523	
Investimentos Estruturados	12.377	268.552	32.075	252.125	
Investimentos Imobiliários	66.954	24.341	107.453	25.647	
Empréstimos e Financiamentos	24.312	7.194	42.121	7.308	
Outros	1.711	1.198	3.577	1.164	
(-) Recursos a receber - patrocinador	-	-	(9.475)	(193.263)	
(-) Exigíveis Operacionais	(4.256)	(3.141)	(6.803)	(2.741)	
(-) Exigíveis Contingenciais	(6.670)	(480)	(12.900)	(631)	
(-) Fundo de Investimentos	(14.776)	(2.276)	(20.396)	(2.055)	
(-) Fundo Administrativo	(7.768)	(6.873)	(11.378)	(6.561)	
TOTAL	1.999.236	1.805.672	2.993.872	1.747.754	
Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em					

mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados

d.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2020	31/12/2019
Programa Previdenciário Real Grandeza	724.836	248.123
Programa Previdenciário Nucleos	8.257	(14.889)
Programa de Saúde	102.533	110.796
PAE / PDC	14.208	10.860
PID	31.785	32.657
TOTAL	881.619	387.547



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

Expectativa de Perda

/Juízo **Partes**

Valores, bens ou

direitos envolvidos

Objeto:

Expectativa

de Perda

Possível

URP/1989 - Plano Econômico. A controvérsia principal do processo reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de Plano -URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26.05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão



Ministério de Minas e Energia

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

			2020)			Dentre as ações de causas prováveis e possíveis e que apresentam valores avaliados com perda superiores a 1% da Receita Operacional Líquida até dezembro de 2020, ou seja, acima de R\$ 30.772, destacam-se:			
DESCRITIVO	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLE- OS	SAÚDE	PAE / PDC	PID	TOTAL	a) Ação Trabalhista n. 0064500-25.1989.5.01.0029			
Perda/ganho no valor das obrigações	(202.987)	(121.828)	8.262	(3.349)	872	(319.030)	Instância /	u) / / / / / / / / / / / / / / / / / / /		
Perda/ganho nos ativos financeiros	(1.079.332)	(26.358)	-	-	-	(1.105.690)	Juízo	[1ª] Instância - [29ª] Vara do Trabalho da Capital do Rio de Janeiro		
Alteração do limite máximo de reconhecimento do passivo/ (ativo) oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo		105.011					Partes	Sindicato do Engenheiros do Estado do RJ – SENGE (Substituindo cerca de 245 empregados e ex-empregados) x ELETRONUCLEAR (Reclamada)		
de reconhecimento do passivo/(ativo) oneroso	807.228	125.041	-			932.269		` '		
Ajuste saldo de dívida	(1.621)	-	-	-	-	(1.621)	Valores, bens			
Total de ganhos/perdas apurados no ano	(476.712)	(23.145)	8.262	(3.349)	872	(494.072)	ou direitos	R\$ 574.020		
							envolvidos			

		2019)		
Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PAE / PDC	PID	TOTAL
(432.728)	(2.303)	3.383	(8.972)	(23.706)	(464.326)
1.082.389	369.376	-	-	-	1.451.765
(652.131)	(154.217)	-	-	-	(806.348)
(1.594)	-	-	-	-	(1.594)
(4.064)	212.856	3.383	(8.972)	(23.706)	179.497
	REAL GRANDEZA (432.728) 1.082.389 (652.131) (1.594)	REAL GRANDEZA Plano BD NUCLEOS (432.728) (2.303) 1.082.389 369.376 (652.131) (154.217) (1.594) -	Plano BD REAL GRANDEZA Plano BD NUCLEOS SAÚDE (432.728) (2.303) 3.383 1.082.389 369.376 - (652.131) (154.217) - (1.594) - -	REAL GRANDEZA NUCLEOS SAÚDE PAE / PDC (432.728) (2.303) 3.383 (8.972) 1.082.389 369.376 (652.131) (154.217) (1.594)	Plano BD REAL GRANDEZA Plano BD NUCLEOS SAÚDE PAE / PDC PID (432.728) (2.303) 3.383 (8.972) (23.706) 1.082.389 369.376 - - - (652.131) (154.217) - - - (1.594) - - - -

e) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento salarial, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças, razoavelmente, possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido REAL GRANDEZA

- · Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 259.852 (aumento de
- Se o crescimento salarial fosse 1% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 26.828 (redução de

Plano de Benefício Definido NUCLEOS

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 185.204 (aumento de R\$ 204.329).
- Se o crescimento salarial fosse 1% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 19.121 (redução de R\$ 20.553).

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.827 (aumento de R\$ 2.016)
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 2.053 (redução de

Plano de Incentivo de Desligamento - PAE / PDC

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.967 (aumento de R\$ 2.170)
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 10 (redução de R\$ 10)

Plano de Incentivo de Desligamento - PID

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 140 (aumento de R\$ 155)
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 158 (redução de R\$ 140)

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANOS DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados - PSPE conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR de 19 de dezembro de 2012, com o início das adesões em março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorreram 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 até dezembro de 2015, 1 em fevereiro de 2016, e o último em maio de 2016. O incentivo de desligamento PSPE incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os

Em 2017, o Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE foi aprovado pela Diretoria Executiva na 1352ª reunião realizada em 23 de maio de 2017 e pelo Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR na 360ª reunião realizada em 25 de maio de 2017, com início das adesões para maio de 2017 e término em 31 de julho de 2017. Ocorreram 185 desligamentos entre julho de 2017 e dezembro 2017. O incentivo de desligamento PAE incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

O Plano de Demissão Consensual – PDC foi aprovado pelo Conselho de Administração na 374ª reunião realizada em 23 de março de 2018, com período de adesão entre 26/03/2018 e 27/04/2018. Os desligamentos, que se iniciaram em 04 de junho de 2018, foram efetuados até 14 de dezembro de 2018. O incentivo de desligamento PDC incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes

A ELETRONUCLEAR reconheceu a baixa de provisão de R\$ 25.786 referente ao plano de incentivo de desligamento dos funcionários, permanecendo o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 18.299 (R\$ 44.085 em 31 dezembro de 2019)

PLANOS DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2020 - R\$ MIL						
Descritivo	31/12/2019	31/12/2020				
Descritivo	31/12/2019	Reclassificação	Baixa	Saldo		
<u>Circulante</u>						
Incentivo - PDC 2	727	(727)	-	-		
Incentivo - PDC 3	8.292	-	(8.292)	-		
Plano Médico - PSPE	8.030	-	(8.024)	6		
Plano Médico - PAE	6.380	-	-	6.380		
Plano Médico - PDC	1.245	(193)	-	1.052		
Plano Médico - PDC 2	(65)	920	-	855		
Plano Médico - PDC 3	1.178	-	(60)	1.118		
Subtotal	25.787	-	(16.376)	9.411		
Não Circulante						
Plano Médico - PSPE	3	2	(6)	(1)		
Plano Médico - PAE	11.755	(4)	(6.380)	5.371		
Plano Médico - PDC	2.978	1	(1.052)	1.927		
Plano Médico - PDC 2	1.255	-	(855)	400		
Plano Médico - PDC 3	2.307	1	(1.117)	1.191		
Subtotal	18.298	-	(9.410)	8.888		
TOTAL	44.085	-	(25.786)	18.299		

NOTA 23 - PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisões para contingências judiciais que atendem os critérios de reconhecimento apresentados no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes conforme quadro abaixo:

a) Composição

		R\$ M	II		
CONTINUÊNCIAO	31/12/20		31/12/2019		
CONTINGÊNCIAS	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	
- TRABALHISTA					
Principal	142.119	25.089	126.983	30.926	
Atualização	75.247	16.014	51.015	13.835	
	217.366	41.103	177.998	44.761	
- TRIBUTÁRIA					
Principal	6.202	8.064	6.150	8.064	
Principal Tributos Federais/Estaduais	19	-	19	-	
INSS	6.183	8.064	6.132	8.064	
Atualização	11.306	6.747	10.995	6.527	
	17.508	14.811	17.146	14.591	
- CÍVEL					
Principal	1.021	10	2.598	36	
Atualização	182	4	3.818	3	
	1.204	14	6.416	39	
- AMBIENTAL					
Principal	5.653	-	21.208	-	
Atualização	2.987	-	11.397	-	
	8.640	-	32.605	-	
TOTAL	244.718	55.928	234.165	59.391	

Os depósitos judiciais apresentados no quadro abaixo são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia e, portanto, não provisionados, montam R\$ 1.647.034 atualizados em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.441.553 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 984.771 de processos de natureza trabalhista (R\$ 906.361 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 122.537 de ações tributárias (R\$ 120.352 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 299.717 de ações cíveis (R\$ 414.839 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 240.009 de ações ambientais

Objeto:	judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos. A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da ELETRONUCLEAR, ao explicitar que: [1] a decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP de 1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado; [2] o valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em 24 de novembro de 2017, foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Companhia. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo específico da URP de fevereiro de 1989 foram pagos. A última decisão publicada em diário oficial é a do dia 16 de março de 2018, destinada à parte autora (SENGE) para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré. Há outros andamentos processuais que constam no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região, são eles: [1] autos enviados à contadoria da Vara; [2] homologada a liquidação; [3] petição da União Federal; [4] petição do SENGE com impugnação aos cálculos, todos atos processuais aos quais a Companhia pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Companhia foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração pela ELETRONUCLEAR, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em 19 de julho de 2019 para a Companhia pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.
Expectativa de Perda	Possível
	b) Ação Tributária/ Fiscal n. 0003767-29.2009.8.19.0001
Instância /	b) Açao (1150tana) (150an). 0003707-23.2003.0.13.0001
Juízo	[1ª] Instância - [11ª] Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do RJ
Partes	Estado do Rio de Janeiro (Exequente) x ELETRONUCLEAR (Executada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 121.569
Objeto:	No auto de infração nº 01.134725-9 é exigida a certidão n. 2008/027.141-2, crédito tributário exigido na presente execução fiscal. Em síntese, a Receita Estadual descreve que a Companhia realizou creditamento indevido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte - ICMS, por utilizar documentação incorreta e inidônea. Em contraponto a Companhia argumenta que os documentos utilizados para o creditamento são idôneos, já que por ser Furnas responsável pela importação antes da cisão, por sucessão universal de direitos e obrigações, a Companhia passou a ser detentora do crédito, de toda forma, assevera também que não utilizou tais créditos. Foram ajuizados os embargos à execução de n. 0404842-28.2015.8.19.0001 pela ELETRONUCLEAR. Há um seguro garantindo o Juízo, o que possibilita a emissão da certidão tributária estadual e o impedimento de penhora on line das contas da Companhia. Em 31 de agosto de 2018, foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem quanto ao laudo emitido pelo perito judicial. O perito do Juízo destacou que a Companhia não realizou o aproveitamento do crédito fiscal indicado pelo Fisco Estadual. A Companhia manifestou-se quanto àquele laudo e juntou documentos. O processo foi remetido à Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro em 10 de outubro de 2018. Em 24 de abril de 2019, foi publicada sentença de procedência dos embargos à execução, com a consequente extinção da execução. O Juízo considerou a tese da Companhia no sentido de que os créditos foram estormados. O Estado do Rio de Janeiro apelou da sentença e a Companhia no sentido de que os créditos foram estormados. O Estado do Rio de Janeiro apelou da sentença e a Companhia ro sentido de que os créditos foram estormados. O Estado do Rio de Janeiro improcedente o recurso de apelação do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a decisão de 1º instância. A decisão, favorável à Companhia, transitou em julgado em julho de 2020. Com o trânsito em julgado nos autos dos embargos à

Expectativa de Perda	Possível
	d) Ação Cível nº 5028541-56.2018.4.02.5101
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [19ª] Vara Federal - RJ
Partes	Tecnatom S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 70.656
Objeto:	Mandado de segurança requerendo o cancelamento da Concorrência Internacional DAI.A/CI-004.18. Houve apresentação de defesa pela ELETROUCLEAR e decisão denegando a ordem. Há recurso de apelação da Tecnatom pendente de julgamento.
Expectativa de Perda	Possível
	e) Ação Cível nº 0022780-32.2018.4.02.5101

Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da ELETRONUCLEAR, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis-RJ, o que gerou pedido dos reclamantes para

ressarcimento de danos materiais/morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. Processo em fase de 1º grau, houve o encerramento da instrução processual.

c) Ação Trabalhista n. 0010788-47.2015.5.08.0116 [1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas

Leitura de sentença para o dia 22 de janeiro de 2021.

Valor atualizado: R\$ 153.220

Vanderley Costa Oliveira e outros x ELETRONUCLEAR (Reclamada) e Outros

de Perda	1 osavei
	e) Ação Cível nº 0022780-32.2018.4.02.5101
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [10ª] Vara Federal - RJ
Partes	Andrade Gutierrez S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 165.042
Objeto:	Trata-se de ação declaratória e condenatória, para (i) reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e recomposição de prejuízos, impedindo-se o enriquecimento ilícito da ELETRONUCLEAR; (ii) revogação da decisão que declarou a nulidade do Contrato e seus aditamentos; (iii) reconhecimento de rescisão contratual por inadimplemento da ELETRONUCLEAR; (iv) cobrança dos serviços prestados pela Andrade Gurierrez e não pagos pela ELETRONUCLEAR. Contestação apresentada pela ELETRONUCLEAR em 16 de maio de 2018. Réplica pela Andrade Gutierrez em 10 de agosto de 2018. Despacho do juiz determinando às partes que especifiquem as provas a serem produzidas. Em 07 de janeiro de 2020, o juiz proferiu despacho determinando a suspensão do processo até a decisão final da ação de ressarcimento proposta pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez. Em 27 de janeiro de 2020, a Andrade Gutierrez ofereceu embargos de declaração requerendo o acolhimento do seu recurso para que a ação movida pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez seja suspensa alegando que a ação que move contra a ELETRONUCLEAR é prejudicial àquela. Em 17 de dezembro de 2020: Despacho Saneador. Determinação de prova pericial.



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Ministério de Minas e Energia

	f) Ação Trabalhista n. 0011346-38.2013.5.01.0066
Instância /Juízo	[1ª] Instância - [66ª] Vara do Trabalho da Capital do Rio de Janeiro
Partes	Sindicato do Engenheiros do Estado do RJ – SENGE (Substituindo cerca de 500 empregados e ex-empregados) x ELETRONUCLEAR (Reclamada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.694
Objeto:	Trata-se de Ação Coletiva ajuizada pelo Sindicado dos Engenheiros do Rio de Janeiro –SENGE, com sentença já transitada em julgado, em que a ELETRONUCLEAR foi condenada ao pagamento das diferenças de horas extras decorrentes da adoção do divisor 220, ao invés 200. A liquidação estende-se desde 2015, envolvendo a controvérsia entre as partes acerca da lista de substituídos. Por um lado, o sindicato autor apresentando lista com mais de 500 (quinhentos) nomes, enquanto a ELETRONUCLEAR alegando que diversos trabalhadores não se enquadrariam na coisa julgada.

Diante das dificuldades no prosseguimento da liquidação de forma coletiva, o juízo houve por bem decidir que a execução deveria prosseguir de forma individual, para que cada trabalhador propusesse, individualmente, sua

ação de execução, por meio de livre distribuição. Irresignado, o sindicato interpôs recurso de agravo de petição, que foi provido pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT no sentido de dar prosseguimento à execução coletiva A empresa interpôs recurso de revista, por entender recomendável a limitação do número de substituídos na execução, pendente de julgamento.

Expectativa Provável de Perda

Possível

de Perda

Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas					
Partes	eilson Souza Lima e outros x ELETRONUCLEAR (Reclamada) e Outros					
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 153.220					
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da ELETRONUCLEAR, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido do Reclamante para ressarcimento de danos materiais/morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. Processo em fase de 1º grau, houve o encerramento da instrução processual. Leitura de sentença para o dia 22 de janeiro de 2021.					
Expectativa						

g) Ação Trabalhista n. 0010787-62.2015.5.08.0116

	h) Ação Trabalhista n. 0010786-77.2015.5.08.0116
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Maria Raimunda Viana de Oliveira e outros (Autores) x ELETRONUCLEAR (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 43.777
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da ELETRONUCLEAR, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido do Reclamante para ressarcimento de danos materiais/morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. Processo em fase de 1º grau, houve o encerramento da instrução processual. Leitura de sentença para o dia 22 de janeiro de 2021.
Expectativa de Perda	Possível

de Perda	FOSSIVEI						
	i) Ação Ambiental n. 5000859-28.2020.4.01.5111						
Instância /Juízo							
Partes	MPF- Ministério Público Federal						
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 240.009						
Objeto:	ACP proposta pelo Ministério Público Federal em face da ELETRONUCLEAR, Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama objetivando a declaração de nulidade das licenças concedidas à 1º RÉ para o desenvolvimento da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco - UAS da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA. Em 21 de Janeiro de 2021: Apresentação de contestação pela ELETRONUCLEAR. Realizada audiência em 03 de fevereiro de 2021, sem acordo. Em 18 de fevereiro de 2021, a liminar que impedia a transferência dos elementos combustíveis usados para a UAS foi revogada. Os autos foram encaminhados para saneamento.						
Expectativa de Perda	Possível						

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 1.651

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL							
Commonică	SALDO EM	ATUALIZAÇÃO	MOVIME	SALDO EM			
Composição	31/12/2019	EM 31/12/2020	BAIXAS INCLUSÕES		EM 31/12/2020		
Trabalhistas	177.998	24.904	(14.021)	28.485	217.366		
Tributárias	17.146	310	-	52	17.508		
Cíveis	6.416	46	(5.265)	7	1.204		
Ambiental	32.605	154	(24.119)	-	8.640		
TOTAL	234.165	25.414	(43.405)	28.544	244.718		

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Descomissionamento

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

a) Constituição do Passivo para Descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ac respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem e à remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para

No exercício de 2020, foi registrado a atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 em função da revisão do fluxo de pagamentos por conta de mudança na estratégia de descomissionamento. Com o estudo, concluiu-se por aumentar a mencionada estimativa do custo para descomisionamento para R\$ 6.475.093, sendo R\$ 3.017.913 para a Usina Angra 1 e R\$ 3.457.180 para a Usina Angra 2, mas o montante da obrigação a valor presente em 31 de dezembro 2020 apresentou-se menor quando comparado ao exercício anterior. O ajuste a valor presente correspondente, registrado no passivo foi de R\$ 3.435.082, perfazendo um reconhecimento líquido da obrigação na data base de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 3.040.011. A provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto nominal média de 7,57% a.a, taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 30 de dezembro de 2020 com maturity mais próxima da próxima da data de início da atividade de cada rubrica somado à inflação projetada medida pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA.

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo de desmobilização de ativos:

DESCOMISSIONAMENTO - R\$ MIL						
		31/12/2019				
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE			
ANGRA 1	3.017.913	(1.300.090)	1.717.823	1.791.971		
ANGRA 2	3.457.180	(2.134.992)	1.322.188	1.337.408		
TOTAL	6.475.093	(3.435.082)	3.040.011	3.129.379		

IOTA 25 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em 17 de junho de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-412/2019 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação º DEL-135/2019, em 27 de junho de 2019, de seu Conselho de Administração, a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de até R\$ 500.000, com recursos destinados ao essarcimento dos gastos já incluídos e para gerenciamento de obrigações referentes ao Empreendimento de Angra 3.

O valor do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento. Cabe à ELETRONUCLEAR submeter à Eletrobras, prévia e tempestivamente, à Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com a finalidade de aprovar a operação, as condições para o aumento de capital e a concordância da mesma. A ELETRONUCLEAR também deverá obter a manifestação prévia e favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -SEST, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e do Ministério da Economia - ME, para realização da Assembleia Geral para aprovação do aumento de capital. Caso o prazo para efetivação do aumento de capital, com a respectiva capitalização, seja superior ao prazo de um ano, haverá atualização do valor pela taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC.

O AFAC foi formalizado por meio do contrato nº ECF 3381/19, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras em 31 de julho de 2019.

Em 29 de setembro de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Deliberação nº DEL-207/2019, de seu Conselho de Administração, consubstanciado pela Resolução nº RES-412/2019 de 17 de junho de 2019, e pela Deliberação nº DEL-135/2019 de 27 de junho de 2019, a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de até R\$ 350.000, com recursos destinados ao ressarcimento dos gastos já incluídos e para gerenciamento de obrigações referentes ao empreendimento de Angra 3. O valor atualizado do AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento. A formalizado deste AFAC ocorreu por meio do contrato nº ECF 3384/19, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras em 05 de dezembro de 2019.

Ao final do exercício de 2019, a Eletrobras ainda tinha R\$ 150.000 a liberar do contrato nº ECF 3384/2019.

Em 07 de fevereiro de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da segunda parcela, no valor de R\$ 88.716, do contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 18 de março de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da terceira parcela, no valor de R\$ 10.000, do contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 15 de abril de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da quarta parcela, no valor de R\$ 30.000, do Contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 20 de maio de 2020, ocorreu a liberação da última parcela do contrato nº ECF 3384/19, no montante de R\$ 21.284, completando a linha total prevista no referido contrato de AFAC.

Com o objetivo de iniciar o processo de conversão em capital dos contratos de AFAC nº ECF 3381/19 e nº ECF 3384/19, que a ELETRONUCLEAR possui com a Eletrobras e que totalizam R\$ 850.000, a Diretoria Executiva da companhia aprovou em 15 de maio de 2020, por meio da RDE nº 1516.004/20, a conversão dos referidos valores em capital da ELETRONUCLEAR. O Conselho de Administração referendou a decisão em 19 de maio de 2020, por meio da Deliberação nº DCA 418.007/20.

<mark>A Eletrobras também já realizou</mark> a aprovação da conversão do valor dos AFACs - em capital da ELETRONUCLEAR em suas instâncias de governança, por meio da Resolução de sua Diretoria Executiva nº RES-351/2020 de 15 de junho de 2020, que foi ratificada pelo Conselho de Administração da holding em 25 de junho, por meio da Deliberação nº DEL-106/2020.

Em 17 de Julho de 2020, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento de Angra 3, que prevê o aporte pela holding na ELETRONUCLEAR, por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, de cerca de R\$ 1.052.000 no ano de 2020 e de aproximadamente R\$ 2.447.000 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção da Usina de Angra 3. O referido plano de aceleração do empreendimento foi aprovado nas instâncias de governança internas da ELETRONCULEAR pela sua Diretoria Executiva em 15 de maio e pelo seu Conselho de Administração em 19 de maio de 2020.

Em 05 de Agosto de 2020, foi formalizado o contrato nº ECF 3387/20, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras, com a previsão de aportes na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, previstos no Plano de Aceleração da Linha Crítica de Angra 3 em 2020 e 2021.

Conforme cláusulas contratuais, assim como, os contratos anteriores da mesma natureza, o valor do AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do

Em 26 de Agosto de 2020, houve a realização da primeira liberação no âmbito do contrato nº ECF 3387/20 no valor de R\$ 371.000.

Em 30 de setembro de 2020, foi registrada variação monetária no valor de R\$ 11.349, referente à atualização pela taxa SELIC da primeira liberação do contrato de AFAC nº ECF-3381/19, ocorrida em 01 de agosto de 2019, conforme cláusula contratual que previa atualização do valor concedido pela taxa SELIC caso o prazo para efetivação do aumento de capital fosse superior a um ano.

Em 21 de outubro de 2020, a 99ª assembleia geral extraordinária da ELETRONUCLEAR aprovou a conversão de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R\$ 850.000 em capital social da companhia. Na mesma data, a Companhia registrou as obrigações referente a variação monetária no valor de R\$ 273, reminiscente à atualização pela SELIC no período de 30 de setembro de 2020 a 21 de outubro de 2020 da primeira liberação do Contrato de AFAC nº ECF-3381/19, ocorrida em 01 de agosto de 2019, em atendimento à cláusula contratual que previa atualização do valor concedido pela SELIC, caso o prazo para efetivação do aumento de capital fosse superior a um ano, bem como a variação monetária no montante de R\$ 6.261, também relacionada à atualização pela SELIC, da segunda liberação do contrato ECF-3381/19, ocorrida em 11 de outubro de 2019.

Em 07 de dezembro de 2020, houve a realização da segunda liberação no âmbito do Contrato nº ECF 3387/20 no valor de R\$ 681.180, totalizando o valor de R\$ 1.052.180, inicialmente previsto para ser liberado no ano de 2020. Considerando que os custos dessa 2ª tranche seriam utilizadas, basicamente, em despesas com fornecedores estrangeiros, com necessidade de remessas para o exterior, parte dos recursos captados foram aplicados em um Fundo Cambial no Banco do Brasil como forma de proteção para possíveis variações da taxa de câmbio ao longo do período de pagamento das faturas em aberto.

NOTA 26 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

A adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 foi em 01 de janeiro de 2019 numa abordagem retrospectiva modificativa, com uma taxa incremental de 8.82% a.a.

O quadro abaixo apresenta os saldos contábeis após a adoção da norma:

	IFRS 16			
П	SALDOS LÍQUIDOS	R\$ MIL		
$\ $	SALDOS EIQUIDOS	31/12/2019	31/12/2020	
	ATIVO - IFRS 16 - Direito de Uso Imóveis	24.846	14.323	
	ATIVO - IFRS 16 - Direito de Uso Veículos	29.749	15.990	
	Total Direito de Uso	54.595	30.313	
	PASSIVO - IFRS 16 - Arrentamento Mercantil a Pagar	(56.336)	(31.998)	
	Total Passivo de Arrendamento	(56.336)	(31.998)	
	TOTAL DE SALDOS LÍQUIDOS	(1.741)	(1.685)	
	TOTAL DE SALDOS LÍQUIDOS	(1.741)	(

Movimentação dos ativos e passivo de arrendamento mercantil - IFRS 16:

1							
	ATIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16						
	31/12/2019 Novos Contratos Depreciação 31/12/2020						
	Direito de Uso de Imóveis	24.846	-	(10.522)	14.324		
	Direito de Uso de Veículos	29.749	-	(13.760)	15.989		
	TOTAL	54.595	-	(24.282)	30.313		

PASSIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16							
	31/12/2019	Novos Contratos	Amortização do Principal	Transferência	Encargos (Juros, Variações monetária)	31/12/2020	
Circulante	24.338	-	(28.185)	22.459	3.847	22.459	
Imóveis	10.338	-	(12.136)	8.436	1.799	8.437	
Veículos	14.000	-	(16.049)	14.023	2.048	14.022	
Não circulante	31.998	-	-	(22.459)	-	9.539	
Imóveis	15.531	-	-	(8.436)	-	7.095	
Veículos	16.467	-	-	(14.023)	-	2.444	
TOTAL	56.336	-	(28.185)	-	3.847	31.998	



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR



Ministério de Minas e Energia

NOTA 27- RESSARCIMENTO DE CLIENTE

RESSARCIMENTO DE CLIENTES - DESVIO NEGATIVO					
BALANCO	R\$ MIL				
BALANÇO	31/12/2020	31/12/2019			
Desvio negativo 2020 - Circulante	244.852	-			
Desvio negativo 2020 - Não Circulante	22.259	-			
TOTAL	267.111	-			

O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 267.111 registrado em dezembro de 2020, é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi superior ao programado para o ano (vide nota 4d e nota 29). Ele corresponde à quantidade de energia entregue a menor em 2020 valorado ao máximo entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD médio do ano de referência e deverá ser ressarcido a todas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, em parcelas duodecimais a partir de fevereiro de 2021.

NOTA 28- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES			CAPITAL SOCIAL	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	37.651.029.535	10.528.730.390	48.179.759.925	99,95	8.487.0 <mark>26</mark>
Depto de Águas E. Elétrica Est. SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,03	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,01	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,01	1.217
TOTAL	37.658.166.491	10.544.698.994	48.202.865.485	100,00	8.493.036

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- · Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem, depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na ba<mark>se de 25%</mark> do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 29 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

DECEITA ODERACIONAL LÍCUIDA	R\$	MIL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica		
Receita Fixa	3.726.445	3.409.341
Parcela Variável	(267.111)	110.244
Suprimento líquido de energia elétrica	3.459.334	3.519.585
Outras receitas	280	74
Tributos sobre vendas:		
Pis/PASEP	(57.079)	(58.073)
Cofins	(262.909)	(267.489)
Outros:		
Taxa de Fiscalização	(8.154)	(7.895)
	3.131.472	3.186.202
Reserva global de reversão - RGR	(95.626)	(97.692)
TOTAL	3.035.846	3.088.510

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento líquido de energia elétrica das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 de 12.866.462 MWh* em dezembro de 2020 (15.206.313 MWh* em dezembro de 2019), corresponde a uma receita de R\$ 3.459.334 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.519.585 em 31 de dezembro de 2019).

A receita fixa do exercício de 2020 no montante de R\$ 3.726.445 foi definida pela Resolução Homologatória Aneel nº 2.661 de 17 de dezembro de 2019. E a receita fixa do exercício de 2019 no montante de R\$ 3.409.341, pela Resolução Homologatória nº 2.509 de

a) Modalidade de comercialização

2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013 a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de

b) Apuração do Pis/PASEP e da Cofins

A apuração do Programa de Interação Social - Pis/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota

NOTA 30 - CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL				
DECODITIVO	R\$ N	R\$ MIL		
DESCRITIVO	31/12/2020	31/12/2019		
Encargos de uso da rede de transmissão	132.146	120.127		
Encargos de uso do sistema de distribuição (a)	47.764	52.534		
Pessoal	357.009	390.158		
Pessoal - plano médico incentivo desligamento (b)	3.150	5.561		
Material	53.254	30.279		
Serviços de terceiros	147.212	150.854		
Depreciação e amortização	575.964	546.584		
Combustível para produção de energia elétrica	445.273	430.406		
Aluguéis	2.851	2.103		
Tributos	2.030	2.158		
Seguros	22.905	20.609		
Anuidade e contribuições	8.486	82		
Comunicação	412	309		
Luz e força	-	31		
Contribuições CCEE/.ONS	256	1.412		
Outros	1.386	1.154		
TOTAL	1.800.098	1.754.361		

- Redução com custo de pessoal relativo a plano médico e alocação de horas em projetos. b) Aumento em 2020 devido aos materiais e serviços executados durante parada das Usinas Angra 1 e Angra 2.
- Aumento da depreciação em função do incremento da base de ativos.

*Não revisado pelo pelo auditor independente

Aumento do consumo de combustível nuclear em função da utilização de 80 elementos combustíveis nucleares no último ciclo de Angra 2, quando o normal são 52 (cinquenta e dois) elementos de combustíveis, além da atualização de preço.

NOTA 31 - DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS			
DESCRITIVO	R\$ I	MIL	
DESCRITIVO	31/12/2020	31/12/2019	
Pessoal	210.661	265.808	
Pessoal - Incentivo Desligamento realizado	3.063	6.031	
Pessoal - Provisão Incentivo Desligamento	(25.786)	(10.409)	
Material	4.393	4.794	
Serviços de terceiros	154.618	148.271	
Depreciação e amortização	6.810	5.606	
Depreciação direito de uso - IFRS 16	24.283	23.327	
Aluguéis	6.518	5.137	
Provisões para risco (a)	10.553	(9.912)	
Provisões benefício pós-emprego (b)	(14.983)	4.320	
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	3.332	6.197	
Constituição (reversão) <i>Impairment</i> de Angra 3 (c)	-	462.122	
Outras provisões	61	262	
Tributos	46.543	42.134	
Seguros	2.738	1.914	
Recuperação de despesa	(282)	(2.777)	
Anuidades e contribuições	2.421	808	
Comunicação	1.665	2.099	
Luz e força	6.446	7.590	
Condenações judiciais	12.733	26.202	
Doação COVID	723	-	
Desativação de bens	29.308	14	
Outras	5.520	18.828	
TOTAL	491 338	1 008 366	

- a) Reversão de provisão para risco em 2019.
- b) Reversão de provisão benefícios pós-emprego. c) Constituição de Impairment em 2019.
- **NOTA 32 RESULTADO FINANCEIRO**

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ N	11L
	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	16.333	6.748
Ganho sobre tít. e val. Mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 11)	405.281	119.006
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	11.663	27.681
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	-	251
Var. monetárias diversas	2.377	1.451
Var. monetárias Empréstimo	82	1.462
Outras receitas financeiras	3.200	37.915
	438.936	194.514
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos s/ financiamentos	(554.956)	(613.302)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(136.441)	(153.539)
Ajuste a valor presente da obrigação para arrendamento mercantil - IFRS 16	(3.847)	(5.468)
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	(156.077)	(30.031)
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	(250)	(15.100)
Var. monetárias diversas	-	(11.884)
Var. monetária Empréstimo	(13.011)	(16.003)
Var. monetária AFAC	(17.883)	-
Outras despesas financeiras	(5.789)	(32.930)
	(888.254)	(878.257)
TOTAL	(449.318)	(683.743)

NOTA 33 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2019 e 2020 segue demonstrada:

			MIL		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO		i	Contribuição Social		
		Imposto de Renda		31/12/2019	
Lucas (Parisifas) antes de contribuição coniel e imposte de vende	31/12/2020 295.092		31/12/2020 295.092		
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	295.092	(357.960)	295.092	(357.960)	
Adições	100 111	450 500	100 111	450 500	
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	136.441	153.539	136.441	153.539	
Despesa com juros - IFRS 16	3.847	5.468	3.847	5.468	
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	349.816	319.396	349.816	319.396	
Dotação à Fundação de Assist. Médica - permanente	39.650	31.661	39.650	31.661	
Provisão atuarial benefício pós-emprego	(14.983)	4.320	(14.983)	4.320	
Provisões diversas	61	262	61	262	
Provisão Impairment Angra 3	-	462.122	-	462.122	
Provisão para Devedores Duvidosos	3.424	6.275	3.424	6.275	
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE/PDC	(25.787)	(10.410)	(25.787)	(10.410)	
Provisão para risco	10.553	(9.912)	10.553	(9.912)	
Provisão para PLR dos empregados	-	42.983	-	42.983	
Multas Indedutíveis	706	11.515	706	-	
Gastos com Associações	10.907		10.907		
Outras	1.170	1.494	1.029	1.217	
	515.809	1.018.715	515.664	1.006.921	
Exclusões					
Reversão de provisão para devedores duvidosos	95	78	95	78	
Reversão de provisão para PLR	86	22.046	86	22.046	
Pgto Arr. Mercantil Aluguel e Transp. Contratados	27.054	25.924	27.054	25.924	
Outros	20	-	20	-	
	27.254	48.048	27.255	48.048	
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	783.647	612.707	783.501	600.912	
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	235.094	183.812	235.050	180.274	
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	548.553	428.895	548.451	420.638	
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%	
Imposto de renda e contribuição social - anteriores	1070 1 10	(16.793)	970	(6.113)	
imposto de renda e continudição social - antenores	_	(10.793)	-	(0.113)	

Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período NOTA 34 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações de comercialização de energia com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões e preços estabelecidos pelo órgão regulador ou baseados em contratos próprios do Setor Elétrico.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

90.407

49.361

31.744

137.114



CNPJ Nº 42.540.211/0001-67



Ministério de Minas e Energia

HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (em milhares de reais) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL

JAL	DOS E TRAIN	SAÇULS C	JIVI FARTE	3 KLLAC	IONADAS	- IX \$ IVIIL		
	31 DE DEZEMBRO DE 2020			04/40/0040				
SALDOS	Eletrobras	Furnas	Chesf	CGTE- letrosul	Eletro- norte	Amazo- nas GT	TOTAL	31/12/2019 TOTAL
Ativo								
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	7.951
Fundo descomissionamento	1.753.827	-	-	-	-	-	1.753.827	1.222.393
Outras contas a receber	86.752	2.516	-	-	19	-	89.287	30.204
Passivo							-	
Fornecedores	-	(3.161)	(1.524)	(479)	(974)	(14)	(6.152)	(5.817)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(278.356)	-	-	-	-	(278.356)	(266.852)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(1.070.064)	-	-	-	-	-	(1.070.064)	(700.000)
Financiamentos captados	(706.647)	-	-	-	-	-	(706.647)	(1.805.901)
Saldo Líquido	63.868	(279.001)	(1.524)	(479)	(955)	(14)	(218.105)	(1.518.022)
			31 DE DE	ZEMBRO	DE 2020			
TRANSAÇÕES	Eletrobras	Furnas	Chesf	CGTE- letrosul	Eletro- norte	Amazo- nas GT	TOTAL	31/12/2019 TOTAL
Receita								
Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	23.852
Juros e multa	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do fundo financeiro	405.281	-	-	-	-	-	405.281	119.006
Despesa							-	
Variação monetária - AFAC	(17.883)	-	-	-	-	-	(17.883)	-
Variação monetária - Empréstimo	(969)						(969)	(780)
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1585/13	-	(11.505)	-	-	-	-	(11.505)	(8.239)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1585/13	-	(21.925)	-	-	_	-	(21.925)	(16.045)
Encargos uso da rede elétrica	-	(23.553)	(17.746)	(6.520)	(11.527)	(164)	(59.510)	(54.052)
Encargos financeiros	(107.137)	-	-	-	-	-	(107.137)	(142.204)
Despesas reembolsáveis	450	26	-	-	(1.900)	-	(1.424)	(2.443)
Auditoria externa	(1.119)	-	-	-	-	-	(1.119)	-
Teste COVID	_	(1.129)	_	_	_	_	(1.129)	_

Concessionárias e Permissionárias: corresponde a valores a receber referentes a faturamento vinculado à receita anual determinada. A tarifa praticada nessas transações entre partes relacionadas é definida em resoluções da Aneel (nota 6).

(58.086) (17.746) (6.520) (13.427)

(164)

1.151.788

- Fundo de descomissionamento: o fundo de descomissionamento de usinas nucleares se refere à obrigação para desmobilização dos ativos das usinas nucleares, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica
- Outras contas a receber: as contas a receber junto a Eletrobras está composto por Imposto de Renda sobre o fundo de descomissionamento no montante de R\$ 86.852 e cessão de pessoal no montante de R\$ 100. As contas a receber junto a Furnas está composto por Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (R\$ 1.289), taxa residencial/ocupação (R\$ 813) e etc.
- Fornecedores: refere-se a valores a pagar vinculado, principalmente a Uso de Rede de Transmissão.

1.247.731

Saldo Líquido

- Devolução de Tarifa RH 1.406/12: diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência a ser repassado para Furnas. (Parágrafo 4º do art. 12, da Lei 12.111/2009 e no art 2º da Resolução Homologatória da Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012).
- Financiamentos captados: a Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos firmados com a Eletrobras. O detalhamento das operações e taxas de juros são apresentadas na nota 17.
- Encargos Financeiros: encargos financeiros líquidos apropriados no resultado referentes a financiamentos da Eletrobras.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na nota 21.

34.1 - Remuneração dos Administradores e Empregados

A maior e a menor remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, foram de R\$ 63 e R\$ 4 (R\$ 63 e R\$ 4, em dezembro de 2019), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior e menor honorário atribuídos a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, corresponde a R\$ 40 e R\$ 4 (R\$ 40 e R\$ 4, em dezembro de 2019).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ N	ЛIL
NATUREZA	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	2.452	2.317
Encargos Sociais	638	592
Benefícios	58	70
TOTAL	3.149	2.979

NOTA 35 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

R\$ MIL	
31/12/2020	31/12/2019
95.626	97.692
256	210
-	1.221
8.154	7.895
104.036	107.018
	31/12/2020 95.626 256 - 8.154

NOTA 36 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 30.919.720 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020				
MOEDA - R\$ MIL				
SEGUROS - RAMOS		VALOR	PRÊMIO	
	VIGÊNCIA	SEGURADO	EQUIVALENTE	
Riscos nucleares:	30/10/2021	20.764.974	28.322	
- Danos materiais		18.967.955	20.401	
- Responsabilidade civil		1.797.019	7.921	
Riscos de Engenharia:	26/08/2021	10.054.406	7.055	
- Construção		3.082.272	2.117	
- Responsabilidade civil		30.000	170	
- Armazenamento de equipamentos		6.942.134	4.768	
Diversos	Diversas	100.340	294	
TOTAL		30.919.720	35.671	

NOTA 37 - COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2020. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

37.1 - Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela Aneel para o período de 2021 a 2028. A Resolução Homologatória Aneel nº 2.821/2020 estabeleceu a receita fixa de R\$ 3.424.500 para o ano de 2021, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela Aneel, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

CONCESSIONÁRIA	2021	2022	2023	R\$ MIL	2025	Após 2025	TOTAL
AME - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	62.548	62.548	62.548	62.548	62.548	187.644	500.384
CEA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	10.469	10.469	10.469	10.469	10.469	31.407	83.752
CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE							
ALAGOAS CEB-DIS - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	33.577 60.790	33.577 60.790	33.577 60.790	33.577 60.790	33.577 60.790	100.731 182.370	268.616 486.320
CEEE-D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	77.306	77.306	77.306	77.306	77.306	231.918	618.448
CELESC-DIS - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	176.829	176.829	176.829	176.829	176.829	530.487	1.414.632
CELG-D - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO	118.844	118.844	118.844	118.844	118.844	356.532	950.752
PARÁ S.A. CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE	78.025	78.025	78.025	78.025	78.025	234.075	624.200
PERNAMBUCO	111.217	111.217	111.217	111.217	111.217	333.651	889.736
CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	57.496	57.496	57.496	57.496	57.496	172.488	459.968
CEMIG-D - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA	265.268	265.268	265.268	265.268	265.268	795.804	2.122.144
DO PIAUÍ	31.121	31.121	31.121	31.121	31.121	93.363	248.968
CERILUZ - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.*	F06	4 045	1.015	4.045	1 015	2.645	0.011
CERON - CENTRAIS ELÉTRICAS DE	506	1.215	1.215	1.215	1.215	3.645	9.011
RONDÔNIA S.A. CERTAJA - COOPERATIVA REGIONAL	29.727	29.727	29.727	29.727	29.727	89.181	237.816
DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ CHESP - COMPANHIA HIDROELÉTRICA	1.085	1.085	1.085	1.085	1.085	3.255	8.680
SÃO PATRÍCIO	1.242	1.242	1.242	1.242	1.242	3.726	9.936
CO <mark>CEL - C</mark> OMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	3.286	3.286	3.286	3.286	3.286	9.858	26.288
COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDA- DE DO ESTADO DA BAHIA	162.655	162.655	162.655	162.655	162.655	487.965	1.301.240
COPEL-DIS - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	243.715	243.715	243.715	243.715	243.715	731.145	1.949.720
COPREL - COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	4.111	4.111	4.111	4.111	4.111	12.333	32.888
COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	46.801	46.801	46.801	46.801	46.801	140.403	374.408
COMPANHIA JAGUARI DE EN <mark>ERGIA -</mark> CPFL SANTA CRUZ	24.500	24.500	24.500	24.500	24.500	73.500	196.000
CPFL- PIRATINGA - COMPANHIA PIRATINGA DE FORÇA E LUZ	93.783	93.783	93.783	93.783	93.783	281.349	750.264
CPFL-PAULISTA - COMPANHIA PAULISTA							
DE FORÇA E LUZ DEMEI - DEPARTAMENTO MUNICIPAL	222.740	222.740	222.740	222.740	222.740	668.220	1.781.920
DE ENERGIA DE IJUÍ DMED - DME DISTRIBUIÇÃO S.A.	1.257 4.070	1.257 4.070	1.257 4.070	1.257 4.070	1.257 4.070	3.771 12.210	10.056 32.560
EBO - ENERGISA BORBOREMA -	6.883						55.064
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. EDP ES - ESPÍRITO SANTO		6.883	6.883	6.883	6.883	20.649	
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A. EDP SP - SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE	64.243	64.243	64.243	64.243	64.243	192.729	513.944
ENERGIA S/A. ELEKTRO - ELEKTRO ELETRICIDADE E	94.384	94.384	94.384	94.384	94.384	283.152	755.072
SERVIÇOS S.A.	128.837	128.837	128.837	128.837	128.837	386.511	1.030.696
ELETROACRE - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	9.020	9.020	9.020	9.020	9.020	27.060	72.160
ELETROCAR - CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A.	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	5.070	13.520
ENEL SP - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE							
DE SÃO PAULO S. A. ELFSM - EMPRESA LUZ E FORÇA	369.238	369.238	369.238	369.238	369.238	1.107.714	2.953.904
SANTA MARIA S.A. EMG - ENERGISA MINAS GERAIS -	6.023	6.023	6.023	6.023	6.023	18.069	48.184
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	12.231	12.231	12.231	12.231	12.231	36.693	97.848
EMS - ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	45.434	45.434	45.434	45.434	45.434	136.302	363.472
EMT - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	69.016	69.016	69.016	69.016	69.016	207.048	552.128
ENEL CE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	101.237	101.237	101.237	101.237	101.237	303.711	809.896
ENEL RJ - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	101.875	101.875	101.875	101.875	101.875	305.625	815.000
EPB - ENERGISA PARAÍBA -							
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ESE - ENERGISA SERGIPE -	37.706	37.706	37.706	37.706	37.706	113.118	301.648
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ESS - ENERGISA SUL-SUDESTE -	26.364	26.364	26.364	26.364	26.364	79.092	210.912
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. ETO - ENERGISA TOCANTINS -	35.995	35.995	35.995	35.995	35.995	107.985	287.960
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	19.966	19.966	19.966	19.966	19.966	59.898	159.728
FORCEL - FORÇA E LUZ CORONEL /IVIDA LTDA	531	531	531	531	531	1.593	4.248
ENERGIA - IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA	2.095	2.095	2.095	2.095	2.095	6.285	16.760
LIGHT - LIGHT SERVIÇOS DE							

565

718

151.244

151.953

565

718

DE ENERGIA S.A.

PALMA LTDA.

CIA. LTDA

MUXENERGIA - MUXFELDT MARIN &

RGE SUL - RGE SUL DISTRIBUIDORA

UHENPAL - USINA HIDROELÉTRICA NOVA

TOTAL

151.244

565

718

565

718

565

718

3.424.500 | 3.424.500 | 3.424.500 | 3.424.500 | 3.424.500 | 10.273.500 | 27.396.000

151.244

4.520

1.210.661

1.695

453.732

2.154



PATRIA AMADA

Ministério de

Minas e Energia

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67 HTTP://WWW.ELETRONUCLEAR.GOV.BR

37.2 - Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3 conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2021	387.186
2022	51.763
2023	2.023
2024	78.329
2025	177.177
2026	72.828
2027	-
Após 2027	13.015.913

37.3 - Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Ibama conforme quadro demonstrativo a seguir

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO		
ANO R\$ MIL		
2021	55.939	
2022	70.169	
2023	80.440	
2024	67.007	
2025	67. <mark>007</mark>	
2026	5 <mark>6.533</mark>	
2027	-	
Após 2027	-	
TOTAL	397.095	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ANDRADE FIGUEIRA Presidente do Conselho

PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA JATOBÁ

Conselheiro

LEONARDO DE PAIVA ROCHA

Conselheiro Independente

LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES

Conselheiro PEDRO DE ABREU E LIMA FLORENCIO

Conselheiro

FABIO MALINA LOSSO

PAULO ARTUR PIMENTEL T. DA SILVA Conselheiro Representante dos Empregados

Conselheiro Independente

37.4 - Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO				
	ANO	R\$ MIL		
	2021	709.087		
	2022	644.571		
	2023	192.908		
	2024	297.935		
	2025	36.480		
	2026	-		
	2027	-		
	Após 2027	-		
	TOTAL	1.880.981		

38 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.2032.1, firmado entre o BNDES e a ELETRONUCLEAR, tendo a Eletrobras como interveniente, formalizando a prorrogação do prazo limite para o cumprimento da obrigação de preenchimento integral da Conta Reserva conforme previsto nos Parágrafos Primeiro, Terceiro e Quarto, da Cláusula Sétima (Garantia da Operação) para a data de 15 de junho de 2022, com o valor equivalente à soma das últimas três (3) prestações vencidas de amortização, juros e demais acessórios. Em 14 de janeiro de 2021, foi assinado o termo aditivo nº 3 ao contrato de cessão fiduciária, firmado entre ELETRONUCLEAR, BNDES e Banco do Brasil, versando também sobre a prorrogação do prazo para o preenchimento da conta reserva.

DIRETORIA EXECUTIVA

LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES

Diretor-Presidente

EDVALDO LUÍS RISSO Diretor de Administração e Finanças

JOÃO CARLOS DA CUNHA BASTOS Diretor de Operação e Comercialização

BEATRIZ ALBINO DA SILVA

RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS

Diretor Técnico

RONALDO NETO ALCÂNTARA Superintendente de Finanças

Contadora CRC: RJ-098.430/O-2 Chefe de Departamento de Contabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social 2020 e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compostas pelo Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados, na data de 16 de março de 2021, pelo Conselho de Administração

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, nos exames efetuados pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício e no Relatório da Pricewaterhousecoopers - PWC Auditores Independentes, referente ao exercício de 2020, contendo ênfase a respeito da "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" da Empresa, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, com a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021

MARCOS JOSÉ LOPES Presidente

LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES Conselheira

ABDSANDRYK CUNHA DE SOUZA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Fletrobras Termonuclear S.A. - Fletronuclear

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear ("Companhia"), que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1 e 4.1(d) às demonstrações financeiras, que mencionam que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 512.826 mil, que a sua posição financeira está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Companhia, e que o único e exclusivo fornecedor de combustível nuclear para as usinas Angra 1 e Angra 2, principal insumo na geração de energia elétrica termonuclear, está sob risco de interrupção do fornecimento do referido insumo devido às suas dificuldades orçamentárias. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. O plano de ação da Companhia, que considera entre outros aspectos a necessidade de suporte financeiro do acionista controlador e de terceiros, está descrito na Nota 4.1(d). Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planeiamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021



Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira CRC 1RJ056588/O-4



PARA SABER MAIS, ACESSE:

- B eletronuclear.gov.br
- /user/Eletronuclear01
- /eletrobraseletronuclear/
- in /company/eletronuclear/
- o /eletronuclear/



